



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Salvador, 2016



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU n.º 321/2015 e das orientações da Secretaria de Controle Interno, criada pelo ATO TRT5 337, de 01 de julho de 1994.

Compilado pela Diretoria-Geral

Salvador, março de 2016

## **LISTA DE DIRIGENTES DO TRT5 EM 31.12.2015**

### **PRESIDENTE:**

Desembargadora do Trabalho  
MARIA ADNA AGUIAR DO NASCIMENTO

### **VICE-PRESIDENTE:**

Desembargadora do Trabalho  
MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA

### **CORREGEDOR REGIONAL:**

Desembargador do Trabalho  
ESEQUIAS PEREIRA DE OLIVEIRA

### **VICE-CORREGEDORA REGIONAL**

Desembargadora do Trabalho  
NÉLIA DE OLIVEIRA NEVES

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

Não há informações a serem prestadas

## **TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

As informações concernentes foram apresentadas no corpo do relatório.

## **ANEXOS E APÊNDICES - 10**

Anexos relativos aos indicadores de desempenho.

## **SUMÁRIO**

### **Visão geral da Unidade - 3**

- Finalidade e competências
- Organograma
- Macroprocessos finalísticos

### **Planejamento Organizacional e desempenhos orçamentário e operacional - 4**

#### **Planejamento Organizacional**

- Descrição sintética dos objetivos do exercício
- Estágio de implementação do planejamento estratégico
- Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

#### **Desempenho Orçamentário**

- Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados
- Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade
- Fatores intervenientes no desempenho orçamentário
- Obrigações assumidas sem o respectivo crédito no orçamento
- Restos a pagar de exercícios anteriores
- Execução descentralizada com transferência de recursos
- Informações sobre a execução das despesas
- Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

### **Governança - 5**

- Descrição das estruturas de governança
- Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- Gestão de riscos e controles internos

### **Relacionamento com a sociedade - 6**

- Canais de acesso ao cidadão
- Carta de serviços ao cidadão

- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade
- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários
- Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

#### **Desempenho financeiro e informações contábeis - 7**

- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

#### **Áreas Especiais da Gestão - 8**

##### **Gestão de pessoas**

- Estrutura de pessoal da unidade
- Demonstrativo das despesas com pessoal
- Gestão de riscos relacionados ao pessoal
- Contratação de pessoal de apoio e de estagiários
- Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

##### **Gestão do patrimônio e infraestrutura**

- Gestão da frota de veículos
- Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições
- Gestão do patrimônio imobiliário da União
- Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas
- Informações sobre imóveis locados de terceiros

##### **Gestão da tecnologia da informação**

- Principais sistemas de informações
- Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologias da Informação (PDTI)
- Processo Judicial Eletrônico (PJe)

##### **Gestão ambiental e sustentabilidade**

- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

##### **Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle - 9**

- Tratamento de determinações e recomendações do TCU
- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno
- Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário
- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993
- Gestão de precatórios
- Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento
- Informações sobre ações de publicidade e propaganda

## **INTRODUÇÃO**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Órgão do Poder Judiciário, Administração Direta, vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho, situado à Rua Bela Vista do Cabral, 121, bairro Nazaré, cidade do Salvador, Estado da Bahia, apresenta Relatório de Gestão do exercício 2014, em cumprimento ao disposto na IN TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 146/2015, da Portaria TCU n.º 321/2015.

O presente relatório foi estruturado em tópicos, na forma orientada pela Corte de Contas da União. As informações relativas às realizações da gestão no exercício serão apresentadas em área definida para tal mister.

## IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Judiciário			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Tribunal Superior do Trabalho			<b>Código SIORG:</b> NA
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região			
<b>Denominação abreviada:</b> TRT 5ª Região			
<b>Código SIORG:</b> NA	<b>Código LOA:</b> 15106		<b>Código SIAFI:</b> 080007
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão público			
<b>Principal Atividade:</b> Justiça do Trabalho			<b>Código CNAE:</b> 7523-0
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(071) 3319-7777	(071) 3319-7000	(071) 3319-7700
<b>E-mail:</b> webmaster@trt5.jus.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.trt5.jus.br">http://www.trt5.jus.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Rua Bela Vista do Cabral, 121 Nazaré CEP 40055-000 Salvador-BA			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Criado por meio do Decreto-Lei nº 1.237 de 02 de junho de 1939, que entrou em vigor em 01 de maio de 1941			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução Administrativa TRT5 nº 003/2006 Publicada no D.O. deste Tribunal em 31 de janeiro de 2006			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno publicado no D.O. deste Tribunal em 05 de setembro de 2003			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
NA	NA		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>		
NA	NA		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>	
NA		NA	

## **FINALIDADE E COMPETÊNCIAS**

---

### **A) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE**

---

#### **I. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL**

##### **A) ATRIBUIÇÕES DO TRT5/UJ DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

#### ***“PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL***

*Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.*

*Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:*

*IV -os Tribunais e Juízes do Trabalho;*

*Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho:*

*II - os Tribunais Regionais do Trabalho;*

*III - Juízes do Trabalho.*

*Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:*

*I- as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;*

*II- as ações que envolvam exercício do direito de greve;*

*III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;*

*IV- os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;*

*V- os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI- as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;*

*VII- as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;*

*VIII- a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;*

*IX- outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.*

*§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.*

*§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.*

*§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.*

*Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:*

*§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.*

*§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.*

*Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.”*

## **B) HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO ATUAL:**

Na Bahia, a Justiça do Trabalho foi instalada em 20/05/1941 - como Conselho Regional do Trabalho, composto por duas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Com a Lei 10770 de 2003, o TRT5 foi autorizado a instalar 20 novas Varas do Trabalho, passando a atender todos os municípios baianos. A instalação dessas unidades ocorreu entre 2004 e 2005. Até então, a Justiça Laboral era atendida a litígios da área trabalhista em 360 municípios baianos e nos 55 restantes, os juízes de Direito das comarcas atuavam como juízes do Trabalho por disposição legal.

Atualmente, a Justiça do Trabalho na Bahia compreende, na primeira instância, 88 Varas do Trabalho (antigas Juntas de Conciliação e Julgamento), 39 das quais em Salvador.

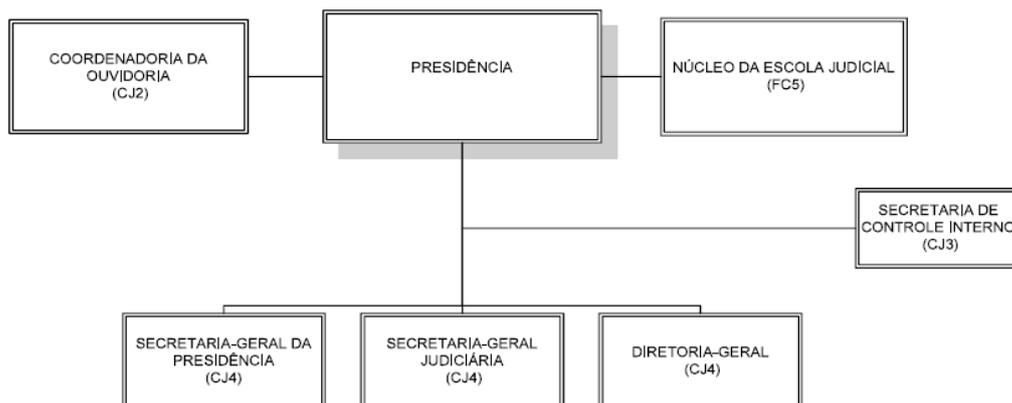
A segunda instância é composta por 29 (vinte e nove) desembargadores togados e vitalícios, que são nomeados pelo Presidente da República.

A Mesa Diretora deste Regional, eleita a cada biênio, é composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Regional e Vice Corregedor Regional.

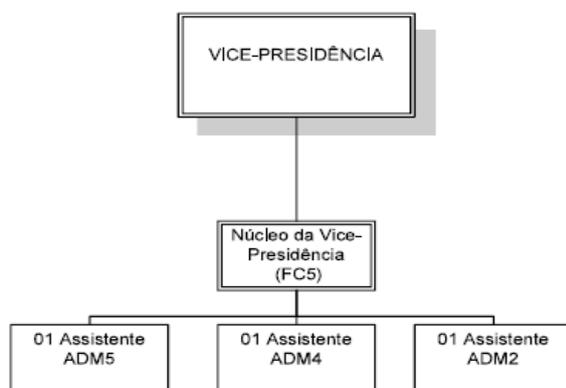
Para racionalizar sua atuação e tornar mais eficiente a prestação jurisdicional, o TRT da Quinta Região se divide em Tribunal Pleno, Órgão Especial, uma Seção Especializada em Dissídio Coletivo, duas Seções Especializadas em Dissídios Individuais (I e II) e cinco Turmas, além do Juízo de Conciliação de Segunda Instância, que realiza acordos em torno de precatórios e de processos que tramitem no Tribunal.

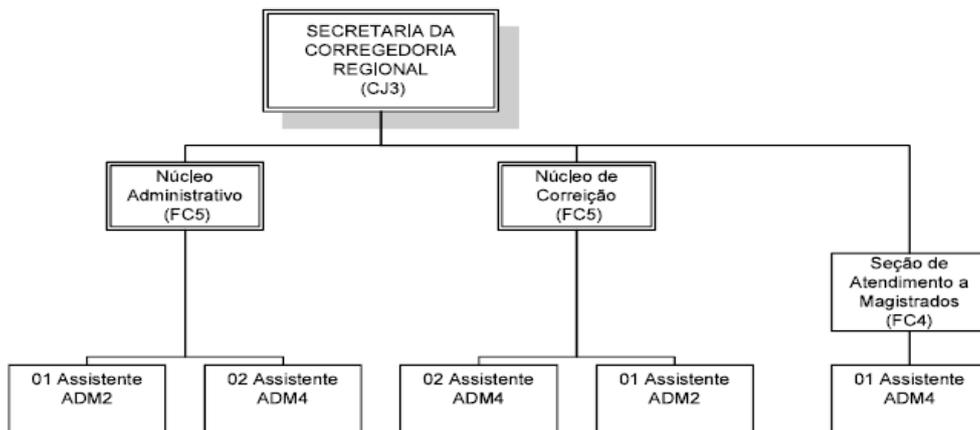
## ORGANOGRAMA

- **PRESIDÊNCIA**

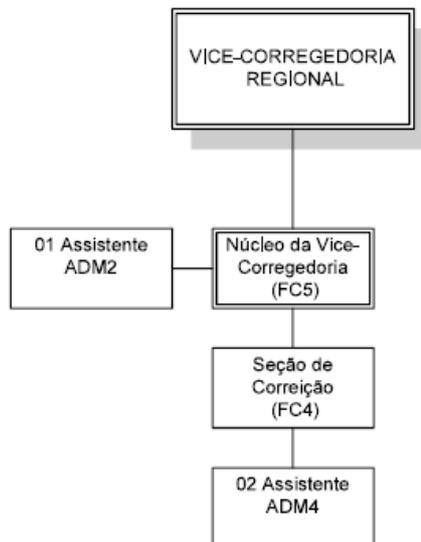


- **VICE-PRESIDÊNCIA**

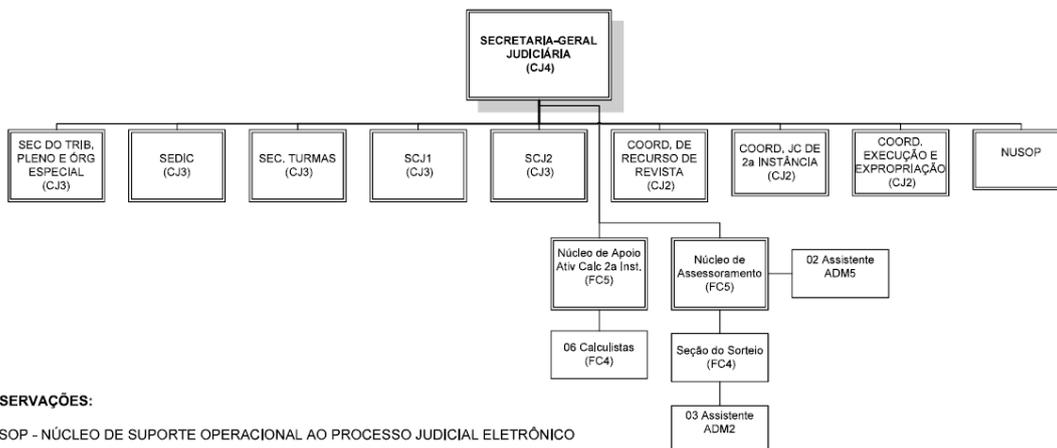




- **CORREGEDORIA REGIONAL**
- **VICE-CORREGEDORIA REGIONAL**



- **SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA**



**OBSERVAÇÕES:**

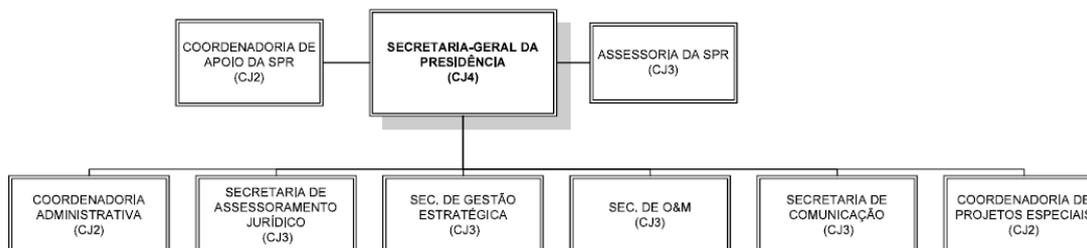
NUSOP - NÚCLEO DE SUPORTE OPERACIONAL AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

SCJ1 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA DE 1ª INSTÂNCIA

SCJ2 – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA DE 2ª INSTÂNCIA

SEDIC – SECRETARIA DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

- **SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA**



- **DIRETORIA-GERAL**



Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
		DESEMBARGADORA MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA	Vice- Presidente	a 31/12/15
Corregedoria	Zelar pela correção e celeridade do exercício da prestação jurisdicional na primeira instância, auditando as unidades judiciais anualmente.	DESEMBARGADOR LUIZ TADEU LEITE VIEIRA e DESEMBARGADOR ESEQUIAS PEREIRA DE OLIVEIRA	Corregedor  Corregedor	01/01/15 a 05/11/15  06/11/15 a 31/12/15
Vice Corregedoria	Suceder o Desembargador Corregedor Regional em caso de vacância, nas suas competências.	DESEMBARGADORA YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE e DESEMBARGADORA NÉLIA DE OLIVEIRA NEVES	Vice Corregedora  Vice Corregedora	01/01/15 a 05/11/15  06/11/15 a 31/12/15
Secretaria- Geral da Presidência	Assessorar a Presidência, jurídica e administrativamente, em deliberações e subsidiar, por meio da emissão de pareceres. Planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades das unidades que integram a sua estrutura, bem como manter contatos com órgãos superiores e outros tribunais.	MANOEL EVANGELISTA NETO e YERMA ROSSI BUHÕES BITTENCOURT	Secretário- Geral da Presidência  Secretária- Geral da Presidência	01/01/15 a 05/11/15  06/11/15 a 31/12/15
Secretaria- Geral Judiciária	Planejar, dirigir, coordenar, orientar e controlar todas as atividades judiciárias do TRT, assessorando a Presidência em assuntos referentes à atividade judiciária e subsidiar, por meio da emissão de pareceres, além de avaliar, periodicamente, o grau de efetividade (racionalidade, eficácia e eficiência) das normas, procedimentos e estrutura organizacionais.	JULIETA VIANA DE QUEIROZ MACHADO e ALEXANDRE MOREIRA MENDES DE CARVALHO	Secretária- Geral Judiciária  Secretário- Geral Judiciária	01/01/15 a 05/11/15  06/11/15 a 31/12/15

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria- Geral	Planejar, dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades da administração do TRT, bem como dar efetivação a portarias, ordens de serviços, circulares, instruções ou despachos de caráter administrativo, definindo as diretrizes e acompanhando a elaboração da proposta orçamentária.	TARCÍSIO JOSÉ FILGUEIRAS DOS REIS  e  ANTONIO JOSÉ IMPERIAL PIMENTEL PEREIRA	Diretor- Geral    Diretor- Geral	01/01/15 a 05/11/15    06/11/15 a 31/12/15

## MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos do TRT5 são “Preparar processo”, “Conhecer e julgar processo” e “Cumprir sentença”. Dentre esses, os macroprocessos que se encontram documentados atualmente neste Regional são os dois primeiros, que abrangem os processos de trabalho das unidades judiciárias de 1ª Instância, desde a distribuição da ação até a prolação da sentença. A fase de execução de sentença, apesar de não ter sido objeto de mapeamento em sua totalidade, teve a etapa de expropriação revista e documentada por ocasião de criação da Central de Execução e Expropriação, e desenvolvimento de sistema informatizado para cadastro e gerenciamento de bens penhorados, bem como realização de hasta pública. Os macroprocessos finalísticos de 2ª Instância ainda não foram objeto de mapeamento, razão pela qual esta Secretaria não tem como informar quais macroprocessos existem atualmente nem como estão sendo conduzidos.

No tocante aos macroprocessos finalísticos das unidades judiciárias de 1º Grau, inicialmente referidos, informamos que, com base no mapeamento dos processos de trabalho daquelas unidades, foi elaborado o Manual de Procedimentos, que constitui um dos principais produtos do Projeto Estratégico de Redesenho dos Processos de Trabalho da 1ª Instância, caracterizando-se como referência documental para os usuários e tem por finalidade padronizar e otimizar os processos e rotinas de trabalho do TRT da 5ª Região, a fim de garantir uma uniformidade nas atividades realizadas, bem como potencializar a consecução dos resultados.

A elaboração deste manual visou também ao cumprimento da Meta 05/2010 do Poder Judiciário Nacional, “Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias”; bem como concretização do projeto estratégico, “Redesenho dos processos de trabalho da 1ª Instância”.

Na condução dos trabalhos, o conteúdo dos macroprocessos foi apresentado no fluxograma geral da fase de conhecimento (da distribuição até a sentença), produzido com a participação de representantes das diversas unidades judiciárias finalísticas e de apoio e validado pelos magistrados do TRT05 durante o “Workshop de Gestão de Processos” realizado nos dias 06 a 08/10/2010 e o mapeamento das rotinas desenvolvidas durante as oficinas da Meta 05/2010. A partir de então, a documentação foi sendo detalhada em todos os seus subprocessos até o nível de rotinas de trabalho. O documento foi finalizado

em 23/11/2012 e constitui uma ferramenta de gestão, facilitando o controle e a melhoria contínua dos processos de trabalho, a fim de alcançar níveis mais elevados de satisfação e eficácia.

Segue o detalhamento dos macroprocessos indicados.

O macroprocesso Preparar processo compreende desde o recebimento da ação, o procedimento para distribuição até a preparação dos autos para apreciação do Juízo ou realização da audiência, conforme o caso. Ele está dividido em:

- a. Receber documentos e distribuir
- b. Preparar autos para apreciação/audiência

O macroprocesso Conhecer e julgar processo compreende desde o recebimento do processo/ação para apreciação inicial pelo Juízo ou realização da audiência até a prolação de sentença ou registro de solução de mérito na 1ª instância. Ele está dividido em:

- a. Ouvir Testemunha e Devolver
- b. Determinar registro do termo de arquivamento/desistência
- c. Tentar acordo
- d. Determinar registro do acordo 10
- e. Receber defesa
- f. Realizar audiência de instrução (com ou sem oitiva de partes e testemunhas)
- g. Solicitar comparecimento ou apresentação
- h. Encaminhar carta precatória e receber resposta
- i. Selecionar perito dentre cadastrados
- j. Receber quesito das partes (ou decorrer do prazo) e informar ao perito
- k. Receber laudo e dar ciência às partes
- l. Reincluir em pauta
- m. Analisar quesitos complementares
- n. Notificar perito para responder quesitos
- o. Receber esclarecimentos (ou decorrer do prazo) e dar vista às partes
- p. Selecionar perito dentre cadastrados
- q. Encerrar instrução/ Aduzir razões finais e renovar proposta de acordo

r. Decidir ou concluir processo

s. Julgar o processo e elaborar a sentença (líquida ou ilíquida)

t. Registrar sentença

u. Notificar

v. Disponibilizar

2. Cumprir sentença: Compreende a fase de cumprimento da sentença proferida transitada em julgado, ou dos termos constantes da solução de mérito. Não mapeado totalmente, conforme dito anteriormente.

## **PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2015/2020**

O Plano de Revisão e Desdobramento do Planejamento Estratégico do TRT5 teve como objetivo a consolidação das etapas e das atividades planejadas objetivando o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do TRT5 para o período de 2015/2020, alinhado com as diretrizes do Poder Judiciário Nacional.

Para isso foi desenvolvido e executado um plano que estabeleceu, entre outros, o escopo a ser implantado e sua estratégia de implantação, além do cronograma geral, metas, marcos, atribuições e responsabilidades das áreas envolvidas na sua operacionalização.

A Secretaria de Gestão Estratégica - unidade responsável pelo acompanhamento e monitoramento das iniciativas que compõem os diversos planos de ação apoiou o gerenciamento estratégico do TRT5.

### **ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ETAPAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5 2015/2020**

#### ***METODOLOGIA***

A metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico é o Balanced ScoreCard – BSC, método indicado pelo CNJ e adotado pelo Poder Judiciário para a implantação do Planejamento Estratégico. O BSC é uma metodologia que desenvolve o planejamento estratégico através de quatro perspectivas: clientes, orçamento (finanças), processos internos e aprendizado e crescimento.

Perspectiva	Macrodesafio/Alinhamento	Objetivo Estratégico
<b>Sociedade</b>	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	- Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania;
	Garantia dos direitos da cidadania	
<b>Processos Internos</b>	Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito	- Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito;
	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	- Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;
	Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais	- Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais;
	Fortalecer os processos de governança e combate à corrupção	- Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária;
		- Melhorar a comunicação interna e externa;
Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes	- Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes	
<b>Recursos</b>	Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	- Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas; - Efetivar a gestão por competências;
	Aperfeiçoar a gestão de	- Gerir o orçamento de custos forma eficiente e eficaz;
	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC	- Prover o Regional de infraestrutura física adequada;
- Maximizar os resultados da governança de TIC.		

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PROPOSTOS PARA O PEI  
2015/2020

PERSPECTIVA SOCIEDADE	
<b>Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania</b>	Trata-se de objetivo estratégico que sintetiza os demais, levando em conta, a partir de conceitos como tempestividade, razoável duração do processo, concretização fática da entrega do direito e a satisfação do jurisdicionado no que diz respeito à atuação da Justiça do Trabalho da 5ª Região.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	
<b>Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito</b>	Refere-se ao fomento da conciliação e de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação efetiva do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.
<b>Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional</b>	Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.
<b>Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais</b>	Implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; entre outras ações.

## PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

<b>Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária</b>	Formulação, implantação, monitoramento e revisão de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades próprias do Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região, produzidas de forma colaborativa. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das boas práticas de gestão para a melhoria do processo de trabalho, podendo adotar parcerias com órgãos externos.
<b>Melhorar a comunicação interna e externa</b>	Aperfeiçoar os fluxos de comunicação institucional, de modo a melhorar a comunicação interna e efetivar maior publicidade à atuação do tribunal com ênfase na divulgação dos seus atos, decisões, programas e ações.
<b>Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes</b>	Implantação de ações visando à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes

## PERSPECTIVA RECURSOS

<b>Efetivar a gestão por competências</b>	Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados.
<b>Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas</b>	Refere-se a ações que promovam o bem-estar de servidores e magistrados no ambiente de trabalho; a humanização das relações de trabalho; o estabelecimento de sistemas de recompensas e à adequada distribuição da força de trabalho.
<b>Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz</b>	Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos.

<b>PERSPECTIVA RECURSOS</b>	
<b>Prover o Regional de infraestrutura física adequada</b>	Manter o Regional com infraestrutura física adequada, incluindo as instalações físicas e mobiliárias do edifício-sede e das Varas do Trabalho, observando as normas e os critérios de acessibilidade.
<b>Maximizar os resultados da governança de TIC</b>	Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo CNJ/CSJT. Visa garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

## ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS, E

### VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Os trabalhos de implantação do planejamento estratégico do TRT 5ª Região serão desenvolvidos por equipe interna, contando com o apoio do CNJ, do CSJT e da integração proporcionada pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, instituída pela Portaria 138 do CNJ.

O prazo estabelecido pelo CNJ para a aprovação do planejamento estratégico é 31.03.2015. Prazo inteiramente cumprido com a análise e aprovação do Plano Estratégico do TRT5 pelo Órgão Especial em 19/12/2014, após conclusão dos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Governança Colaborativa do TRT5.

#### A) PROPOSIÇÃO DE PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS

Campanhas para a disseminação do planejamento estratégico como mudança de paradigma na gestão da coisa pública.

Assessoramento permanente, em todos os níveis hierárquicos, nas questões técnicas relacionadas ao planejamento estratégico do Tribunal e o seu alinhamento institucional, com apoio da Alta Administração.

Acompanhamento das metas nacionais do Poder Judiciário de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 (Metas de Nivelamento e respectivo Plano de Ação e Metas Prioritárias), contando com o monitoramento realizado pela Corregedoria e Vice-Corregedoria nas correções realizadas, o que aprimorou sobremaneira a sua compreensão pelas unidades como diretriz do Poder Judiciário.

Ajuste do planejamento estratégico do Tribunal (Aperfeiçoamento/Grau de maturidade), fornecendo apoio às atividades dos Gestores Nacionais das Metas do Poder Judiciário do

Tribunal, com destaque para o levantamento das pendências e ações voltadas ao cumprimento das Metas no Conselho Superior da Justiça do Trabalho como Coordenadores do Subcomitê de Tribunais Regionais do Trabalho de Médio Porte.

Ações voltadas à limpeza da base de dados, à identificação de inconsistência nas tramitações dos processos, à comunicação dos sistemas de arquivo de processos findos com o sistema de acompanhamento de processos ativos, o que trouxe mais transparência às informações processuais na internet.

Nessa esteira, foram concluídas as fases iniciais da implantação da ferramenta “Business Intelligence” (BI), indispensável ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte a gestão de negócios. A próxima etapa será a ampliação do número de clientes na ferramenta, que deve alcançar 100% da área fim em 2016.

Participação em eventos nacionais sobre planejamento estratégico.

Ações imediatas de alto impacto e baixo risco relacionadas à redução dos custos de manutenção da máquina administrativa.

Acompanhamento e medição dos indicadores trimestrais, semestrais e anuais estratégicos do Tribunal.

Instituição de política de priorização de obras a partir de critérios objetivos relacionados à situação física dos imóveis e à prestação jurisdicional.

Realização de Reuniões de Análise Estratégica – RAE com o intuito de avaliar os resultados das ações iniciadas e propor novas ações, de acordo com a estratégia definida.

Estruturação do Escritório de Projetos e Metodologia de Gerenciamento de Projetos Estratégicos e Táticos do TRT5.

Elaborou matriz que permite a priorização de investimentos em obras, a partir de um referencial objetivo, que subsidiará a construção participando da revisão anual do Plano de Obras, além da emissão de parecer técnico de viabilidade;

## B) ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

### I. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA

Na forma do art. 3º, inciso I da Resolução Administrativa TRT5 nº 80/2014 a Secretaria de Gestão Estratégica levou ao conhecimento da Alta Administração a necessidade da revisão dos indicadores e ações referentes às metas relacionados ao planejamento estratégico do órgão e do Poder Judiciário Nacional (Metas Nacionais)

Foi salientada, ainda, a necessidade do desenvolvimento conjunto de ações voltadas à conscientização sobre o planejamento estratégico do Tribunal, com destaque para a importância de cada magistrado e servidor no processo, em cada representação do Estado, no que toca as atividades organizacionais desenvolvidas. Da mesma forma, destacada a necessidade de treinamento dos diretores de secretaria de vara do trabalho e respectivos

adjuntos no que diz respeito às tramitações dos processos no Sistema de Acompanhamento de Movimentação Processual – SAMP e no novo sistema de coleta de dados estatísticos – eGestão.

Objetivos e indicadores estratégicos passaram a ser o parâmetro para a avaliação do comportamento desta instituição, haja vista as medições que se sucederam ao longo do ano.

## II. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.

A análise feita anteriormente, relacionada ao andamento do planejamento estratégico, revela o amadurecimento da instituição que vem avançando a partir da inserção de um novo referencial, qual seja a prestação do serviço público de forma planejada e monitorada.

Percebe-se que a falta do acultramento dessa realidade ainda é um obstáculo que se espera transpor. Isso porque estamos tratando de uma estrutura hierarquizada onde as deliberações quase sempre foram tomadas de acordo com o “feeling” da Administração, porquanto até então, desprovida de dados estatísticos e informações objetivas que autorizassem ações passíveis de medição.

As metas nacionais do poder judiciário, capitaneadas pelo Conselho Nacional de Justiça, tanto de nivelamento (2009) quanto as intituladas prioritárias (2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015) sinalizam quão satisfatórios têm sido os resultados desse planejamento coordenado. Os órgãos que integram o judiciário brasileiro tiveram que absorver a lógica dessa ferramenta e se aparelhar no sentido de acompanhar as mudanças inopinadas ocorridas. Nesse sentido o TRT da 5ª Região instituiu o seu próprio planejamento, sempre alinhado com um referencial maior (Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho), acompanhando e promovendo os ajustes necessários.

Como dito alhures, a cultura do planejamento estratégico ainda não é uma realidade. Na prática, conquanto a Administração já disponha das informações objetivas bastantes para a tomada de decisões, ainda permanece com alguma dificuldade no aspecto - ação proativa. Com efeito, a Administração provocada a respeito de assuntos e problemas que afetam diretamente os resultados medidos e esperados, ainda tem priorizado ações corretivas e não preventivas ensejando, não raras vezes, a falta de sintonia entre os gestores responsáveis.

Está evidenciado nas atas das reuniões de análise estratégicas - RAEs, outrossim, a preocupação da Administração quanto à necessidade da realização de ajustes, seja na estrutura hierárquica reclamada, seja quanto à harmonização das assessorias técnicas afetas aos objetivos estratégicos do órgão, seja quanto à personalização de responsáveis para projetos estratégicos adrede definidos etc. Por outro lado, mantém-se a certeza de que o planejamento estratégico do órgão deva ser assimilado e acreditado por todos os magistrados e servidores da Casa com reconhecimento da população em geral.

Diante do pouco tempo de uso dessa ferramenta, avaliamos positivamente os resultados alcançados. Trata-se, repita-se, de um processo de amadurecimento cultural e funcional que tem contado com o apoio da Alta Administração.

A análise sobre o cumprimento das metas nacionais prioritárias de 2015 indica o cumprimento integral de 3 metas nacionais e grau de cumprimento de **96,23%** nas restantes, o que evidencia a evolução sensível deste E. Tribunal no tocante à observação dos planos estratégicos.

Visando racionalizar os procedimentos e dar efetividade no cumprimento das decisões, facilitar o acesso à Justiça do Trabalho, promover a educação corporativa, a cidadania e a responsabilidade social, e garantir a infraestrutura física, de recursos humanos e de tecnologia da informação foi instituído o Programa de Modernização e Inovação do TRT5, dando prosseguimento no exercício de 2015.

Analisando os resultados obtidos, é com satisfação que podemos perceber que estamos mais amadurecidos e fortalecidos como instituição que vem se modernizando e se consolidando como instrumento de justiça, paz social e cidadania.

Na racionalização de procedimentos e normas podemos destacar: a criação do Núcleo de Cooperação Judiciária visando fornecer maior integração com outros tribunais e o procedimento científico adotado para a priorização de intervenções e consequente aprovação do plano de obras do TRT5, em consonância com a Resolução 70/2010 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Na Eficiência Operacional, conseguimos terminar a primeira e a segunda parte do projeto Gestão de Processos, realizando o redesenho de processos nas varas do Trabalho, contido no Manual de Rotinas das Varas Trabalhistas. Aprovação de um novo Regulamento de Secretaria do TRT5, levando-se em consideração o mapeamento de competências e atribuições das unidades visando aprimorar a efetividade na prestação jurisdicional alinhado ao Plano Estratégico da Instituição.

A disseminação do Sistema de Estatística e-Gestão, que consiste em um sistema eletrônico de gerenciamento e planejamento das atividades administrativas e judiciárias, que é usado para encaminhamento oficial das estatísticas da 2ª Instância do TRT5 desde maio de 2012 e a partir de 2013 de todo o 1ª Instância e que orgulhosamente recebemos a Medalha de Mérito Funcional, pelo reconhecimento da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho às equipes dos Regionais que se empenharam na sua implantação. Desta forma o TRT5 conta com seus primeiro e segundo graus com um sistema de coleta de dados estatísticos consistente e que possibilita a memória de cálculo, bem como auditorias diversas, e agora também com a área administrativa.

Na área de Gestão de Pessoas, continuamos a implantação do processo de Gestão por Competência, que mapeou conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a preparar ainda mais cada um de nossos servidores para o desempenho de suas atividades. Sabemos da importância de qualificar nossos magistrados e servidores, razão pela qual realizamos 408 eventos, contemplando 8.843 participantes, alguns dos quais estiveram envolvidos

em mais de uma iniciativa, promovidos pela Escola Judicial e pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas.

As atividades se dividiram em treinamentos presenciais e educação à distância, tendo sido fornecido diversos cursos, tais como: Formação de Calculista; Sistema AUD; Novo Acordo Ortográfico; Atendimento ao Cidadão; Orçamento Público; Legislação aplicada à Gestão de Pessoas; Gerência de Projetos e outros. Houve ainda cursos com especialistas renomados, destinados principalmente a magistrados, seus assessores e assistentes, numa grande variedade temática. Foram abordados, entre outros assuntos: Teoria Geral da Responsabilidade Civil, Responsabilidade Subjetiva e Objetiva no Código Civil, Técnicas de Coleta de Prova, Soluções Criativas e Inovadoras para uma maior Efetividade da Execução Trabalhista, Teoria e Prática da Execução Trabalhista, Uso da Tecnologia na Execução e Fundamentação e Argumentação nas Decisões.

Também foi mantido atualizado o programa de Prevenção dos Riscos Ambientais – PPRA, que visa mapear os riscos ambientais, como os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza, concentração, intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde dos trabalhadores; e, de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos magistrados e servidores.

Na responsabilidade social e ambiental, nosso compromisso foi com a promoção da cidadania, realizando campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Ampliamos as itinerâncias, com o deslocamento de nossos magistrados e servidores, realizando audiências ao longo do ano. Também foi criada a Comissão de Gestão Socioambiental – COGESO, e conferida a competência de Unidade de Gestão Socioambiental a uma estrutura permanente de Coordenadoria, visando dar mais efetividade à Política de Gestão Ambiental.

O Tribunal também está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais, o TRT5 efetuou o registro de preços para a compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio. Além de estar implantando de forma humana e exitosa o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que reduz, significativamente, o uso de papel.

Outra iniciativa social foi a contratação de deficientes auditivos visando a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital – ação que vai assegurar a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, de vários volumes.

Neste mesmo tema, o TRT5 ao longo de 2015 construiu um Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região para 2015/2020 com caráter estratégico que acabou de ser aprovado na Sessão do Órgão Especial do dia 22/02/2016. Várias ações e iniciativas estão previstas neste plano visando a melhor utilização dos recursos. Para seu monitoramento foram criados 62 indicadores, com metas estabelecidas para cada período, que serão acompanhadas pela Unidade de Gestão Socioambiental do TRT5.

Mas já podemos comemorar alguns resultados obtidos em 2015 em comparação com 2014, fruto de esforços concentrados da Administração, como a redução de 17,5% do consumo de água, passando de 70.085 m<sup>3</sup> para 57.823 m<sup>3</sup>. Em energia elétrica a redução foi de 5,5%, passando de 8.150.475 KWh para 7.702.383 KWh em 2015. Comemora-se, ainda mais, a redução significativa com gastos em telefonia (STFC e SMP) que foi da ordem de 12,35%.

Ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que será o único sistema do Judiciário Trabalhista, e já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA) e em todas as 88 varas do trabalho.

O PJe promove mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas como carimbar e manusear a papelada, trazendo vantagens aos cofres públicos, ao meio ambiente e à saúde de quem lidava com a burocracia. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo grau e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 implantamos nas 39 varas da capital. Em 2014 mais 18 varas, totalizando 67 unidades, o que representa 76% de todo regional, sendo que o 2º grau já conta com 100% implantado, alcançando 100% de todo Regional em Novembro/2015. Trabalho que envolveu toda a administração e que tem se caracterizado pela preocupação com o ser humano neste processo de mudança de paradigma.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, avançamos com a implantação do PJe em todas as varas do trabalho. Atualização de microcomputadores que estão substituindo equipamentos das varas e departamentos de 1º grau onde o PJe foi instalado e também nos demais fóruns que receberam o sistema desde 2012. Essas unidades foram priorizadas, pois o PJe requer dois monitores por computador. As varas da capital e os departamentos administrativos também foram contemplados com novos micros para substituir aqueles que estão fora da garantia ou obsoletos. Além dos computadores, foram entregues novas impressoras e multifuncionais visando aumentar a eficiência operacional.

Buscamos ainda melhorar a infraestrutura física de nossas instalações, obedecendo ao Plano de Obras, em consonância com a Resolução 70 do CSJT. Diversas obras foram

realizadas com a supervisão do Departamento de Obras, da Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (Caui) e da Coordenadoria de Manutenção e Conservação (CMC):

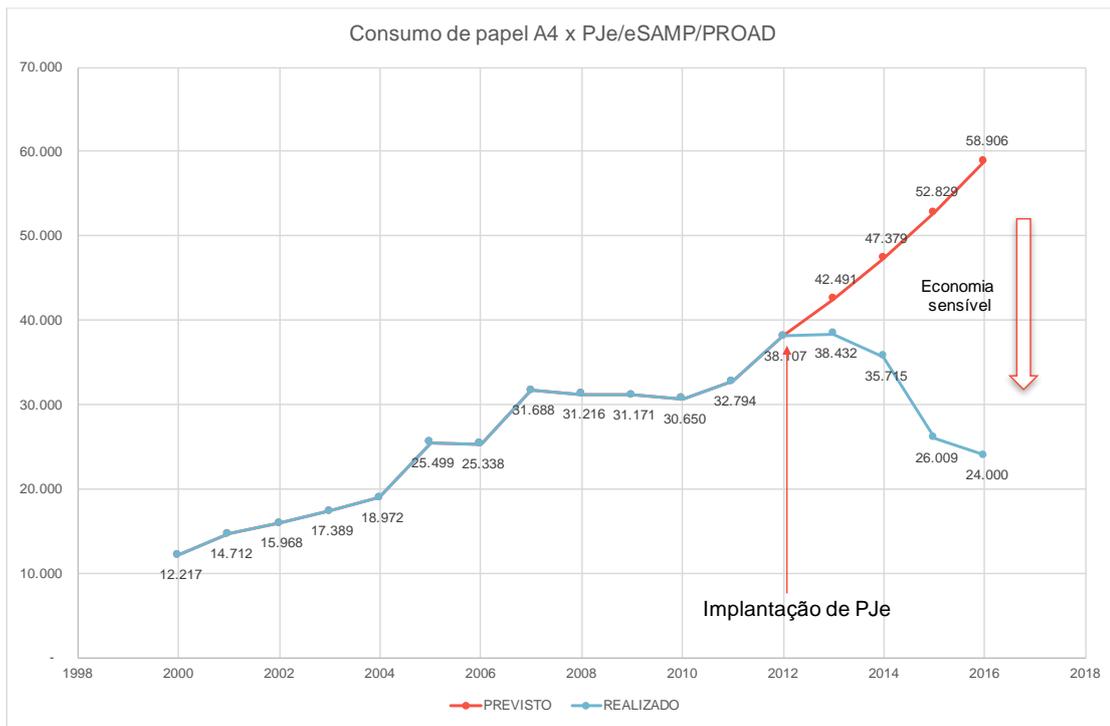
Também foi implantado o sistema eletrônico administrativo, o PROAD, com o objetivo de gerir todos os processos que tramitam na área meio, dando celeridade, transparência e economia de recursos.

Como foi dito anteriormente, o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT começou a ser implantado no TRT5 em meados de 2012. Atualmente são mais de 250.000 processos tramitando exclusivamente em processo judicial eletrônico, além de contar com cerca de 25.000 advogados cadastrados e militando no PJe-JT no TRT da Bahia.

Em razão da utilização de modernas ferramentas tecnológicas e facilidade de acesso, o PJe-JT tem reduzido a demanda reprimida existente nas varas do trabalho devido à grande extensão territorial do Estado o que provocava a necessidade de grandes deslocamentos. Isso é comprovado ao observarmos o crescimento do número de processos eletrônicos no regional. Em 2014 foram recebidos 63.631 processos eletrônicos e em 2015 foram ajuizados mais de 100.000 processos apenas no primeiro grau.

Mesmo com esse breve tempo de implantação o PJe-JT já apresenta sensível mudança no fluxo de processo e economia em diversos insumos, tais como: toner de impressão, energia elétrica, papel, dentre outros.

Destacamos a economia já observada e projetada para o ano de 2016 do consumo de resmas de papel A4 (branco e reciclado) que somente em 2015 o TRT5 economizou mais de 26.000 resmas de papel, ou seja, 62 toneladas de papel ou 13 milhões de folhas de papel (padrão A4, 75g/m<sup>2</sup>). Isso equivale a 1,2 km de altura, a mesma de um prédio de 400 andares. Assim, quase 1.550 árvores deixam de ser destruídas, considerando 25 árvores por tonelada de papel. Além disso, são economizados 6,2 milhões de litros de água e 313 mil kwh de energia. Esses números são possíveis graças à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) nas 88 Varas do Trabalho e na segunda instância e do PROAD na área administrativa.



Caso a Justiça do Trabalho baiana estivesse operando ainda com processos físicos, a projeção seria de um gasto de 52.829 resmas somente em 2015, com tendência a aumentar esse consumo ano a ano. Com a implantação do PJe, em 2012, entretanto o consumo vem caindo e, em 2015, devem ser gastas 30 mil resmas, representando uma economia de 50%.

Além de acelerar o andamento processual, o processo eletrônico atua diretamente na redução de gastos públicos, ao possibilitar um enxugamento nos custos das atividades do Judiciário; a diminuição de despesas em material de expediente, pessoal, mobiliário, prédios para acomodação dos processos que tramitam em autos físicos, arquivos e transporte.

A mais recente conquista foi a consolidação de nossa gestão estratégica, que se destacou entre todos os regionais trabalhistas, levando-se em consideração os resultados apresentados nos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Tribunal Regional da 5ª Região alcançou cerca de 80% no cumprimento. A informação foi divulgada durante a reunião preparatória para o VI Encontro Nacional do Poder Judiciário. No plano interno, a Gestão Estratégica garante a participação e a articulação entre os diversos setores, combinando envolvimento da alta administração, gestão participativa, organização técnica e capacitação, planejamento, comunicação e monitoramento. Já para o público do Tribunal, representa maior transparência. Neste momento o TRT5 coordena o Subcomitê dos Tribunais de Porte Médio da Justiça do Trabalho para a execução do novo ciclo de planejamento estratégico do judiciário nacional para os anos de 2015/2020.

META	DESCRIÇÃO DA META	GRAU DE CUMPRIMENTO
<a href="#">META 1</a>	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	87,43%
<a href="#">META 2</a>	Identificar e julgar, até 31/12/2015, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º Graus.	<b>107,72%</b>
<a href="#">META 5</a>	Baixar em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução do ano corrente.	<b>112,91%</b>
<a href="#">META 6.1</a>	Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º Grau;	99,68%
<a href="#">META 6.2</a>	E até 31/12/2013, no 2º Grau.	<b>100,00%</b>
<a href="#">META 7</a>	Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.	73,26%

Se por um lado conseguiu-se identificar os maiores problemas que impedem efetivamente cumprir a missão institucional, por outro, exsurge a dificuldade de solucioná-los imediatamente. Trata-se de inconsistências sistêmicas historicamente absorvidas ao longo de décadas; da falta de sintonia entre bancos de dados; de divergência dos parâmetros que seguidos, ora do Conselho Nacional de Justiça/Justiça em Números (CNJ), ora do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ora do Tribunal Superior do Trabalho (TST), os quais implicam retrabalho e tempo para acomodação. Da mesma forma, o levantamento desses dados e respectivas inconsistências permitiram a constatação da necessidade de se desenvolver competências específicas não só para a promoção dos ajustes necessários, como também para a manutenção da atividade de forma coerente e padronizada.

Nesse contexto, ações foram adotadas para a depuração desses mesmos dados e inconsistências e assim desenvolvidas lógicas e simulações correlatas que vêm evidenciando quão equivocadas vêm sendo as informações jungidas a este Tribunal, a exemplo dos dados estatísticos do site Justiça em Números, a partir das informações encaminhadas pelo próprio Tribunal.

## **FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS**

### **TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

Percentuais aplicados ao Diagnóstico de Gestão Estratégica

Detalhamento:

<b>(P1) PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso CNJ</b>	<b>TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P1.1)	O Tribunal possui comissão/comitê de direção estratégica ou instância equivalente, composta por magistrado, com designação formal para elaborar/propor a estratégia?	5%		
(P1.2)	A alta administração participa da formulação da estratégia do órgão?	5%		
(P1.3)	Há participação efetiva de serventuários na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.4)	Há participação efetiva de magistrados na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.5)	Há participação efetiva de serventuários na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.6)	Há participação efetiva de magistrados na formulação da estratégia?	2,5%		

(P1.7)	O Tribunal elabora plano de aquisição?	3%		
(P1.8)	Em caso afirmativo no item P1.7, informe: o plano de aquisição está integrado ao plano orçamentário?	2%		
		<b>25%</b>		
<b>(P2) EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Existe unidade competente para atuar em gestão de processos, formalmente instituída no Tribunal?	3%		
(P2.2)	Em caso afirmativo no item P6.2.1, informe a unidade responsável pela gestão de processos que presta consultoria para melhoria de processos de trabalho às unidades do órgão?	1%		
(P2.3)	Existem macroprocessos de trabalho mapeados?	3%		
(P2.4)	Em uma escala de 0 a 10, avalie o grau de implementação da gestão de processo no Tribunal.	3%		
(P2.5)	A unidade responsável pelo gerenciamento de projetos recebe regularmente informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (projetos, programas e ações)?	3%		
(P2.6)	O Tribunal utiliza metodologia de gerenciamento de projetos?	2%		
(P2.7)	Existe metodologia formalmente definida de gerenciamento de projetos, aprovada e publicada?	2%		
(P2.8)	Os gerentes de projetos são formalmente designados?	2%		
(P2.9)	Os gerentes de projetos possuem atribuições específicas formalmente definidas?	2%		
(P2.10)	Os gerentes de projetos possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas?	1%		
(P2.11)	Os gerentes de projetos possuem autonomia para garantir o cumprimento dos compromissos acordados?	3%		
		<b>25%</b>		
<b>(P3) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>

(P3.1)	A avaliação da estratégia é liderada pelo presidente ou comitê/comissão composta por magistrado?	4%		
(P3.2)	A periodicidade em que ocorre a avaliação da estratégia é cumprida?	4%		
(P3.3)	A avaliação da estratégia contempla o desempenho dos objetivos estratégicos?	2%		
(P3.4)	A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas?	3%		
(P3.5)	A avaliação da estratégia contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas?	4%		
(P3.6)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos processos?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>(P4) CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	A área responsável pela gestão estratégica está preparada para revisão do plano estratégico do Tribunal?	3%		
(P4.2)	O Tribunal dispõe de programa regular de treinamento de servidores e/ou magistrados em gerenciamento de projetos?	1%		
(P4.3)	A unidade de gestão de processos utiliza software específico para modelagem de processos?	1%		
(P4.4)	O Tribunal utiliza alguma solução para automação de processos de trabalho?	1%		
(P4.5)	O Tribunal utiliza software para gerenciamento de projetos?	2%		
(P4.6)	A área responsável pela gestão estratégica utiliza algum software para monitorar ou apoiar a estratégia?	2%		
		<b>10%</b>		
<b>(P5) COMUNICAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P5.1)	O Tribunal possui um plano de comunicação da estratégia?	4%		
(P5.2)	O Tribunal executa um plano de comunicação da estratégia?	3%		
(P5.3)	Houve algum tipo de pesquisa interna para saber quantos servidores/magistrados compreendem a estratégia do Tribunal?	3%		

(P5.4)	O plano de comunicação da estratégia contempla os meios de divulgação a serem utilizados (e-mail, processo administrativo, memorando, notícias na internet e/ou intranet, brindes, workshops, palestras, cartilhas, etc.)?	2%		
(P5.5)	O plano de comunicação da estratégia contempla os objetivos da comunicação?	2%		
(P5.6)	O plano de comunicação da estratégia contempla a periodicidade das ações de comunicação?	2%		
(P5.7)	O plano de comunicação da estratégia contempla o público alvo, conforme o tema da comunicação?	2%		
(P5.8)	O plano de comunicação da estratégia contempla a previsão de custos para a execução da comunicação?	2%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

## DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Os objetivos estabelecidos no PPA são centralizados no CSJT, não tendo a unidade informações isoladas a apresentar.

## Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade

### Quadro – Ação/Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	0181 Tipo: Atividade						
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código: 0089		Tipo:			
Unidade Orçamentária	33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	184.673.122,00	213.681.587,00	213.681.587,00	213.339.535,02	213.339.535,02	-	342.051,98

Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	3.353.737,07	2.064.069,17	-			

Identificação da Ação							
Código	00M1 Tipo: Atividade						
Descrição	Benefícios Assistenciais Decorrentes Do Auxílio-Funeral e Natalidade						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	470.028,00	490.786,00	490.786,00	432.140,07	432.140,07		58.645,93
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	101.652,28	-	-				

Identificação da Ação							
Código	09HB Atividade						Tipo:
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	84.500.000,00	93.637.997,00	93.637.997,00	93.270.996,59	93.270.996,59	-	367.000,41

Execução Física da Ação						
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
	104.442.405,36	146.243,81	-			

Identificação da Ação							
Código	134H						Tipo: Projeto
Descrição	Construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador - BA						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						Código: -
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista					Código: 0571	Tipo: -
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	72.727.273,00	66.224.438,00	721.645,10	721.645,10	721.645,10	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
			Prevista	Reprogramada (*)	Realizada		
	Edifício construído	Percentual de execução física	20	-	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	-	-	-	

Identificação da Ação							
Código	134J Projeto						Tipo:
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PAULO AFONSO - BA						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						Código:
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista					Código: 0571	Tipo:
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

	250.000,00	250.000,00	124.468,16	-	-	-	124.468,16
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Edifício construído			Percentual de execução física	12	-	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.007.000,00	1.669.741,45	-	Edifício construído	Percentual de execução física		

Identificação da Ação							
Código	13HY Projeto						Tipo:
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ITAPETINGA - BA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	130.000,00	130.000,00	-	-	-	130.000,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
	Edifício construído			Percentual de execução física	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	590.698,73	573.148,00		Edifício construído	Percentual de execução física	-	

Identificação da Ação							
Código	14ZF						Tipo: Projeto
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE IPIAU - BA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	

Nº do subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		170.000,00	56.909,54	56.909,54	55.771,35	1.138,19	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.771.842,00	1.771.115,84					

Identificação da Ação							
Código	151Y Atividade						Tipo:
Descrição	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTACAO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRONICO NA JUSTICA DO TRABALHO - PJE						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	-	392.448,33	-	-	-	392.448,33
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-				

Identificação da Ação							
Código	159W Projeto						Tipo:
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE CONCEICAO DO COITE - BA						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim (x) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	

Nº do subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	1.800.000,00	1.790.539,95	724.876,23	724.876,23	-	1.065.663,72
<b>Execução Física da Ação</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Edifício construído		Percentual de execução física	49	-	-	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	Edifício construído	Percentual de execução física	-	

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	159X Projeto						Tipo:
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ITABERABA- BA						
Iniciativa	-						
Objetivo	-						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista			Código: 0571		Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
<b>Lei Orçamentária Anual do exercício</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	1.900.000,00	1.900.000,00	-	-	-	-	-
<b>Execução Física da Ação</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Edifício construído		Percentual de execução física	100	-	0	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	Edifício construído	Percentual de execução física	-	

<b>Identificação da Ação</b>	
Código	1P66 Tipo: Atividade
Descrição	MODERNIZACAO DE INSTALACOES FISICAS DA JUSTICA DO TRABALHO
Iniciativa	
Objetivo	
Programa	Código: 0089      Tipo:

Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	-	1.524.098,00	-	-	-	1.524.098,00
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.607.672,10	1.559.246,21	-				

Identificação da Ação							
Código	2004 Tipo: Atividade						
Descrição	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 0089      Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	19.827.300,00	19.827.300,00	19.827.300,00	15.983.332,25	15.983.060,40	271,85	3.843.967,75
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
		Pessoas atendidas	Unidade	9365		8465	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	15.880,81	256,53	1.097,02				

Identificação da Ação							
Código	2010 Tipo: Atividade						
Descrição	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						

Programa	Código: 0089 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	3.834.864,00	3.965.351,00	3.965.351,00	3.960.109,51	3.960.109,51	5.241,49	5.241,49
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Pessoas atendidas		Unidade	689		539	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	193.813,66	3.998,94	-				

Identificação da Ação							
Código	2011 Tipo: Atividade						
Descrição	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	804.780,00	784.022,00	728.361,00	713.248,61	713.248,61	-	15.112,39
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Pessoas atendidas		Unidade	639		197	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	377.727,44	-	-				

Identificação da Ação							
Código	2012 Tipo: Atividade						
Descrição	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						

Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	23.381.184,00	31.546.459,00	31.546.459,00	31.544.018,86	31.544.018,86	-	2.440,14
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Pessoas atendidas		Unidade	3574		2614	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	338.422,00	14.330,65	-				

Identificação da Ação							
Código	20TP Tipo: Atividade						
Descrição	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	452.130.749,00	507.753.682,00	507.658.576,00	507.336.663,03	507.336.663,03	-	321.912,97
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.443.621,42	894.937,50	177,47				

Identificação da Ação	
Código	2549 Tipo: Atividade
Descrição	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL
Iniciativa	-
Objetivo	- Código:

Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	880.000,00	619.000,00	619.000,00	385.290,74	385.290,74		233.709,26
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Matéria veiculada		Unidade	22		22	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	69.420,59	63.596,60	980,00				

Identificação da Ação							
Código	2C73 Tipo: Atividade						
Descrição	MANUTENCAO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	-	5.567.833,86	1.823.746,27	1.823.746,27	-	3.744.087,59
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	2.275.287,64	1.606.826,54	552,86	-	-	-	

Identificação da Ação	
Código	4224 Tipo: Atividade
Descrição	ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES
Iniciativa	-
Objetivo	- Código:

Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	5.981.767,00	5.981.767,00	5.981.767,00	4.099.197,56	4.099.197,56	-	1.882.569,44
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Pessoa assistida		Unidade	5.952	-	5.751	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	191.640,21	184.027,79	-	Pessoa assistida	Unidade	-	

Identificação da Ação							
Código	4256 Tipo: Atividade						
Descrição	APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista Código: 0571 Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	59.725.631,00	70.330.214,00	67.220.678,08	59.973.937,75	59.973.937,75	-	7.246.740,33
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Processo julgado		Unidade	179.140	-	139.150	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	10.065.873,13	7.585.938,18	49.700,90	Processo julgado	Unidade	-	

Identificação da Ação	
Código	7V70 Tipo: Atividade
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE EUCLIDES DA CUNHA - BA
Iniciativa	-

Objetivo	- Código:						
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571		Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	950.000,00	950.000,00	-	-	-	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
	Edifício construído		Percentual de execução física	49	-	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-	Edifício construído	Percentual de execução física	-	

Identificação da Ação							
Código	0005 Atividade		Tipo:				
Descrição	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)						
Iniciativa	-						
Objetivo	- Código:						
Programa	Código:		Tipo:				
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	-	-	29.538.480,00	29.538.480,00	29.538.480,00	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
				Prevista	Reprogramada (*)	Realizada	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	-	-	-				

Identificação da Ação		
Código	0396 Atividade	Tipo:

Descrição	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	184.673.122,00	213.681.587,00	213.681.587,00	213.339.535,02	213.339.535,02	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	3.353.737,07	2.064.069,17	-				

Identificação da Ação							
Código	0625 Atividade						Tipo:
Descrição	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR						
Iniciativa							
Objetivo	Código:						
Programa	Código: Tipo:						
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras						
Lei Orçamentária Anual do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			1.984.900,68	1.984.900,68	1.984.900,68	-	-
Execução Física da Ação							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada (*)	Realizada
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	-	-	-				

## OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM O RESPECTIVO CRÉDITO NO ORÇAMENTO

Quadro – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212121100 / 211110400	PESSOAL A PG POR INSUF. DE CRED.-RECURSOS / OBRIGACOES TRABALHISTAS A PAGAR				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2015
080007	00000590568	71.062,85	71.062,85	0,00	0,00
080007	00001007572	80.657,62	80.657,62	0,00	0,00
080007	00016055500	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	00024279587	95.702,63	95.702,63	0,00	0,00
080007	00027600530	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	00028983572	47,74	47,74	0,00	0,00
080007	00030210500	57.903,21	57.903,21	0,00	0,00
080007	00030813549	51.753,35	51.753,35	0,00	0,00
080007	00031976549	50.759,88	50.759,88	0,00	0,00
080007	00033200572	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	00035599553	85.275,69	85.275,69	0,00	0,00
080007	00037230549	17.947,60	17.947,60	0,00	0,00
080007	00038946572	68.471,63	68.471,63	0,00	0,00
080007	00044903553	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	00045101515	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	00046574549	73.091,42	73.091,42	0,00	0,00
080007	00048011568	98.622,08	98.622,08	0,00	0,00
080007	00048143553	23.264,09	23.264,09	0,00	0,00
080007	00050997572	85.277,97	85.277,97	0,00	0,00
080007	00051764504	74.975,15	74.975,15	0,00	0,00
080007	00052817504	38.471,71	38.471,71	0,00	0,00
080007	00060526572	56.324,68	56.324,68	0,00	0,00
080007	00064076504	78.960,25	78.960,25	0,00	0,00
080007	00066044553	72.916,42	72.916,42	0,00	0,00
080007	00066508568	0,00	0,00	37.413,87	37.413,87
080007	00067172504	52.254,19	52.254,19	0,00	0,00

080007	00069566534	74.898,56	74.898,56	0,00	0,00
080007	00070173591	75.841,82	75.841,82	0,00	0,00
080007	00073024520	55.271,84	55.271,84	0,00	0,00
080007	00077631587	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	00077917553	71.063,54	71.063,54	0,00	0,00
080007	00102377553	85.275,67	85.275,67	0,00	0,00
080007	00105503304	92.073,27	92.073,27	0,00	0,00
080007	00105600504	56.324,55	56.324,55	0,00	0,00
080007	00107794500	71.062,85	71.062,85	0,00	0,00
080007	00114146500	83.379,93	83.379,93	0,00	0,00
080007	00136760597	2.874,28	2.874,28	0,00	0,00
080007	00184276500	97.493,38	97.493,38	0,00	0,00
080007	00204374553	66.851,72	66.851,72	0,00	0,00
080007	00210749504	71.063,70	71.063,70	0,00	0,00
080007	00212365904	0,00	0,00	638.450,99	638.450,99
080007	00213659549	73.599,38	73.599,38	0,00	0,00
080007	00216011515	66.325,23	66.325,23	0,00	0,00
080007	00219690510	65.724,76	65.724,76	0,00	0,00
080007	00221503587	74.133,33	74.133,33	0,00	0,00
080007	00228672520	69.987,73	69.987,73	0,00	0,00
080007	00239321553	78.473,31	78.473,31	0,00	0,00
080007	00240117549	771,37	771,37	0,00	0,00
080007	00260932515	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	00267660510	90.570,30	90.570,30	0,00	0,00
080007	00279730500	77.828,85	77.828,85	0,00	0,00
080007	00291269591	58.430,34	58.430,34	0,00	0,00
080007	00292826591	108.170,95	108.170,95	0,00	0,00
080007	00293407568	2.030,79	2.030,79	0,00	0,00
080007	00294446591	104.445,41	104.445,41	0,00	0,00
080007	00327646500	71.062,85	71.062,85	0,00	0,00
080007	00343498553	69.483,59	69.483,59	0,00	0,00
080007	00344702553	87.663,76	87.663,76	0,00	0,00
080007	00353485500	71.062,85	71.062,85	0,00	0,00
080007	00355810506	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00

080007	00362484520	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	00366510525	80.223,50	80.223,50	0,00	0,00
080007	00370479572	68.957,30	68.957,30	0,00	0,00
080007	00380253534	74.916,14	74.916,14	0,00	0,00
080007	00385557515	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	00395366534	69.483,59	69.483,59	0,00	0,00
080007	00400416549	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	00402338553	105.153,43	105.153,43	0,00	0,00
080007	00415880530	71.062,85	71.062,85	0,00	0,00
080007	00415928591	105.150,63	105.150,63	0,00	0,00
080007	00415995515	101.123,41	101.123,41	0,00	0,00
080007	00423394568	3.425,44	3.425,44	0,00	0,00
080007	00425621553	585,55	585,55	0,00	0,00
080007	00425680568	74.885,57	74.885,57	0,00	0,00
080007	00427888549	81.412,68	81.412,68	0,00	0,00
080007	00432970568	102.004,12	102.004,12	0,00	0,00
080007	00442640544	63.629,96	63.629,96	0,00	0,00
080007	00468746587	8.644,76	8.644,76	0,00	0,00
080007	00477192572	67.904,51	67.904,51	0,00	0,00
080007	00516791591	68.431,04	68.431,04	0,00	0,00
080007	00553891553	8.421,63	8.421,63	0,00	0,00
080007	00637262549	94.970,20	94.970,20	0,00	0,00
080007	00675776520	65.798,93	65.798,93	0,00	0,00
080007	00723088500	482.169,01	482.169,01	0,00	0,00
080007	00770698549	83.280,02	83.280,02	0,00	0,00
080007	01232797553	13.164,96	13.164,96	0,00	0,00
080007	01800124520	11.819,63	11.819,63	0,00	0,00
080007	01826514520	67.904,51	67.904,51	0,00	0,00
080007	01856251500	54.752,01	54.752,01	0,00	0,00
080007	01890301515	93.972,80	93.972,80	0,00	0,00
080007	01952056500	3.776,23	3.776,23	0,00	0,00
080007	02066181587	55.271,84	55.271,84	0,00	0,00
080007	02101661500	8.841,60	8.841,60	0,00	0,00
080007	02362476545	13.500,65	13.500,65	0,00	0,00

080007	02372371568	2.372,04	2.372,04	0,00	0,00
080007	02375575504	23.626,26	23.626,26	0,00	0,00
080007	02397234572	60.535,05	60.535,05	0,00	0,00
080007	02698625520	98.447,56	98.447,56	0,00	0,00
080007	02824027568	65.387,38	65.387,38	0,00	0,00
080007	03063037877	75.815,13	75.815,13	0,00	0,00
080007	03070409504	84.011,48	84.011,48	0,00	0,00
080007	03106870559	421,22	421,22	0,00	0,00
080007	03529657549	68.957,30	68.957,30	0,00	0,00
080007	03713954534	0,00	0,00	4.969,91	4.969,91
080007	03748901291	115.642,94	115.642,94	0,00	0,00
080007	04021754504	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	04072449563	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	04107942520	71.063,77	71.063,77	0,00	0,00
080007	04230892500	0,00	0,00	2.310.967,43	2.310.967,43
080007	04230892500	1.935.322,26	1.935.322,26	0,00	0,00
080007	04429931534	49.225,50	49.225,50	0,00	0,00
080007	04486986504	247,96	247,96	0,00	0,00
080007	04739485753	60.535,05	60.535,05	0,00	0,00
080007	04793900534	85.277,23	85.277,23	0,00	0,00
080007	04883624587	57.903,21	57.903,21	0,00	0,00
080007	05104920534	91.588,28	91.588,28	0,00	0,00
080007	05310741372	3.274,06	3.274,06	0,00	0,00
080007	05323894504	95.666,24	95.666,24	0,00	0,00
080007	05347351500	101.681,54	101.681,54	0,00	0,00
080007	05392039553	94.029,90	94.029,90	0,00	0,00
080007	05504678587	56.850,19	56.850,19	0,00	0,00
080007	05556813515	97.009,05	97.009,05	0,00	0,00
080007	05653894591	68.957,30	68.957,30	0,00	0,00
080007	05963800706	63.530,31	63.530,31	0,00	0,00
080007	06013961549	93.431,66	93.431,66	0,00	0,00
080007	06161774534	92.039,04	92.039,04	0,00	0,00
080007	06278213591	94.552,71	94.552,71	0,00	0,00
080007	06299648821	97.753,58	97.753,58	0,00	0,00

080007	06399576504	94.576,57	94.576,57	0,00	0,00
080007	06414010510	98.797,09	98.797,09	0,00	0,00
080007	06540902549	236,16	236,16	0,00	0,00
080007	06574947553	91.573,79	91.573,79	0,00	0,00
080007	06577121591	26.744,31	26.744,31	0,00	0,00
080007	07222190597	23.130,68	23.130,68	0,00	0,00
080007	07250169572	70.536,36	70.536,36	0,00	0,00
080007	07251726572	70.973,09	70.973,09	0,00	0,00
080007	07385374549	93.238,77	93.238,77	0,00	0,00
080007	07391382515	32.957,19	32.957,19	0,00	0,00
080007	07446284587	14.291,87	14.291,87	0,00	0,00
080007	07550960615	66.326,88	66.326,88	0,00	0,00
080007	08648409500	72.792,12	72.792,12	0,00	0,00
080007	09172394587	0,00	0,00	29.839,01	29.839,01
080007	09197680591	37.065,03	37.065,03	0,00	0,00
080007	09324801520	52.718,51	52.718,51	0,00	0,00
080007	09487514520	87.760,47	87.760,47	0,00	0,00
080007	09543660506	0,00	0,00	3.715.344,52	3.715.344,52
080007	09543660506	99.595,15	99.595,15	0,00	0,00
080007	09546898520	82.186,89	82.186,89	0,00	0,00
080007	09623450591	2.873,16	2.873,16	0,00	0,00
080007	09660887515	95.551,52	95.551,52	0,00	0,00
080007	10594477549	81.064,45	81.064,45	0,00	0,00
080007	10595520510	91.719,90	91.719,90	0,00	0,00
080007	10721266568	90.680,69	90.680,69	0,00	0,00
080007	11007672587	68.430,81	68.430,81	0,00	0,00
080007	11021020591	89.768,27	89.768,27	0,00	0,00
080007	11194480500	92.924,59	92.924,59	0,00	0,00
080007	11217588515	98.885,98	98.885,98	0,00	0,00
080007	11243244534	62.114,13	62.114,13	0,00	0,00
080007	11263180515	0,00	0,00	48.372,35	48.372,35
080007	11321970587	96.111,98	96.111,98	0,00	0,00
080007	11844396568	90.924,51	90.924,51	0,00	0,00
080007	11877618500	89.176,93	89.176,93	0,00	0,00

080007	11891505653	90.372,94	90.372,94	0,00	0,00
080007	12071250591	91.573,77	91.573,77	0,00	0,00
080007	12497088500	89.640,99	89.640,99	0,00	0,00
080007	13348043549	87.751,27	87.751,27	0,00	0,00
080007	14166984500	8.261,00	8.261,00	0,00	0,00
080007	15100383534	11.145,44	11.145,44	0,00	0,00
080007	15249999549	99.165,76	99.165,76	0,00	0,00
080007	15316106504	89.835,35	89.835,35	0,00	0,00
080007	16301536568	36.271,63	36.271,63	0,00	0,00
080007	16314549515	237,35	237,35	0,00	0,00
080007	16401964553	421,74	421,74	0,00	0,00
080007	16510216515	37.811,48	37.811,48	0,00	0,00
080007	16717090553	725,05	725,05	0,00	0,00
080007	16747542568	5.948,32	5.948,32	0,00	0,00
080007	16920651572	0,00	0,00	14.319,58	14.319,58
080007	17677343520	89.275,13	89.275,13	0,00	0,00
080007	17692474591	87.463,84	87.463,84	0,00	0,00
080007	17708583500	0,00	0,00	29.067,81	29.067,81
080007	17895375504	64.022,32	64.022,32	0,00	0,00
080007	18052223768	97.870,13	97.870,13	0,00	0,00
080007	18303137549	88.914,48	88.914,48	0,00	0,00
080007	18562175587	85.028,53	85.028,53	0,00	0,00
080007	18712410578	60.464,24	60.464,24	0,00	0,00
080007	18891640549	16.533,20	16.533,20	0,00	0,00
080007	19586540510	11.942,33	11.942,33	0,00	0,00
080007	19635982534	87.277,64	87.277,64	0,00	0,00
080007	19700741591	30.968,80	30.968,80	0,00	0,00
080007	19985657349	123.355,32	123.355,32	0,00	0,00
080007	20215380525	92.755,90	92.755,90	0,00	0,00
080007	21050678591	85.885,67	85.885,67	0,00	0,00
080007	21399646168	1.369,98	1.369,98	0,00	0,00
080007	21627142568	87.207,76	87.207,76	0,00	0,00
080007	22729054553	88.885,36	88.885,36	0,00	0,00
080007	22751017568	88.320,52	88.320,52	0,00	0,00

080007	23369280515	88.824,04	88.824,04	0,00	0,00
080007	23757248520	88.574,53	88.574,53	0,00	0,00
080007	23899530500	84.797,05	84.797,05	0,00	0,00
080007	24308510597	502,81	502,81	0,00	0,00
080007	24493694572	89.391,84	89.391,84	0,00	0,00
080007	24640620578	85.335,40	85.335,40	0,00	0,00
080007	24868248553	87.360,21	87.360,21	0,00	0,00
080007	25360710225	101.554,83	101.554,83	0,00	0,00
080007	25434349504	86.853,87	86.853,87	0,00	0,00
080007	25437216572	59.830,36	59.830,36	0,00	0,00
080007	26038846549	86.055,91	86.055,91	0,00	0,00
080007	26061546572	96.334,01	96.334,01	0,00	0,00
080007	26156806504	85.340,63	85.340,63	0,00	0,00
080007	26430266591	90.461,73	90.461,73	0,00	0,00
080007	26552817568	0,00	0,00	919.562,40	919.562,40
080007	27019250530	89.077,74	89.077,74	0,00	0,00
080007	27440192591	0,00	0,00	19.408,64	19.408,64
080007	27440192591	12.689,18	12.689,18	0,00	0,00
080007	27494217568	88.495,95	88.495,95	0,00	0,00
080007	28237889568	106.293,95	106.293,95	0,00	0,00
080007	28458249391	102.042,57	102.042,57	0,00	0,00
080007	28583620504	90.245,59	90.245,59	0,00	0,00
080007	28587030515	0,00	0,00	88.529,97	88.529,97
080007	28635604504	32.630,71	32.630,71	0,00	0,00
080007	28752490530	1.257,26	1.257,26	0,00	0,00
080007	28848004768	93.671,46	93.671,46	0,00	0,00
080007	29258553500	86.338,68	86.338,68	0,00	0,00
080007	30462479404	70.897,95	70.897,95	0,00	0,00
080007	30928400549	80.190,88	80.190,88	0,00	0,00
080007	31484573587	86.569,14	86.569,14	0,00	0,00
080007	31842879553	85.967,15	85.967,15	0,00	0,00
080007	32685807500	93.546,84	93.546,84	0,00	0,00
080007	33414505800	97.366,15	97.366,15	0,00	0,00
080007	33918945553	94.409,00	94.409,00	0,00	0,00

080007	34705228553	0,00	0,00	11.334,70	11.334,70
080007	34791442504	81.782,52	81.782,52	0,00	0,00
080007	35293098500	64.013,69	64.013,69	0,00	0,00
080007	35354003504	89.157,90	89.157,90	0,00	0,00
080007	35949120515	8.867,92	8.867,92	0,00	0,00
080007	35967250549	58.621,52	58.621,52	0,00	0,00
080007	36227161500	88.320,74	88.320,74	0,00	0,00
080007	36589250510	87.701,59	87.701,59	0,00	0,00
080007	36627488515	82.051,44	82.051,44	0,00	0,00
080007	36702072520	71.999,32	71.999,32	0,00	0,00
080007	37448285572	87.060,80	87.060,80	0,00	0,00
080007	37467859520	98.019,70	98.019,70	0,00	0,00
080007	38060639587	68.708,18	68.708,18	0,00	0,00
080007	38134004504	13.877,00	13.877,00	0,00	0,00
080007	38748649520	89.030,80	89.030,80	0,00	0,00
080007	39024644887	2.488,09	2.488,09	0,00	0,00
080007	39264688587	83.737,47	83.737,47	0,00	0,00
080007	39452638591	73.885,49	73.885,49	0,00	0,00
080007	39825400544	296,15	296,15	0,00	0,00
080007	40214907520	101.670,72	101.670,72	0,00	0,00
080007	40451976649	88.999,03	88.999,03	0,00	0,00
080007	40468151591	86.997,38	86.997,38	0,00	0,00
080007	40482715553	73.017,08	73.017,08	0,00	0,00
080007	40631362568	4.234,14	4.234,14	0,00	0,00
080007	40631630597	86.791,43	86.791,43	0,00	0,00
080007	41189833549	85.116,34	85.116,34	0,00	0,00
080007	41383613591	93.552,13	93.552,13	0,00	0,00
080007	42002788553	84.240,78	84.240,78	0,00	0,00
080007	42271398568	0,00	0,00	29.167,82	29.167,82
080007	42437067515	86.916,18	86.916,18	0,00	0,00
080007	45329540534	26.676,21	26.676,21	0,00	0,00
080007	45479437534	85.383,10	85.383,10	0,00	0,00
080007	45827699500	117.304,78	117.304,78	0,00	0,00
080007	47242817587	75.036,84	75.036,84	0,00	0,00

080007	47851384591	68.719,04	68.719,04	0,00	0,00
080007	48153303520	82.375,43	82.375,43	0,00	0,00
080007	48250783549	60.432,11	60.432,11	0,00	0,00
080007	48613460534	85.067,93	85.067,93	0,00	0,00
080007	49475339515	70.763,26	70.763,26	0,00	0,00
080007	49980858591	56.885,74	56.885,74	0,00	0,00
080007	53427416534	71.627,03	71.627,03	0,00	0,00
080007	54456150572	116.441,72	116.441,72	0,00	0,00
080007	54595517572	87.454,30	87.454,30	0,00	0,00
080007	54597420568	86.951,38	86.951,38	0,00	0,00
080007	54835437187	84.422,50	84.422,50	0,00	0,00
080007	55474012500	74.353,51	74.353,51	0,00	0,00
080007	56158610534	66.031,92	66.031,92	0,00	0,00
080007	57876932568	74.650,72	74.650,72	0,00	0,00
080007	58293094591	79.122,70	79.122,70	0,00	0,00
080007	60958464553	57.301,18	57.301,18	0,00	0,00
080007	61330159500	71.459,50	71.459,50	0,00	0,00
080007	61473030587	74.198,81	74.198,81	0,00	0,00
080007	64129179500	68.908,64	68.908,64	0,00	0,00
080007	66423066434	0,00	0,00	12.240,49	12.240,49
080007	66677890449	5.926,46	5.926,46	0,00	0,00
080007	69389853753	82.999,70	82.999,70	0,00	0,00
080007	73444162715	85.827,76	85.827,76	0,00	0,00
080007	81172095868	32.183,23	32.183,23	0,00	0,00
080007	90001931504	0,00	0,00	8.316,64	8.316,64
080007	94653283591	0,00	0,00	45.937,11	45.937,11
Fonte:SOF/TRT5/SIAFI 2014 E 2015.					

## RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Quadro – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação						
Código	134L				Tipo: Projeto	
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE BRUMADO - BA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
695.117,03	692.014,86	-				

Identificação da Ação						
Código	13GP				Tipo: Projeto	
Descrição	CONSTRUCAO DO EDIFICIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ALAGOINHAS - BA					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista		Código: 0571	Tipo:		
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia					
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
193.686,78	-	-				

Identificação da Ação						
Código	20G2				Tipo: Atividade	
Descrição	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Código:		Tipo:			
Unidade Orçamentária						
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
10.500,00	-	-				

Identificação da Ação					
-----------------------	--	--	--	--	--

Código	5093 Tipo: Atividade				
Descrição	IMPLANTACAO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTAO DA INFORMACAO JURISDICCIONAL NA JUSTICA DO TRABALHO (E-JUS)				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:          Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim   ( x ) Não   Caso positivo: ( ) PAC   ( ) Brasil sem Miséria   ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
87.538,60	-	-			

Identificação da Ação					
Código	0536 Tipo: Atividade				
Descrição	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACAO ESPECIAL E/OU DECISOES JUDICIAIS				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:          Tipo:				
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	( ) Sim   ( x ) Não   Caso positivo: ( ) PAC   ( ) Brasil sem Miséria   ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
88.620,95	88.620,95	88.620,95			

Identificação da Ação					
Código	1H53 Tipo: Projeto				
Descrição	CONSTRUCAO DO FORUM TRABALHISTA EM BOM JESUS DA LAPA - BA				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Prestação Jurisdiccional Trabalhista          Código: 0571          Tipo:				
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim   ( x ) Não   Caso positivo: ( ) PAC   ( ) Brasil sem Miséria   ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
35.707,51	-	-			

Identificação da Ação					
Código	4091 Tipo: Atividade				
Descrição	CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS				
Iniciativa					

Objetivo	Código:				
Programa	Prestação Jurisdicional Trabalhista	Código:	0571	Tipo:	
Unidade Orçamentária	15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				
Ação Prioritária	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria ( ) Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
121.409,89	34.838,09	-			

## EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não há informações a serem apresentadas.

## INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

### Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária:	Código UO:15106		UGO:15106	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>29.364.324,72</b>	<b>40.416.412,10</b>	<b>29.363.186,53</b>	<b>40.416.412,10</b>
a) Convite	80.828,70	278.539,30	80.828,70	278.539,30
b) Tomada de Preços	162.727,80	144.825,74	162.727,80	144.825,74
c) Concorrência	1.609.929,54	4.819.797,12	1.608.791,35	4.819.797,12
d) Pregão	27.510.838,68	35.173.249,94	27.510.838,68	35.173.249,94
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>12.479.062,00</b>	<b>15.440.482,25</b>	<b>12.479.062,00</b>	<b>15.440.482,25</b>
h) Dispensa	9.700.431,22	9.245.460,02	9.700.431,22	9.245.460,02
i) Inexigibilidade	2.778.630,78	6.195.022,23	2.778.630,78	6.195.022,23
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>314.896,01</b>	<b>362.167,81</b>	<b>314.896,01</b>	<b>362.167,81</b>
j) Suprimento de Fundos	314.896,01	362.167,81	314.896,01	362.167,81
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>923.729.335,04</b>	<b>730.749.122,76</b>	<b>923.729.063,19</b>	<b>730.749.122,76</b>
k) Pagamento em Folha	844.980.452,32	730.608.927,61	844.980.452,32	730.608.927,61
l) Diárias	2.745.726,91	140.195,15	2.745.726,91	140.195,15
<b>5. Outros</b>	<b>76.003.155,81</b>	<b>70.093.579,93</b>	<b>76.002.612,11</b>	<b>70.093.579,93</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>857.061.764,85</b>	<b>965.886.207,73</b>	<b>857.061.764,85</b>

## Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: 15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia				Código UO: 15106		UGO: 15106		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
VENCIMENTOS VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL E -	498.574.713,33	447.962.240,69	498.284.607,96	447.962.240,69	-	-	498.284.607,96	447.962.240,69
APOSENT.RPPS,RESER.REMUNER.REFOR.MILITAR E	157.155.878,60	140.140.825,52	157.116.491,71	140.140.825,52	-	-	157.116.491,71	140.140.825,52
OBRIGACOES PATRONAIS	94.151.952,18	83.912.993,59	93.784.951,77	83.912.993,59	-	-	93.784.951,77	83.912.993,59
Demais elementos do grupo	96.128.873,57	58.492.867,81	95.794.400,88	56.651.440,54	1.841.427,27	1.841.427,27	95.794.400,88	56.651.440,54
2. Juros e Encargos da Dívida	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ-OP.INT.ORC	35.721.218,87	23.867.641,00	26.679.071,06	23.599.767,42	5.221.287,47	267.873,58	26.678.799,21	23.599.767,42
AUXILIO-ALIMENTACAO	25.061.990,96	22.539.300,25	25.059.550,82	17.318.012,78	267.873,58	5.221.287,47	25.059.550,82	17.318.012,78
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	17.696.348,39	20.564.662,45	16.125.292,82	20.498.270,83	1.085.911,74	66.391,62	16.125.292,82	20.498.270,83
Demais elementos do grupo	51.479.874,13	46.290.429,59	48.223.710,16	42.999.839,00	2.271.070,47	3.290.590,59	48.223.710,16	42.999.839,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.983.496,86	5.158.028,31	3.261.858,50	512.231,87	1.696.920,22	4.645.796,44	3.261.858,50	512.231,87
OBRAS E INSTALACOES	3.003.450,81	5.032.161,86	1.541.931,66	3.335.241,64	4.645.796,44	1.696.920,22	1.540.793,47	3.335.241,64
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	231.388,00	3.100.613,78	17.160,47	1.177.123,38	1.923.490,40	1.923.490,40	17.160,47	1.177.123,38
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	v
5. Inversões Financeiras	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Nome do elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

**Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal**

**Quadro – Concessão de suprimento de fundos**

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2015	080007	TRT 5ª Região			246	729.300,00	6.000,00
2014	080007	TRT 5ª Região			248	753.800,00	6.000,00

Fonte: SIAFI 2014/2015

**Quadro – Utilização de suprimento de fundos**

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2015	080007	TRT 5ª Região			127	59.913,25	260.676,48	320.589,73
2014	080007	TRT 5ª Região			245	63.416,80	291.992,02	355.408,82

Fonte: SIAFI 2014/2015

**Quadro – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência**

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
080007	TRT 5ª Região	33.90.30	01	28,40
			04	180,00
			07	1.172,07
			09	446,58
			10	2.069,30
			11	1.400,00

			15	7.045,00
			16	5.309,74
			17	4.330,91
			19	1.732,47
			20	447,82
			21	6.771,45
			22	7.509,20
			23	197,60
			24	49.213,89
			25	17.214,89
			26	45.577,52
			28	3.693,72
			29	1.261,70
			31	6.950,11
			36	140,55
			39	1.629,34
			42	3.472,31
			44	7.783,35
			50	375,00
			96	332,40
		33.90.36	15	750,00
			22	654,76
			35	1.057,74
			96	2.345,24
		33.90.39	05	818,00
			12	1.905,00
			14	1.303,00
			16	33.589,81
			17	44.078,87
			19	1.091,00
			20	15.541,84
			23	548,00
			26	500,00
			36	13,10
			46	1.074,55
			47	243,02
			48	515,00
			63	4.336,90
			74	617,16
			78	13.149,16
			79	10.673,33
			96	1.167,22
		44.90.52	12	188,99

			38	299,00
			48	150,00

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

##### 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

Foi empenhado 100% da dotação final, sendo que a liquidação atingiu 99,84% desta dotação.

##### 00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes Do Auxílio-Funeral e Natalidade

Foi empenhado 100% da dotação final, sendo que a liquidação atingiu 88,05% desta dotação.

##### 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Foi empenhado 100% da dotação final, sendo que a liquidação atingiu 99,61% desta dotação.

##### 134H - Construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em Salvador – BA

Foi empenhado e liquidado 1% da dotação final.

Motivos: Fatores relacionados à inexecução do projeto: 1) Licitação suspensa em razão de questionamentos/impugnações ao Edital formuladas pelos licitantes; 2) Constituição de comissão responsável pelas deliberações relacionadas à contratação do restante do complexo, em razão da eleição da nova mesa diretoria do TRT5 para o biênio 2015/2017; 3) Determinações constantes do Acórdão CSJT-A-161-68-2012-5.90.000, proveniente de auditoria externa da CCAUT/CSJT no sentido abster-se de promover os procedimentos licitatórios até: a) atualizar os estudos de avaliação econômica e financeira com a CAIXA para promover novo contrato de administração de depósitos judiciais; b) resolução de pendências existentes nos projetos arquitetônicos e complementares; c) aprovação do projeto de combate à incêndios pelo corpo de bombeiros.

##### 134J - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE PAULO AFONSO – BA

Foi empenhado 49,79% da dotação final, sendo que este valor foi integralmente inscrito em RAP. A obra foi encerrada.

13HY - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ITAPETINGA - BA

Foi empenhado 100% da dotação final, sendo que este valor foi integralmente inscrito em RAP.

14ZF - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE IPIAU – BA

Foi empenhado 33,47% da dotação final, sendo que a liquidação atingiu 100,00% desta dotação e o pagamento de 98% do valor.

151Y - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA JUSTIÇA DO TRABALHO – PJE

Foi empenhado 33,47% da provisão recebida, sendo que a liquidação atingiu 100,00% desta dotação e o pagamento de 98% do valor.

159W - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE CONCEIÇÃO DO COITÉ – BA

Foi empenhado 99,47% da dotação final, sendo que a liquidação atingiu 40,48% desta dotação. 59,20% restantes inscritos em RAP.

159X - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE ITABERABA- BA

Não houve empenho, pois a licitação não havia sido finalizada.

1P66 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Foi empenhado 100% da Provisão orçamentária recebida, sendo que este valor foi integralmente inscritos em RAP. O valor diz respeito a reformas de duas Varas Trabalhista.

2004 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES

Toda dotação final foi empenhada, sendo 80,61% desta dotação liquidada.

2010 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Toda dotação final foi empenhada, sendo 99,87% desta dotação liquidada.

2011 - AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Foi empenhado 92,90% da dotação final, sendo que 97,93% deste valor foi liquidado.

2012 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Toda dotação final foi empenhada, sendo 99,99% desta dotação liquidada.

20TP - PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Foi empenhado 99,99%, sendo que 99,93% desta dotação foi liquidada.

2549 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Toda dotação final foi empenhada, sendo 62,24% desta dotação liquidada.

A meta física foi 100% atingida.

2C73 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Foi empenhado 100,00% da Provisão orçamentária recebida, sendo que 32,76% foi liquidado.

4224 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES

Toda dotação final foi empenhada, sendo 68,53% desta dotação liquidada.

A meta física foi 96,62% atingida.

4256 - APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO

Foi empenhada 95,58% da dotação final, sendo que 89,22% desta dotação foi liquidada.

A meta foi atingida em todos os Planos orçamentários, exceto no PO 0001, cujo percentual atingido foi de 77,68%.

## 7V70 - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO FORUM TRABALHISTA DE EUCLIDES DA CUNHA – BA

Não houve empenho nesta ação, pois a licitação não havia sido finalizada.

## 0005 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS)

100% do destaque recebido foi pago.

## 0396 - PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

Toda dotação final foi empenhada, sendo 99,84% desta dotação liquidada.

## 0625 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO DE PEQUENO VALOR

100% da provisão recebida foi pago.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

### MATRIZ DE INDICADORES E METAS

Indicador	Sigla	Descrição
Indicador 1.1	IAM	Índice de Alcance das Metas (IAM)
Indicador 1.2	IRS	Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)
Indicador 2.1	TMDP2	Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)
Indicador 2.2	TMDP1c	Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância – Fase de Conhecimento (TMDP1c)
Indicador 2.3	IPJ	Índice de Processos Julgados - (IPJ)
Indicador 2.4	IPA	Índice de Processos Antigos (IPA)
Indicador 2.5	IACP	Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)
Indicador 3.1	ICONc	Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICONc)
Indicador 3.2	ICONE	Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)

Indicador	Sigla	Descrição
Indicador 4.1	IE	Índice de Execução (IE)
Indicador 5.1	ICP	Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)
Indicador 6.1	iGovGE	Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)
Indicador 6.2	iGov	Índice de Governança
Indicador 7.1	IEPCI	Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI)
Indicador 8.1	IA	Índice de absenteísmo (IA)
Indicador 8.2	IPSaúde	Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)
Indicador 8.3	IQV	Índice de Qualidade de Vida (IQV)
Indicador 9.1	iGovPessoas	Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)
Indicador 10.1	iGovInfra	Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)
Indicador 11.1	IEPETIC	Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)
Indicador 11.2	iGovTIC	Índice de Governança em TIC (iGovTIC)
Indicador 12.1	IEOD	Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)
Indicador 12.2	IEO	Índice de Eficiência Operacional (IEO)

Indicadores relacionados ao Objetivo 1.

Garantir a efetividade da prestação jurisdicional

Indicador 1.1 – Índice de Alcance das Metas (IAM)		
<b>Descrição</b>	Mede o desempenho geral das metas estabelecidas no planejamento estratégico em vigência.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão Estratégica	
<b>Periodicidade</b>	Trimestral	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetros</b>	$\Sigma$ MP1 - Metas com peso 1	<b>Responsáveis</b>
		Secretaria de Gestão Estratégica

<b>Indicador 1.1 – Índice de Alcance das Metas (IAM)</b>						
	ΣMP2 - Metas com peso 2		Secretaria de Gestão Estratégica			
	ΣMP3 - Metas com peso 3		Secretaria de Gestão Estratégica			
<b>Fórmula de cálculo</b>	IAM = (ΣMP1) + (ΣMP2 x 2) + (ΣMP3 x 3)					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta1</b>	Attingir e manter pontuação entre 76 e 96 até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117	93 e 117
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>MP1:</b> Metas com peso 1 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 1.</p> <p><b>MP2:</b> Metas com peso 2 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 2.</p> <p><b>MP3:</b> Metas com peso 3 atribuído, as quais receberão pontuação 2 ou 3, se alcançarem, respectivamente, valores entre 90% e 99,99% e valores iguais ou maiores que 100%, da meta fixada para o período considerado, tendo seus valores multiplicados por 3.</p> <p>A seguir, a relação das metas por peso:</p> <p><b>MP1:</b> Indicador 6.1(iGovGE);  Indicador 6.2(iGov);  Indicador 7.1(IEPCI);  Indicador 8.1(IA);  Indicador 8.2(IPSaúde);  Indicador 8.3(IQV);  Indicador 9.1(iGovPessoas);  Indicador 10.1(iGovInfra);  Indicador 11.1(IEPETIC);  Indicador 11.2(iGovTIC);  Indicador 12.1(IEOD);  Indicador 12.2(IEO).</p> <p><b>MP2:</b> Indicador 3.1(ICONc);  Indicador 3.2(ICONe);</p>					

<b>Indicador 1.1 – Índice de Alcance das Metas (IAM)</b>	
	<p>Indicador 5.1(ICP).</p> <p><b>MP3:</b> Indicador 1.2(IRS);  Indicador 2.1(TM DP2);  Indicador 2.2(TM DP1c);  Indicador 2.3(IPJ);  Indicador 2.4(IPA);  Indicador 2.5(IACP);  Indicador 4.1(IE).</p> <p>Será considerado para cálculo do indicador o total de 22 (vinte e dois) indicadores, sendo observado o desempenho do acumulado do período.</p>

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver programa de expansão e aprimoramento do PJe;
- Desenvolvimento de projeto para criação da Força Tarefa para atuação em Varas que estavam congestionadas a fim de assegurar a efetividade da prestação jurisdicional.

Manter as práticas socioambientais sustentáveis

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>					
<b>Descrição</b>	Mede a quantidade de pessoas beneficiadas com os projetos socioambientais e outras ações voltadas para promoção da cidadania e do bem-estar.				
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Projetos Especiais				
<b>Periodicidade</b>	Mensal				
<b>Polaridade</b>	Para cima				
<b>Parâmetro</b>	<table border="1"> <tr> <td>(P.1) Quantidade de pessoas beneficiadas com as ações socioambientais no período</td> <td><b>Responsáveis</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td>Coordenadoria de Projetos Especiais</td> </tr> </table>	(P.1) Quantidade de pessoas beneficiadas com as ações socioambientais no período	<b>Responsáveis</b>		Coordenadoria de Projetos Especiais
(P.1) Quantidade de pessoas beneficiadas com as ações socioambientais no período	<b>Responsáveis</b>				
	Coordenadoria de Projetos Especiais				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$\sum P1$				
<b>Linha de base</b>	2012: 1.665 pessoas; 2013: 2.793 pessoas; 2014: 1.455 pessoas (1º semestre)				
<b>Meta2</b>	Manter o patamar superior a 9.000 pessoas beneficiadas, ao ano, pelas ações socioambientais, até 2020.				

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>8.000	>10.000	>12.000	>14.000	>16.000	>18.000

### Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:

- Elaborar política e estabelecer instrumentos e diretrizes de responsabilidade socioambientais;
- Reestruturação e aperfeiçoamento dos programas socioambientais do TRT5;
- Implementar grupo de orientação sobre os direitos do cidadão;
- Implementar projeto da Anamatra/Amatra5 de responsabilidade social com real, concreto e efetivo apoio da Administração do tribunal ao TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania);
- Desenvolver Projeto Acessibilidade;
- Associar a Justiça Itinerante às ações de responsabilidade social, reunindo esforços financeiros e humano;
- Desenvolver programas ou convênios com o MP e Secretarias Municipais (de Assistência Social e Saúde) para implantar (criar) e implementar (melhorar) equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas), entre outros, para assessoramento dos magistrados;
- Institucionalizar a realização da Pesquisa de Satisfação a cada semestre com a divulgação dos resultados para o público interno e externo;
- Afetação das demandas e ações a uma área ou setor específico, sob a coordenação dos gestores regionais do programa trabalho seguro e trabalho infantil.

Indicadores relacionados ao Objetivo 2.

Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

<b>Indicador 2.1 – Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)</b>	
<b>Descrição</b>	Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e a sua baixa.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Polaridade</b>	Para baixo
<b>Parâmetros</b>	(P1) Somatório (Data da baixa - Data da autuação)
	<b>Responsáveis</b> Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

<b>Indicador 2.1 – Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)</b>						
	(P2) Total de Processos Baixados	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
<b>Fórmula de cálculo</b>	TMDP2 = Somatório (Data da baixa - Data da autuação) / Total de Processos Baixados					
<b>Linha de base</b>	2013: 218 dias					
<b>Meta3</b>	Reduzir em 10% o prazo médio de duração do processo na 2ª instância, em relação ao de 2014.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Data da baixa:</b> data de baixa dos processos no TRT (remessas para outros órgãos competentes, baixas para a instância inferior ou superior e os arquivamentos) no período.</p> <p><b>Data da autuação:</b> data de autuação das ações originárias e recursais. Para processos do PJe, considerar a data de distribuição.</p>					

<b>Indicador 2.2 – Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância – Fase de Conhecimento (TMDP1c)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento da ação na vara do trabalho e a prolação da sentença.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para baixo	
<b>Parâmetros</b>	(P3) Somatório (Data da prolação da sentença – Data do ajuizamento da ação)	<b>Responsáveis</b> Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
	(P4) Total de Processos com prolação de sentenças	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
<b>Fórmula de cálculo</b>	Somatório (Data da prolação da sentença – Data do ajuizamento da ação) / Total de Processos com prolação de sentenças	
<b>Linha de base</b>	2013: 176 dias	
<b>Meta4</b>	Reduzir em 5% o prazo médio de duração do processo na 1ª instância, fase de conhecimento, em relação ao ano-base 2014	

**Indicador 2.2 – Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância – Fase de Conhecimento (TMDP1c)**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	1%	2%	3%	4%	5%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Data da prolação da sentença:</b> data da prolação da sentença, desconsiderados os processos com sentença anulada/reformada.</p> <p><b>Data do ajuizamento da ação:</b> data de autuação da petição inicial na vara do trabalho. Para processos do PJe, considerar a data de distribuição.</p>					

**Indicador 2.3 – Índice de Processos Julgados (IPJ)**

<b>Descrição</b>	Mede o percentual de efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos que ingressaram em relação aos processos solucionados.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P5) Total de Processos julgados			<b>Responsáveis</b>		
				Coordenadoria de Estatística e Pesquisa		
	(P6) Total de Casos Novos			Coordenadoria de Estatística e Pesquisa		
<b>Fórmula de cálculo</b>	$((P5) / (P6)) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	2013: 94,7%					
<b>Meta5</b>	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%
<b>Esclarecimentos</b>	<p>O IPJ representa o cálculo da Meta Nacional 1 do Poder Judiciário, aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.</p> <p>Variável a ser definida no Glossário de Metas Nacionais do Poder Judiciário - 2015 pelo Conselho Nacional de Justiça.</p>					

<b>Indicador 2.3 – Índice de Processos Julgados (IPJ)</b>	
	A meta 6 do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho equivale à Meta Nacional 1 do Poder Judiciário.

<b>Indicador 2.4 – Índice de Processos Antigos (IPA)</b>	
<b>Descrição</b>	Mede o percentual da efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos que ingressaram em relação aos processos solucionados.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Polaridade</b>	Para cima
<b>Parâmetros</b>	(P7) Total de Processos Antigos Julgados
	(P8) Total de Processos Antigos Distribuídos
	<b>Responsáveis</b>
	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
<b>Fórmula de cálculo</b>	$((P7) / (P8)) \times 100$ , por ano de ajuizamento
<b>Linha de base</b>	2013: 91,6%; 2012: 98,0%; 2011: 99,2%; 2010: 99,8%
<b>Meta6</b>	Manter o Índice de IPA, por ano de ajuizamento, em pelo menos 98% (exceto do ano anterior).
	2015      2016      2017      2018      2019      2020
	>98%    >98%    >98%    >98%    >98%    >98%
<b>Esclarecimentos</b>	O IPA representa o cálculo da Meta Nacional 2 do Poder Judiciário para 2015, adotando o mesmo glossário.

<b>Indicador 2.5 – Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)</b>	
<b>Descrição</b>	Mede o percentual da efetividade da entrega da prestação jurisdicional, levando-se em consideração os casos novos que ingressaram em relação aos processos solucionados.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Polaridade</b>	Para cima

<b>Indicador 2.5 – Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ)</b>						
<b>Parâmetros</b>	(P9) Ações Coletivas Julgadas			<b>Responsáveis</b>		
				Coordenadoria de Estatística e Pesquisa		
	(P10) Ações Coletivas Distribuídas			Coordenadoria de Estatística e Pesquisa		
<b>Fórmula de cálculo</b>	((P9) / (P10)) x 100, por ano de ajuizamento, sendo 3 anos para o 1º grau e 2 anos para o 2º grau.					
<b>Linha de base</b>	2º Grau até o ano de 2012 – 0 pendentas; 1º Grau até o ano de 2011 – 15 pendentas;					
<b>Meta7</b>	Identificar e julgar, até o final do exercício, as ações coletivas distribuídas até o (ano base - 3) no 1º grau e até o (ano base - 2) no 2º grau					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Esclarecimentos</b>	O IACJ representa o cálculo da Meta Nacional 6 do Poder Judiciário para 2015 aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, adotando o mesmo glossário.					

#### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Uniformizar a jurisprudência do TRT;
- Assegurar a criação de novos cargos para implementar os projetos de decisão líquida, e designação de assistentes para todos os juízes substitutos fixos ou moveis;
- Priorizar e fortalecer o Primeiro Grau com a garantia da participação dos membros do Comitê de Gestão do 1º. Grau nas comissões permanentes das áreas administrativas;
- Promover um estudo sobre a taxa de congestionamento das unidades judiciais com a inclusão e a exclusão dos precatórios;
- Realizar o cadastramento de todos os precatórios com base nas informações exigidas pela Resolução nº 115 do CNJ;
- Disseminação da ferramenta de gestão para avaliação de desempenho operacional das Varas do Trabalho (BI);
- Desenvolver um plano de ação para o Projeto Decisão Líquida;
- Realizar a transição das unidades vinculados aos novos sistemas eletrônicos (PJe e e-SAMP), com campanhas educativas para a inserção de 100% dos servidores na atuação com os novos sistemas, assegurando a adaptação das rotinas e a reconfiguração dos setores.

Indicadores relacionados ao Objetivo 3.

Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito

<b>Indicador 3.1 – Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICONc)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede o percentual de processos trabalhistas solucionados na fase de conhecimento por meio de conciliação, levando-se em consideração o total de processos julgados no período.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Total de Conciliações na fase de conhecimento	<b>Responsáveis</b>				
		Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
	(P2) Total de Solucionados na fase de conhecimento	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P1)/(P2) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	2013: 30,8%					
<b>Meta8</b>	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento, em relação ao biênio 2013/2014, em 10%, até 2020.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Conciliações:</b> somatório do número de sentenças homologatórias de acordo, na 1ª Instância, na Fase de Conhecimento.</p> <p><b>Solucionados:</b> somatório do número de sentenças proferidas na 1ª Instância, incluídas as homologatórias de acordo na Fase de Conhecimento.</p>					

<b>Indicador 3.2 – Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)</b>	
<b>Descrição</b>	Mede o percentual de execuções trabalhistas conciliadas, levando-se em consideração o total de execuções colocadas em audiências para acordo no período.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa

<b>Indicador 3.2 – Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)</b>						
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P3) Total de conciliações homologadas na fase de execução	<b>Responsáveis</b> Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
	(P4) Total de execuções colocadas em audiência para acordo	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P3) / (P4) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	2013: 10,65%					
<b>Meta9</b>	Aumentar o Índice de Conciliação na Fase de Execução, em relação ao ano de 2013, em 10%, até 2020.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Conciliações:</b> somatório do número de sentenças homologatórias de acordo, na 1ª Instância, na Fase de Execução.</p> <p><b>Execuções iniciadas:</b> Execuções iniciadas, processos recebidos de outros órgãos para execução, títulos executivos extrajudiciais e certidões de crédito trabalhista recebidos.</p>					

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Propor anteprojeto de lei, visando a criação de cargo específico de servidor mediador de conflitos;
- Capacitar os servidores para atuar como mediadores, facilitando a negociação, sob a coordenação de Juiz do Trabalho, para atuação em processos de cognição e em processos de execução;
- Promover o estudo técnico das condições físicas que facilitem as conciliações – mesa redonda, cor da parede, mobiliário adequado e sua respectiva implementação;
- Instituir ações de incentivo à conciliação;
- Elaborar um plano de atuação permanente para a formação da cultura conciliação.

Indicadores relacionados ao Objetivo 4.

Garantir a efetividade das execuções trabalhistas e fiscais

<b>Indicador 4.1 – Índice de Execução (IE)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede o percentual de efetividade na fase de execução, levando-se em consideração a quantidade de execuções iniciadas em relação às execuções baixadas.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Total de Execuções Baixadas	<b>Responsáveis</b> Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
	(P2) Total de Execuções Iniciadas	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$((P1) / (P2)) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	2014: 129,36%					
<b>Meta 10</b>	Baixar mais processos que as execuções iniciadas no período					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%	>100%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Execuções baixadas:</b> Processos de execução baixados (remessas para outros órgãos competentes ou para a instância superior e arquivamentos definitivos) no período.</p> <p><b>Execuções iniciadas:</b> Execuções iniciadas, processos recebidos de outros órgãos para execução, títulos executivos extrajudiciais e certidões de crédito trabalhista recebidos.</p>					

#### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Buscar o encontro de alternativas para a solução coletiva das ações, inclusive, se for o caso, através da reunião de todas as ações em uma mesma Unidade permitindo a partir daí a instauração, se for o caso, do processo de penhora unificada ou a realização sequenciada de audiência de conciliação ou quaisquer outras medidas que forem apresentadas como pertinentes para a solução dos processos; campanhas de incentivo à conciliação das ações que envolvem os grandes litigantes

- Replicar nas unidades do Interior, ao menos, naquelas cidades que possuam três ou mais Varas do Trabalho, o programa da Central de Execução para solução coletiva de conflitos;
- Realizar parcerias com as Procuradorias da Fazenda, Juntas Comerciais, Cartórios de Imóveis e de Protesto de Títulos, assim como integrar sistemas do Judiciário com os sistemas dos órgãos credores, a fim de permitir acesso aos valores atualizados das dívidas e informações sobre a constituição dos créditos;
- Implantar programa de uniformização e otimização do processo de execução;
- Implementar o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – Simba;
- Criar banco nacional de cadastro de imóveis;
- Estudar a viabilidade da criação da Seção especializada em execuções;
- Estudar a viabilidade para a criação da Vara especializada em execuções fiscais;
- Estudar a utilização de sistemas eletrônicos de leilão e de venda direta pela rede mundial de computadores;
- Implementar Projeto Arrematar;
- Promover oficinas e/ou novos encontros a fim de criar estratégias específicas voltadas ao Poder Judiciário Trabalhista no âmbito da TRT da 5ª Região;

Indicadores relacionados ao Objetivo 5.

Ampliar a gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes

<b>Indicador 5.1 – Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede o prazo médio transcorrido entre o ajuizamento do processo no Tribunal e a sua baixa.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para baixo					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Total de processos dos 10 maiores litigantes	<b>Responsáveis</b>				
		Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
	(P2) Total de Processos em tramitação	Coordenadoria de Estatística e Pesquisa				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$ICP = (P1)/(P2) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 11</b>	Reduzir o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes em 10% até 2020.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1,5%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	<p>Total de processos dos 10 maiores litigantes: somatório do número de processos dos 10 maiores litigantes em tramitação nos TRTs e nas Varas do Trabalho nas fases de conhecimento e de execução no último mês do período de referência. Estão incluídos os processos arquivados provisoriamente na fase de execução.</p> <p>Total de processos em tramitação: somatório do número de processos em tramitação nos TRTs e nas Varas do Trabalho nas fases de conhecimento e de execução no último mês do período de referência. Estão incluídos os processos arquivados provisoriamente na fase de execução.</p> <p>Obs. 1: os 10 maiores litigantes serão aquelas partes que detiverem a maior concentração de processos do TRT no ano de 2014. Ou seja, deverão ser detectados após o encerramento de 2014, sendo objeto da meta 9 até 2020. São consideradas as partes litigantes que figuram no polo ativo e passivo da ação.</p> <p>Total de processos dos 10 maiores litigantes em tramitação: número de ações originárias e recursais pendentes de julgamento</p>					

**Indicador 5.1 – Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)**

	<p>na 2ª instância somado ao número de processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho e ao número de processos pendentes de execução e arquivados provisoriamente no último mês do período de referência, envolvendo os 10 maiores litigantes da Justiça do Trabalho em 1º e 2º Graus, conjuntamente.</p> <p>Total de processos em tramitação: número de ações originárias e recursais pendentes de julgamento na 2ª instância somado ao número de processos pendentes de julgamento nas Varas do Trabalho e ao número de processos pendentes de execução e arquivados provisoriamente no último mês do período de referência.</p> <p>Processos pendentes de Execução no 1º Grau: são os processos em trâmite na fase de execução no último mês do período de referência, incluindo os desarquivados para continuação da execução e aqueles recebidos de outros órgãos para execução. Não incluem processos arquivados provisoriamente na fase de execução.</p>
--	--

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Criação de Banco de Penhoras;
- Consolidar a adoção de procedimento de execução através da Central da Execução, inclusive, por meio da sua expansão para as Varas do Interior;
- Criar ferramenta no sistema processual que possibilite o controle das ações repetitivas e dos grandes litigantes (BI);
- Criar Núcleo de Conciliação único (1º. e 2º. Graus) para que trabalhe com demandas repetitivas e envolvendo grandes litigantes, integrado com a Central de Execução;
- Assegurar a integração do Núcleo de Conciliação Único com a Central de Execução, inclusive, com as unidades da Central de Execução replicadas do interior do Estado.

Indicadores relacionados ao Objetivo 6.

Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária

<b>Indicador 6.1 – Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)</b>													
<b>Descrição</b>	<p>Visa manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica do TRT5 nas cinco dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento da Estratégia,</li> <li>• Execução da Estratégia,</li> <li>• Monitoramento e Avaliação da Estratégia,</li> <li>• Capacitação e Tecnologia, e</li> <li>• Comunicação da Estratégia.</li> </ul> <p>Os objetivos de se manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) aferir o nível de aderência das práticas de gestão adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ nº 198/2014 e RA TRT5 do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020;</li> <li>b) avaliar o nível de maturidade organizacional alcançada com a implementação da gestão estratégica no tribunal; e</li> <li>c) dar continuidade às ações de execução, monitoramento e revisão do Planejamento Estratégico Institucional, até 2020.</li> </ol> <p>O questionário de diagnóstico a ser respondido é o mesmo disponibilizado pelo CNJ para os tribunais e o resultado divulgado no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, devendo ser considerados os mesmos pesos (percentuais) para cada item aplicado pelo CNJ no referido diagnóstico.</p>												
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão Estratégica												
<b>Periodicidade</b>	Trimestral												
<b>Polaridade</b>	Para cima												
<b>Parâmetros</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th><b>Responsáveis</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(P1) Planejamento da Estratégia</td> <td>Secretaria de Gestão Estratégica</td> </tr> <tr> <td>(P2) Execução da Estratégia</td> <td>Secretaria de Gestão Estratégica</td> </tr> <tr> <td>(P3) Monitoramento e Avaliação da Estratégia</td> <td>Secretaria de Gestão Estratégica</td> </tr> <tr> <td>(P4) Capacitação e Tecnologia</td> <td>Secretaria de Gestão Estratégica</td> </tr> <tr> <td>(P5) Comunicação da Estratégia</td> <td>Secretaria de Gestão Estratégica</td> </tr> </tbody> </table>		<b>Responsáveis</b>	(P1) Planejamento da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica	(P2) Execução da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica	(P3) Monitoramento e Avaliação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica	(P4) Capacitação e Tecnologia	Secretaria de Gestão Estratégica	(P5) Comunicação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica
	<b>Responsáveis</b>												
(P1) Planejamento da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica												
(P2) Execução da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica												
(P3) Monitoramento e Avaliação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica												
(P4) Capacitação e Tecnologia	Secretaria de Gestão Estratégica												
(P5) Comunicação da Estratégia	Secretaria de Gestão Estratégica												
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum\%(P1+P2+P3+P4+P5)$												

<b>Indicador 6.1 – Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)</b>						
<b>Linha de base</b>	2013: 90%					
<b>Meta 12</b>	Atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual 100%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	80%	90%	90%	90%	90%	100%

## TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

Percentuais aplicados ao Diagnóstico de Gestão Estratégica

Detalhamento:

<b>(P1) PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso CNJ</b>	<b>TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P1.1)	O Tribunal possui comissão/comitê de direção estratégica ou instância equivalente, composta por magistrado, com designação formal para elaborar/propor a estratégia?	5%		
(P1.2)	A alta administração participa da formulação da estratégia do órgão?	5%		
(P1.3)	Há participação efetiva de serventuários na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.4)	Há participação efetiva de magistrados na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.5)	Há participação efetiva de serventuários na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.6)	Há participação efetiva de magistrados na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.7)	O Tribunal elabora plano de aquisição?	3%		
(P1.8)	Em caso afirmativo no item P1.7, informe: o plano de aquisição está integrado ao plano orçamentário?	2%		
		<b>25%</b>		
<b>(P2) EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Existe unidade competente para atuar em gestão de processos, formalmente instituída no Tribunal?	3%		
(P2.2)	Em caso afirmativo no item P6.2.1, informe a unidade responsável pela gestão de processos que presta consultoria para melhoria de processos de trabalho às unidades do órgão?	1%		
(P2.3)	Existem macroprocessos de trabalho mapeados?	3%		

(P2.4)	Em uma escala de 0 a 10, avalie o grau de implementação da gestão de processo no Tribunal.	3%		
(P2.5)	A unidade responsável pelo gerenciamento de projetos recebe regularmente informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (projetos, programas e ações)?	3%		
(P2.6)	O Tribunal utiliza metodologia de gerenciamento de projetos?	2%		
(P2.7)	Existe metodologia formalmente definida de gerenciamento de projetos, aprovada e publicada?	2%		
(P2.8)	Os gerentes de projetos são formalmente designados?	2%		
(P2.9)	Os gerentes de projetos possuem atribuições específicas formalmente definidas?	2%		
(P2.10)	Os gerentes de projetos possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas?	1%		
(P2.11)	Os gerentes de projetos possuem autonomia para garantir o cumprimento dos compromissos acordados?	3%		
		<b>25%</b>		
<b>(P3) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	A avaliação da estratégia é liderada pelo presidente ou comitê/comissão composta por magistrado?	4%		
(P3.2)	A periodicidade em que ocorre a avaliação da estratégia é cumprida?	4%		
(P3.3)	A avaliação da estratégia contempla o desempenho dos objetivos estratégicos?	2%		
(P3.4)	A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas?	3%		
(P3.5)	A avaliação da estratégia contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas?	4%		
(P3.6)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos processos?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>(P4) CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	A área responsável pela gestão estratégica está preparada para revisão do plano estratégico do Tribunal?	3%		
(P4.2)	O Tribunal dispõe de programa regular de treinamento de servidores e/ou magistrados em gerenciamento de projetos?	1%		

(P4.3)	A unidade de gestão de processos utiliza software específico para modelagem de processos?	1%		
(P4.4)	O Tribunal utiliza alguma solução para automação de processos de trabalho?	1%		
(P4.5)	O Tribunal utiliza software para gerenciamento de projetos?	2%		
(P4.6)	A área responsável pela gestão estratégica utiliza algum software para monitorar ou apoiar a estratégia?	2%		
		<b>10%</b>		
<b>(P5) COMUNICAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P5.1)	O Tribunal possui um plano de comunicação da estratégia?	4%		
(P5.2)	O Tribunal executa um plano de comunicação da estratégia?	3%		
(P5.3)	Houve algum tipo de pesquisa interna para saber quantos servidores/magistrados compreendem a estratégia do Tribunal?	3%		
(P5.4)	O plano de comunicação da estratégia contempla os meios de divulgação a serem utilizados (e-mail, processo administrativo, memorando, notícias na internet e/ou intranet, brindes, workshops, palestras, cartilhas, etc.)?	2%		
(P5.5)	O plano de comunicação da estratégia contempla os objetivos da comunicação?	2%		
(P5.6)	O plano de comunicação da estratégia contempla a periodicidade das ações de comunicação?	2%		
(P5.7)	O plano de comunicação da estratégia contempla o público alvo, conforme o tema da comunicação?	2%		
(P5.8)	O plano de comunicação da estratégia contempla a previsão de custos para a execução da comunicação?	2%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

<b>Indicador 6.2 – Índice de Governança em TIC (iGov)</b>	
<b>Descrição</b>	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov calculado pelo TCU.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Polaridade</b>	Para cima

<b>Indicador 6.2 – Índice de Governança em TIC (iGov)</b>						
<b>Parâmetros</b>	(P6) iGov			<b>Responsáveis</b>		
				Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno		
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P10+P11+P12+P13+P14+P15)/6$					
<b>Linha de base</b>	2013: Intermediário					
<b>Meta 13</b>	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 10%.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	Orientações para o preenchimento do questionário do iGov: a partir da disponibilização do questionário pelo TCU, a fim de alinhar a interpretação das perguntas abordadas, o CSJT disponibilizará orientações a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho no preenchimento das respostas.					

#### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Implantar modelo de governança corporativa judiciária e administrativa;
- Implantar Sistema Informatizado de Governança com modelo de gestão estratégica, tática e operacional dos Tribunais;
- Redesenhar e normatizar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa;
- Fortalecer o suporte ao usuário do processo judiciário e administrativo;
- Implementar plano de comunicação da estratégia.

Indicadores relacionados ao Objetivo 7.

Melhorar a comunicação interna e externa

<b>Indicador 7.1 – Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede o desempenho de cumprimento dos objetivos de contribuição estabelecidos no Plano de Comunicação Institucional.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Comunicação Social					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Desenvolver campanhas e aprimorar a divulgação das ações da atividade-fim e dos eventos institucionais	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Comunicação Social				
	(P2) Fomentar e compartilhar ações proativas para a valorização e preservação da imagem institucional	Secretaria de Comunicação Social				
	(P3) Aprimorar e otimizar as ferramentas utilizadas no processo de comunicação interna	Secretaria de Comunicação Social				
	(P4) Ampliar o relacionamento com a sociedade por intermédio e com parcerias dos meios de comunicação	Secretaria de Comunicação Social				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média) = $\sum\%(P1+P2+P3+P4)/4$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 14</b>	Manter o Plano de Comunicação Institucional com as suas metas cumpridas					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	40%	50%	60%	70%	85%	100%
<b>Esclarecimentos</b>	Será considerado para cálculo da meta o percentual de desempenho acumulado no período, dado que será extraído no SIGEST, corresponde ao resultado do objetivo estratégico “Melhorar a comunicação interna e externa”.					

## TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

Percentuais aplicados ao Diagnóstico de Gestão Estratégica

Detalhamento:

(P1) DESENVOLVER CAMPANHAS		Peso	TRT5	
			SIM/NÃO	Pontuação
(P1.1)	O Tribunal possui comissão/comitê de comunicação ou instância equivalente, composta por magistrado, com designação formal para elaborar/propor o Plano de Comunicação?	5%		
(P1.2)	A alta administração participa da formulação do Plano de Comunicação?	5%		
(P1.3)	Há participação efetiva de serventuários na elaboração das campanhas?	2,5%		
(P1.4)	Há participação efetiva de magistrados na elaboração das campanhas?	2,5%		
(P1.5)	Há participação efetiva de serventuários na formulação do Plano de Comunicação?	2,5%		
(P1.6)	Há participação efetiva de magistrados na formulação do Plano de Comunicação?	2,5%		
(P1.7)	O Tribunal elabora plano de Comunicação?	3%		
(P1.8)	Em caso afirmativo no item P1.7, informe: o Plano de Comunicação está integrado ao plano orçamentário?	2%		
		<b>25%</b>		
(P2) FOMENTAR E COMPARTILHAR AÇÕES		Peso	SIM/NÃO	Pontuação
(P2.1)	O Tribunal possui um plano de comunicação?	4%		
(P2.2)	O Tribunal executa um plano de comunicação?	3%		
(P2.3)	Houve algum tipo de pesquisa interna para saber quantos servidores/magistrados compreendem o Plano de Comunicação do Tribunal?	3%		
(P2.4)	O plano de comunicação contempla os meios de divulgação a serem utilizados (e-mail, processo administrativo, memorando, notícias na internet e/ou intranet, brindes, workshops, palestras, cartilhas, etc.)?	2%		
(P2.5)	O plano de comunicação contempla os objetivos da comunicação?	2%		
(P2.6)	O plano de comunicação contempla a periodicidade das ações de comunicação?	2%		
(P2.7)	O plano de comunicação contempla o público alvo, conforme o tema da comunicação?	2%		

(P2.8)	O plano de comunicação contempla a previsão de custos para a execução da comunicação?	2%		
		<b>20%</b>		
<b>(P3) APRIMORAR E OTIMIZAR AS FERRAMENTAS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	A avaliação da comunicação é liderada pelo presidente ou comitê/comissão composta por magistrado?	4%		
(P3.2)	A periodicidade em que ocorre a avaliação da comunicação é cumprida?	4%		
(P3.3)	A avaliação da comunicação contempla o desempenho dos objetivos estratégicos?	2%		
(P3.4)	A avaliação da comunicação contempla indicadores e metas?	3%		
(P3.5)	A avaliação da comunicação contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas?	4%		
(P3.6)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos processos?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>(P6.4) AMPLIAR O RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	A área responsável pela comunicação está preparada para execução e revisão do Plano de Comunicação do Tribunal?	5%		
(P4.2)	O Tribunal dispõe de programa regular de treinamento da equipe de comunicação?	2%		
(P4.3)	A comunicação do Tribunal possui presença em programas televisivos com a frequência definida no Plano de Comunicação?	2%		
(P4.4)	A comunicação do Tribunal possui presença em programas de rádio com a frequência definida no Plano de Comunicação?	2%		
(P4.5)	A comunicação do Tribunal possui presença em mídia impressa com a frequência definida no Plano de Comunicação?	2%		
(P4.6)	A comunicação do Tribunal possui presença em redes sociais com a frequência definida no Plano de Comunicação?	2%		
		<b>15%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver programa de comunicação para os públicos interno e externo

Indicadores relacionados ao Objetivo 8.

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas

<b>Indicador 8.1 – Índice de absenteísmo (IA)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede as ausências de servidores e magistrados nas suas jornadas normais de trabalho.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para baixo					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Número de ausências de servidores e magistrados no período	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P2) Número de servidores e magistrados	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P3) Quantidade de dias úteis no período	Secretaria de Gestão de Pessoas				
<b>Fórmula de cálculo</b>	[[P1) / (P2 x P3)] x 100					
<b>Linha de base</b>	2011: 4,51%; 2012: 2,64%; 2013: 4,48%					
<b>Meta 15</b>	Reduzir e manter o índice de absenteísmo para 2%					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	3,5%	3%	2%	2%	2%	2%

<b>Indicador 8.2 – Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede o número de servidores e magistrados que realizam exame médico periódico preventivo e apresentam resultados dos exames no Núcleo de Assistência à Saúde, visando estimular a cultura de prevenção de saúde.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas/Núcleo de Assistência à Saúde					
<b>Periodicidade</b>	Mensal					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P4) Número de servidores e magistrados que realizaram exame médico periódico preventivo e apresentaram os	<b>Responsáveis</b>				
		Coordenadoria de Saúde				

<b>Indicador 8.2 – Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)</b>						
	resultados na Coordenadoria de Saúde					
	(P5) Total de pessoas elegíveis	Coordenadoria de Saúde				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P4 / P5) \times 100$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 16</b>	Alcançar e manter 80% dos servidores e magistrados com exame médico periódico preventivo regularizado					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	70%	80%	80%	80%	80%

<b>Indicador 8.3 – Índice de Qualidade de Vida (IQV)</b>						
<b>Descrição</b>	Mede os benefícios proporcionados pelo tribunal com relação a condições de trabalho, saúde, lazer e convivência.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P6) Condições do ambiente organizacional	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P7) Benefícios de melhoria da saúde	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P8) Benefícios de convivência e lazer	Secretaria de Gestão de Pessoas				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$\text{Resultado} = \sum\%(P9.6+P9.7+P9.8)$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 17</b>	Implantar e manter 90% dos benefícios de qualidade de vida, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	≥70%	≥75%	≥80%	≥85%	≥90%	≥90%

**TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

<b>(P6) CONDIÇÕES DO AMBIENTE ORGANIZACIONAL</b>		<b>Peso</b>	<b>Respostas TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P6.1)	O Tribunal possui ações regulares destinadas à promoção da saúde?	5%		
(P6.2)	O Tribunal possui ações regulares destinadas à prevenção de riscos no trabalho de seus magistrados, servidores e terceirizados?	5%		
(P6.3)	O Tribunal possui Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais (PPRA) e Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) em desenvolvimento?	5%		
(P6.4)	O Tribunal possui um setor ou Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em conformidade com a Resolução 084/2011 do CSJT?	5%		
(P6.5)	Existe a realização obrigatória dos exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função ou de afastamento definitivo?	5%		
(P6.6)	Existe programa regular de controle e/ou prevenção de hipertensão arterial, tabagismo, alcoolismo, dependência química, saúde mental, saúde bucal, sobrepeso e obesidade, diabetes, neoplasia, LER/DORT?	5%		
(P6.7)	O Tribunal possui programa regular de incentivo à atividade física e de alimentação saudável?	5%		
(P6.8)	O Tribunal possui ações periódicas de vacinação para magistrados, servidores e dependentes?	5%		
(P6.9)	O Tribunal não possui indicadores estatísticos de ocorrências de doenças ocupacionais?	10%		
		<b>50%</b>		
<b>(P9.7) BENEFÍCIOS DE MELHORIA DA SAÚDE</b>				
<b>(P9.7) BENEFÍCIOS DE MELHORIA DA SAÚDE</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P7.1)	O Tribunal possui atendimento de saúde interno?	5%		
(P7.2)	O Tribunal possui atendimento odontológico interno?	5%		
(P7.3)	O Tribunal possui atendimento psicológico interno?	5%		
(P7.4)	O Tribunal possui atendimento de assistência social interno?	5%		

(P7.5)	O Tribunal possui Clube de Corrida?	5%		
(P7.6)	O Tribunal possui Ginástica Laboral?	5%		
		<b>30%</b>		
<b>(P9.8) BENEFÍCIOS DE CONVIVÊNCIA E LAZER</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P8.1)	O Tribunal possui espaços de convivência?	4%		
(P8.2)	O Tribunal possui serviço de restaurante ou refeitório?	4%		
(P8.3)	O Tribunal possui ações cívicas nas datas comemorativas?	3%		
(P8.4)	O Tribunal possui ações de solidariedade?	3%		
(P8.5)	O Tribunal possui coral?	3%		
(P8.6)	O Tribunal incentiva a participação de servidores nas olimpíadas institucionais?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

#### Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:

- Implantar modelo de autogestão da saúde;
- Implementar política de atenção integral à saúde e segurança de magistrados, servidores e colaboradores;
- Desenvolver projeto para fortalecer e aprimorar o Programa de Qualidade de Vida de magistrados e servidores;
- Implantar o Clube de corrida do TRT5;
- Elaborar projeto visando otimizar os processos de trabalho visando adequar a força de trabalho à demanda.

Indicadores relacionados ao Objetivo 9.

Maximizar a governança da gestão de pessoas

<b>Indicador 9.1 – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)</b>	
<b>Descrição</b>	<p>Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas: resultado obtido na capacidade e no estágio dos componentes do índice iGovPessoas calculado pelo TCU.</p> <p>Ampliar as políticas, métodos e práticas adotados na gestão de pessoas, objetivando potencializar o capital humano.</p> <p>Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados, a fim de melhorar a eficiência e eficácia organizacionais.</p>

<b>Indicador 9.1 – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)</b>						
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar – Anual: iGovPessoas					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Liderança da alta administração	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P2) Gestão da liderança e do conhecimento	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P3) Cultura orientada para resultados	Secretaria de Gestão de Pessoas				
	(P4) Gestão de talentos	Secretaria de Gestão de Pessoas				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum$ ( P1 + P2 + P3 + P4)					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 18</b>	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Intermediário	Intermediário	Aprimorado
<b>Esclarecimentos</b>	<p>O TRT5 atingiu a faixa “inicial” no índice iGovPessoas formulado pelo TCU em 2013 e deverá atingir até 2020 a faixa “aprimorado”, conforme meta definida pelo CJST para os Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>O índice mede o percentual para suprir as lacunas detectadas nos resultados obtidos dos componentes do modelo de avaliação de governança do índice iGovPessoas formulado pelo Tribunal de Contas da União.</p>					

#### TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

<b>(P1) LIDERANÇA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>Respostas TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P1.1)	Aprovou e publicou modelo de competências, adaptado à realidade da organização, como base para a gestão de pessoas, orientando processos tais como: recrutamento, seleção, desenvolvimento e avaliação de desempenho?	5%		
(P1.2)	O Tribunal monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão	5%		

	de pessoas contidas no planejamento estratégico 2015/2020?			
(P1.3)	O Tribunal, sistematicamente, mede e avalia a contribuição das práticas de gestão de pessoas para o desempenho organizacional, identificando oportunidades de melhoria e utilizando as informações para a tomada de decisão?	5%		
		<b>15%</b>		
<b>(P2) GESTÃO DA LIDERANÇA E DO CONHECIMENTO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	O Tribunal desenvolve processo sucessório para posições de liderança com foco em competências?	5%		
(P2.2)	O Tribunal realiza avaliação de desempenho dos gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização?	5%		
(P2.3)	O Tribunal executa processo para identificar lacunas entre os níveis atuais e desejados de competências, definindo metas individuais e organizacionais para redução dessas lacunas?	5%		
(P2.4)	O Tribunal executa processo para avaliar os resultados das ações de treinamento e desenvolvimento e avalia se elas eliminaram ou reduziram as lacunas de competências identificadas?	5%		
P2.5	O Tribunal elabora seus planos de capacitação de magistrados e servidores com foco nos macrodesafios do Poder Judiciário, objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho e do TRT5?	5%		
P2.6	O Tribunal incentiva servidores e magistrados para a prática de instrutoria interna?	5%		
		<b>30%</b>		
<b>(P3) CULTURA ORIENTADA PARA RESULTADOS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	O Tribunal estabelece metas de desempenhos individuais e/ou de equipes alinhadas com as metas das unidades e do PEI?	6%		
(P3.2)	O Tribunal capacita todos os membros da alta administração e demais gestores em gestão de desempenho?	6%		
(P3.3)	Executa procedimentos que resguardam a transparência e a imparcialidade do sistema de avaliação de desempenho?	6%		
(P3.4)	Conduz análises para identificar causas de falhas de desempenho, propondo ações de melhorias?	6%		

(P3.5)	O Tribunal verifica se as avaliações refletem o desempenho efetivo dos avaliados?	6%		
		<b>30%</b>		
<b>(P4) GESTÃO DE TALENTOS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a seleção de gestores?	5%		
(P4.2)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a alocação e a movimentação interna de servidores?	5%		
(P4.3)	O Tribunal avalia as atividades de recrutamento e seleção com base em metas de redução de lacunas de competências?	5%		
(P4.4)	O Tribunal oferece cursos introdutórios ou de formação e ambientação organizacional aos novos servidores e gestores?	5%		
(P4.5)	Executa programas de incentivo e reconhecimento com foco na retenção de colaboradores de alto desempenho que possuam competências críticas para o cumprimento da missão organizacional?	5%		
		<b>25%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

#### Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:

- Implantar Programa de Gestão por Competências;
- Gerenciar a unidade e setores vinculados com base nos dados coletados no Programa de Gestão por Competências;
- Desenvolver projeto de fortalecimento do Programa de Gestão por Competências;
- Implantar política de Gestão de Mudanças;
- Implantar programa de capacitação continuada.

#### Indicadores relacionados ao Objetivo 10.

Prover o Regional de infraestrutura física adequada

<b>Indicador 10.1 – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)</b>	
<b>Descrição</b>	Aferir o nível de aderência às práticas de gestão de obras de infraestrutura adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Administração
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar

<b>Indicador 10.1 – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)</b>						
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Planejamento, execução e monitoramento de obras	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Administração				
	(P2) Contratação de Obras	Secretaria de Administração				
	(P3) Referenciais de área e diretrizes para elaboração de projetos	Secretaria de Administração				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum\%(P1+P2+P3)$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 19</b>	Alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	85%	85%	90%	90%	100%	100%
<b>Esclarecimentos</b>	Na hipótese de algum item do questionário não ser aplicável por inoocorrência da situação fática (inexistência de obra de grande porte, escolha de terreno ou imóvel, elaboração de projetos arquitetônicos e etc.) no período de apuração, a resposta deverá ser respondida afirmativamente.					

**TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

<b>(P1) PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS</b>		<b>Peso</b>	<b>Respostas TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P1.1)	O Tribunal possui Plano de Obras aprovado alinhado às Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.2)	O Plano de Obras do Tribunal foi aprovado pelo seu Pleno, bem como suas atualizações ou alterações?	6%		
(P1.3)	O Tribunal editou norma complementar à operacionalização do disposto nas Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.4)	O Tribunal elabora Planilha de Avaliação Técnica adotando como critérios a estrutura física e funcional do imóvel e sua adequação à prestação jurisdicional?	6%		
(P1.5)	O Tribunal possui Sistema de Priorização de Obras?	6%		
(P1.6)	Para a avaliação, aprovação e priorização das obras é emitido parecer técnico das	6%		

	unidades de engenharia, planejamento, orçamento e finanças e unidade de controle interno?			
(P1.7)	Os projetos das obras de grande porte a serem executadas passaram por avaliação e aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, excetuando-se àquelas dispensadas pela Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
(P1.8)	O Tribunal encaminhou seu Plano de Obras ao CSJT acompanhado de justificativa técnica do Sistema de Priorização de Obras adotado?	6%		
(P1.9)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos projetos de obras?	6%		
(P1.10)	A unidade de Controle Interno do Tribunal fiscaliza as obras executadas, com vistas a garantir que estas não destoem dos princípios insculpidos na Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
		<b>60%</b>		
<b>(P2) CONTRATAÇÃO DE OBRAS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Os editais para a contratação de obras e serviços de engenharia adotam, como critérios mínimos, os parâmetros e as orientações para precificação, elaboração de editais, composição da Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, habilitação técnica e cláusulas essenciais nos contratos?	4%		
(P2.2)	Os editais de licitação de obras e serviços de engenharia estabelecem a obrigatoriedade das empresas contratadas absorverem, na execução do contrato, o percentual mínimo de dois por cento de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas, conforme a Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça?	4%		
(P2.3)	Na elaboração do orçamento-base que integrará o edital de licitação são estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços unitários com a fixação de preços máximos?	4%		
(P2.4)	O Tribunal realiza licitações separadas para a aquisição de equipamentos e de	4%		

	mobiliário para início da utilização da obra?			
(P2.5)	Para contratação de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem ou nos casos de elaboração de obras de arte especiais, em áreas que não apresentem interferência urbana, são utilizadas como parâmetros de custo, preferencialmente, as tabelas do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)?	4%		
		<b>20%</b>		
<b>(P3) REFERENCIAIS DE ÁREA E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	Na elaboração de projetos arquitetônicos o Tribunal adota os referenciais de área previstos na Resolução 70/2010-CSJT?	5%		
(P3.2)	Os projetos arquitetônicos têm como diretriz a flexibilidade dos espaços, utilizando-se sistemas construtivos que permitem a rápida readequação dos ambientes, ao menor custo possível, quando necessárias às modificações do sistema de prestação jurisdicional?	5%		
(P3.3)	Os projetos arquitetônicos consideram as normas técnicas e legislações de acessibilidade e sustentabilidade ambiental?	5%		
(P3.4)	Por ocasião da escolha de terreno ou de imóvel pronto para abrigar os serviços jurisdicionais, o Tribunal contata os órgãos afins da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, INSS, OAB, AGU, entre outros) para que analisem a viabilidade de estabelecerem suas sedes em área urbanística integrada?	5%		
		<b>20%</b>		
	<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>			

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver projeto de construção da nova sede do TRT da 5ª região no CAB;
- Desenvolver projeto de adequação da infraestrutura física dos Fóruns;
- Promover a criação de um espaço físico adequado nos diversos Fóruns Trabalhistas, inclusive, nas cidades do Interior do Estado, para a realização das mediações.

Indicadores relacionados ao Objetivo 11.

Maximizar os resultados da governança de TIC

<b>Indicador 11.1 – Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede o desempenho de cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetros</b>	(P1) Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais às atividades judiciais e administrativas	<b>Responsáveis</b> Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P2) Garantir a satisfação dos clientes de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P3) Garantir a segurança da informação	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P4) Aprimorar a comunicação com os clientes	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P5) Adotar as melhores práticas em governança de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P6) Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P7) Garantir o capital humano necessário para atender as demandas estratégicas de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P8) Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia da TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P9) Garantir a adequação da Infraestrutura, sistemas e serviços de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

<b>Indicador 11.1 – Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)</b>						
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P1+P2+P3+P4+P5+P6+P7+P8+P9)/9$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 20</b>	Manter o PETIC com as suas metas cumpridas					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

<b>Indicador 11.2 – Índice de Governança em TIC (iGovTIC)</b>						
<b>Descrição</b>	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovTI: resultado obtido na capacidade e no estágio do índice iGovTI calculado pelo TCU.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação					
<b>Periodicidade</b>	Anual					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P10) Componente: Liderança	<b>Responsáveis</b> Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P11) Componente: Estratégias e Planos	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P12) Componente: Informação e Conhecimento	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P13) Componente: Pessoas	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P14) Componente: Processos	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P15) Componente: Resultados	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P10+P11+P12+P13+P14+P15)/6$					
<b>Linha de base</b>	2013: Intermediário					
<b>Meta 21</b>	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Intermediário	Aprimorado

<b>Indicador 11.2 – Índice de Governança em TIC (iGovTIC)</b>	
<b>Esclarecimentos</b>	Orientações para o preenchimento do questionário do iGovTI: a partir da disponibilização do questionário pelo TCU, a fim de alinhar a interpretação das perguntas abordadas, o CSJT disponibilizará orientações a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho no preenchimento das respostas.

**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver projeto de adequação da infraestrutura aos normativos do TCU (iGovTI), CSJT e CNJ;
- Alinhar os sistemas administrativos do TRT aos sistemas do CSJT;
- Expandir a implantação do PJe;
- Colaborar para o aperfeiçoamento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) quanto à implementação de regras que permitam a condução do fluxo processual atrelado aos devidos movimentos contemplados pelo Sistema e-Gestão;
- Implementar a Segurança da Informação;
- Adotar melhores práticas de Gestão de TIC;
- Modernizar as linhas de comunicação entre o tribunal e suas unidades;
- Revisão do PETIC em conformidade com o PETI do Poder Judiciário Nacional e do PETIC da Justiça do Trabalho, utilizando o modelo de avaliação da governança do índice iGovTI formulado pelo Tribunal de Contas da União.

Indicadores relacionados ao Objetivo 12.

Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz

<b>Indicador 12.1 – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede o orçamento disponibilizado e executado pelo tribunal.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Orçamento e Finanças	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetros</b>	(P1) Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado	<b>Responsáveis</b> Secretaria de Orçamento e Finanças
	(P2) Total do Orçamento Disponibilizado	Secretaria de Orçamento e Finanças
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P1 / P.2) \times 100$	
<b>Linha de base</b>	-	

<b>Indicador 12.1 – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)</b>						
<b>Meta 22</b>	Aumentar o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em:					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	2%	4%	6%	8%	9%	12%
<b>Esclarecimentos</b>	<p><b>Valor Efetivamente Liquidado do Orçamento Disponibilizado:</b> despesas orçamentárias atestadas e reconhecidas pela unidade gestora beneficiária do fornecimento, serviço ou obra (despesas liquidadas).</p> <p><b>Total do Orçamento Disponibilizado:</b> orçamento do exercício referente às ações de Apreciação de Causas na JT, Comunicação e Divulgação Institucional, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e projetos específicos cujos recursos são passíveis de empenho, não devendo ser incluído no cálculo aqueles que sejam objeto de contingenciamento.</p> <p><b>Observação:</b> Devem ser incluídos no cálculo desse indicador os recursos provenientes de fonte de convênios. Fonte 181.</p>					

<b>Indicador 12.2 – Índice de Eficiência Operacional (IEO)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede a variação da quantidade de consumo de água, energia elétrica, papel A4, combustíveis e despesas com telefonia convencional e móvel.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Administração, Coordenadoria de Apoio ao Interior, Coordenadoria de Material e Logística, SETIC e Coordenadoria de Manutenção e Projetos	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetros</b>	(P3) Consumo de água no período	<b>Responsáveis</b>
		Secretaria de Administração e Coordenadoria de Apoio ao Interior
	(P4) Consumo de energia elétrica no período	Secretaria de Administração e Coordenadoria de Apoio ao Interior
	(P5) Consumo de papel A4 no período	Coordenadoria de Material e Logística
	(P6) Despesas com telefonia no período	SETIC
(P7) Consumo de combustíveis no período	Coordenadoria de Manutenção e Projetos	

<b>Indicador 12.2 – Índice de Eficiência Operacional (IEO)</b>						
<b>Fórmula de cálculo</b>	$(P3 + P4 + P5 + P6 + P7) / 5$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 23</b>	Alcançar 100% de desempenho das metas esperadas com relação ao consumo de água, energia elétrica, papel A4, telefone e combustíveis.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%	≥100%
<b>Esclarecimentos</b>	As metas individuais para consumo de água (em m <sup>3</sup> ), consumo de energia elétrica (em Kwh), consumo de papel (em resmas), despesas com telefonia – convencional e móvel (em R\$), consumo de combustíveis – gasolina e diesel (em litros) serão definidas com base nos valores do mesmo período do ano anterior, devendo ser tomadas as medidas de redução de despesas e desperdícios para evitar que esses valores sejam superados.					

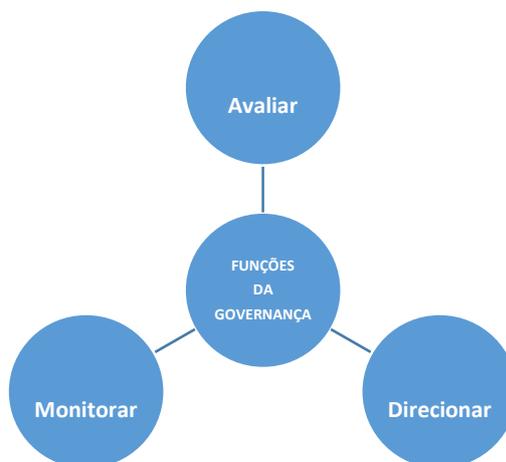
**Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico;
- Implantar metodologia e sistema de gestão de custos;
- Programa de parcerias públicas visando à economicidade e à eficiência.

**INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não há informações a serem apresentadas.

## GOVERNANÇA – TRT 5ª REGIÃO

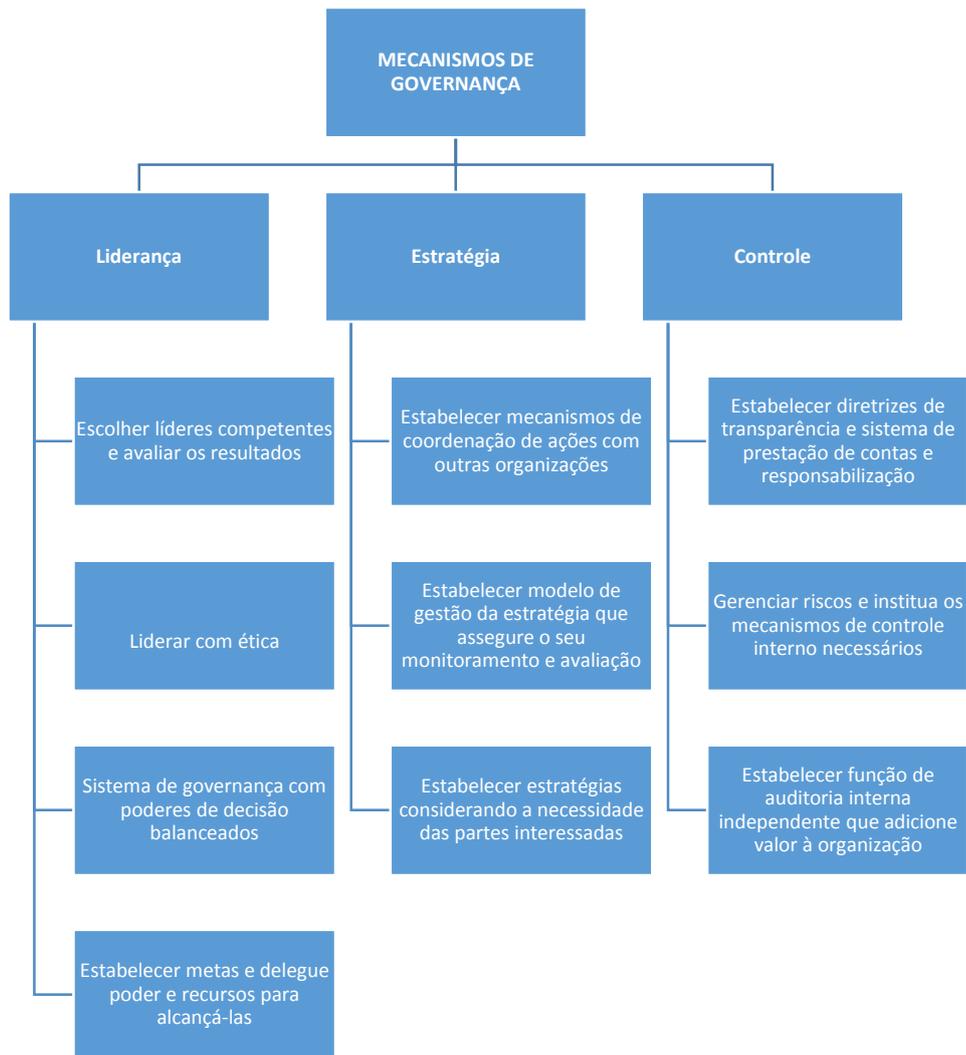


Além do que foi definido na Constituição de 1988, outros instrumentos surgiram para fortalecer a governança pública, entre eles: (a) o **Código de Ética** Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), que têm por objeto aspectos éticos e morais e o comportamento da liderança; (b) o **Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização** (GesPública), instituído em 2005 e revisado em 2009 e em 2013, cujos treze fundamentos<sup>6</sup> norteiam-se pelos princípios constitucionais da administração pública e pelos fundamentos da excelência gerencial contemporânea; (c) a Lei **12.813, de 16 de maio de 2013**, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; e (d) os instrumentos de transparência, como a **Lei de Acesso à Informação** (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.

*Governança no setor público refere-se, aos mecanismos de **avaliação, direção e monitoramento**; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos.*

*(REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA - TCU)*

Considerando os mecanismos de governança apresentados, pode-se estabelecer alguns indicadores para o alcance pleno de cada mecanismo, conforme modelo a seguir:



Fonte: 10 Passos para a boa governança (TCU)

## LIDERANÇA-----

### 1) Escolher líderes competentes e avaliar os resultados

- Estabeleça e dê transparência ao processo de seleção de membros da Alta Administração e de colegiado superior ou conselhos;
- Capacite os membros da Alta Administração;
- Avalie o desempenho dos membros da Alta Administração;
- Garanta que os benefícios concedidos aos membros da Alta Administração e de colegiado superior ou conselhos sejam adequados e dê transparência aos benefícios.

### 2) Liderar com ética

- Código de ética para membros da Alta Administração
- Mecanismos de controle para evitar que preconceitos, vieses ou conflitos de interesse influenciem as decisões e as ações de membros da Alta Administração

### 3) Sistema de governança com poderes de decisão balanceados

- Instâncias internas de governança

- Balanceamento de poder e segregação de funções
  - Estabelecer e divulgar sistema de governança da organização
- 4) Estabeleça metas e delegue poder e recursos para alcançá-las
- Avalie, direcione e monitore a gestão;
  - Responsabilize-se pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão e pelo alcance dos resultados;
  - Assegure, por meio de política de delegação e reserva de poderes, a capacidade das instâncias internas de governança de avaliar, direcionar e monitorar a organização;
  - Responsabilize-se pela gestão de riscos;
  - Avalie os resultados das atividades de controle e dos trabalhos de auditoria e, se necessário, determine que sejam adotadas providências

## **ESTRATÉGIA-----**

- 5) Estabeleça mecanismos de coordenação de ações com outras organizações
- Estabeleça mecanismos de atuação conjunta com vistas a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas transversais, multidisciplinares e/ou descentralizadas.
- 6) Estabelecer modelo de gestão da estratégia que assegure o seu monitoramento e avaliação
- Modelo de gestão da estratégia que considera transparência e envolvimento das partes interessadas
  - Estabelecer a estratégia da organização
  - Monitorar e avaliar a execução da estratégia
- 7) Estabelecer estratégias considerando a necessidade das partes interessadas
- Estabeleça e divulgue canais de comunicação
  - Promova a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização;
  - Estabeleça relação objetiva e profissional com a mídia, organizações de controle e outras organizações;
  - Assegure que decisões, estratégias, políticas, programas, projetos, planos, ações, serviços e produtos atendam ao maior número possível de partes interessadas, de modo balanceado.

## **CONTROLE-----**

- 8) Estabeleça diretrizes de transparência e sistema de prestação de contas e responsabilização
- Dê transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei;
  - Preste contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente e com o princípio de accountability;
  - Avalie a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos;

- Garanta que indícios de irregularidades sejam apurados de ofício, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.

9) Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários

- Estabeleça sistema de gestão de riscos;
- Monitore e avalie o sistema de gestão de riscos, a fim de assegurar que seja eficaz e contribua para a melhoria do desempenho organizacional.

10) Estabeleça função de auditoria interna independente que adicione valor à organização

- Estabeleça a função de auditoria interna;
- Crie condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente;
- Assegure que a auditoria interna adicione valor à organização.

**Algumas Ações de Governança do TRT5 - Biênio 2013/2015**

Código de Ética – Resolução 76/2014

Identificação de riscos (SETIC)

Descentralização dos Controles Internos

Atuação da Secretaria de Controle Interno como Auditoria – Ato 150/2014

Implantação da Gestão por Competências

Dimensionamento dos cargos pela SGP (Meta 03)

Capacitação em Gestão de Risco

Capacitação em Controles Internos

<b>NORMATIVOS</b>		
Altera o Ato nº 0300/2012, que estabelece as diretrizes para o arquivamento de processos judiciais no âmbito do TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	712/2015
Altera o Ato nº 0150/2013, que dispõe sobre as atividades relacionadas à segurança institucional no âmbito do TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	709/2015
Altera o Ato nº 0073/2015, que institui Comissão de Segurança, de caráter permanente, para analisar e definir a forma mais segura de atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores, em áreas e situações perigosas, no âmbito do TRT da 5ª Região e designa seus membros.	Ato TRT5	594/2015

Institui a Comissão de Gestão do Teletrabalho, para acompanhamento da atividade de servidores fora das dependências de seus órgãos de lotação, de 1º e 2º graus, com a utilização de recursos tecnológicos no TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	442/2015
Altera Ato nº 0186/2013, que institui Comitê Gestor Regional para Coordenação do Funcionamento do Processo Judicial Eletrônico no âmbito do TRT da 5ª Região	Ato TRT5	421/2015
Altera Ato nº 0536/2013, que institui Comitê de Gestão Estratégica do TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	417/2015
Dispõe sobre o Processo Administrativo Eletrônico - PROAD no âmbito do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0490/2014. * **Alterado pelos Atos nº 0328/2015 e 0345/2015.	Ato TRT5	0302/2015
Designa Diretor da Coordenadoria de Projetos Especiais com poderes específicos para atuar como representante do TRT da 5ª Região perante quaisquer órgãos municipais, estaduais e federais, em relação à construção da nova Sede Administrativa no Centro Administrativo da Bahia-CAB.	Portaria TRT5	1286/2015
Normatização das competências do Controle Interno	Ato TRT5	150/2014
Plano de Gestão de Logística Sustentável	Ato TRT5	445/2014
Capacitação para área de aquisição	Ato TRT5	212/2014
Inserir nova consideração para designação da Comissão de Gestão Orçamentária do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0537/2013.	Ato TRT5	213/2014
Institui a Rede de Governança Colaborativa da Estratégia do TRT da 5ª Região e dá outras providências.	Ato TRT5	489/2014

### **GOVERNANÇA COLABORATIVA DO ORÇAMENTO**

Cumprimento Resolução 195/2014 CNJ

ATO TRT5 59/2015 - Institui Comitês Orçamentários de 1º e 2º graus, para auxílio à elaboração e execução dos orçamentos anuais, no âmbito do TRT da 5ª Região.

### **GOVERNANÇA COLABORATIVA DO PODER JUDICIÁRIO**

Cumprimento Resolução 194/2014 CNJ

ATO TRT5 473/2014 - Institui Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

<b>GOVERNANÇA TIC</b>		
Dispõe sobre a composição e atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 5ª Região e revoga o Ato nº 0518/2013	Ato TRT5	645/2015
Sistematiza a elaboração, alteração, publicação, padronização e controle dos documentos da gestão de Tecnologia da Informação (TI)	Ato TRT5	07*/2014
Normas e Procedimentos para Controle de Documentação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação	Ato TRT5	08*/2014
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	Ato TRT5	022/2014
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas do TRT da 5ª Região.	Ato TRT5	43/2014
Plano de Capacitação de Tecnologia da Informação do TRT da 5ª Região. (PAC-TIC)	Ato TRT5	581/2014
Metodologia de Gerenciamento de Projetos de Tecnologia da Informação	Ato TRT5	44/2014

## **DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

### **REDE DE GOVERNANÇA DO TRT DA 5ª REGIÃO**

#### **COORDENAÇÃO GERAL**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas

#### **EQUIPE DE GESTORES**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas

- Desembargador Corregedor Regional
- Desembargador Vice-Corregedor Regional
- Desembargadores do Trabalho
- Desembargador Diretor da Escola Judicial
- Juízes Auxiliares da Presidência
- Secretário-Geral da Presidência
- Diretor-Geral
- Diretor da Secretaria-Geral Judiciária
- Diretor da Secretaria de Administração
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
- Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional
- Diretor da Secretaria de Organização e Métodos

### **EQUIPE DE GESTORES AMPLIADA**

- Desembargador-Presidente
- Desembargador Vice-Presidente
- Desembargador Gestor de Metas
- Desembargador Corregedor Regional
- Desembargador Vice-Corregedor Regional
- Desembargadores do Trabalho
- Desembargador Diretor da Escola Judicial
- Juízes Auxiliares da Presidência
- Secretário-Geral da Presidência
- Diretor-Geral
- Diretor da Secretaria-Geral Judiciária
- Diretor da Secretaria de Administração
- Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica
- Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças
- Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional
- Diretor da Secretaria de Organização e Métodos
- Diretor da Secretaria de Comunicação Social
- Varas do Trabalho, representadas pelos magistrados de primeiro grau
- Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição
- Secretarias de Varas do Trabalho, representadas pela Comissão de Diretores de Varas
- Órgãos externos (stakeholders)

<b>Indicador – Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)</b>	
<b>Descrição</b>	Visa manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica do TRT5 nas cinco dimensões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento da Estratégia,</li> <li>• Execução da Estratégia,</li> <li>• Monitoramento e Avaliação da Estratégia,</li> </ul>

Indicador – Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)							
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação e Tecnologia, e</li> <li>• Comunicação da Estratégia.</li> </ul> <p>Os objetivos de se manter atualizado o diagnóstico da gestão estratégica são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>aferir o nível de aderência das práticas de gestão adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos na Resolução CNJ nº 198/2014 e RA TRT5 do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020;</li> <li>avaliar o nível de maturidade organizacional alcançada com a implementação da gestão estratégica no tribunal; e</li> <li>dar continuidade às ações de execução, monitoramento e revisão do Planejamento Estratégico Institucional, até 2020.</li> </ol> <p>O questionário de diagnóstico a ser respondido é o mesmo disponibilizado pelo CNJ para os tribunais e o resultado divulgado no VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, devendo ser considerados os mesmos pesos (percentuais) para cada item aplicado pelo CNJ no referido diagnóstico.</p>					
<b>Responsável pelo indicador</b>		Secretaria de Gestão Estratégica					
<b>Periodicidade</b>		Trimestral					
<b>Polaridade</b>		Para cima					
<b>Parâmetros</b>		(P1) Planejamento da Estratégia		<b>Responsáveis</b>			
				Secretaria de Gestão Estratégica			
		(P2) Execução da Estratégia		Secretaria de Gestão Estratégica			
		(P3) Monitoramento e Avaliação da Estratégia		Secretaria de Gestão Estratégica			
		(P4) Capacitação e Tecnologia		Secretaria de Gestão Estratégica			
		(P5) Comunicação da Estratégia		Secretaria de Gestão Estratégica			
<b>Fórmula de cálculo</b>		Resultado = $\sum\%(P1+P2+P3+P4+P5)$					
<b>Linha de base</b>		2013: 90%					
<b>Meta 12</b>		Atingir e manter a média de governança em gestão estratégica igual 100%, até 2020					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
		100%	100%	100%	100%	100%	100%

## TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META

Percentuais aplicados ao Diagnóstico de Gestão Estratégica

Detalhamento:

(P1) PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA	Peso CNJ	TRT5	
		SIM/NÃO	Pontuação

(P1.1)	O Tribunal possui comissão/comitê de direção estratégica ou instância equivalente, composta por magistrado, com designação formal para elaborar/propor a estratégia?	5%		
(P1.2)	A alta administração participa da formulação da estratégia do órgão?	5%		
(P1.3)	Há participação efetiva de serventuários na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.4)	Há participação efetiva de magistrados na elaboração das propostas orçamentárias?	2,5%		
(P1.5)	Há participação efetiva de serventuários na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.6)	Há participação efetiva de magistrados na formulação da estratégia?	2,5%		
(P1.7)	O Tribunal elabora plano de aquisição?	3%		
(P1.8)	Em caso afirmativo no item P1.7, informe: o plano de aquisição está integrado ao plano orçamentário?	2%		
		<b>25%</b>		
<b>(P2) EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Existe unidade competente para atuar em gestão de processos, formalmente instituída no Tribunal?	3%		
(P2.2)	Em caso afirmativo no item P6.2.1, informe a unidade responsável pela gestão de processos que presta consultoria para melhoria de processos de trabalho às unidades do órgão?	1%		
(P2.3)	Existem macroprocessos de trabalho mapeados?	3%		
(P2.4)	Em uma escala de 0 a 10, avalie o grau de implementação da gestão de processo no Tribunal.	3%		
(P2.5)	A unidade responsável pelo gerenciamento de projetos recebe regularmente informações sobre o andamento das iniciativas estratégicas (projetos, programas e ações)?	3%		
(P2.6)	O Tribunal utiliza metodologia de gerenciamento de projetos?	2%		
(P2.7)	Existe metodologia formalmente definida de gerenciamento de projetos, aprovada e publicada?	2%		
(P2.8)	Os gerentes de projetos são formalmente designados?	2%		
(P2.9)	Os gerentes de projetos possuem atribuições específicas formalmente definidas?	2%		
(P2.10)	Os gerentes de projetos possuem remuneração específica ou adicional pelas atribuições designadas?	1%		
(P2.11)	Os gerentes de projetos possuem autonomia para garantir o cumprimento dos compromissos acordados?	3%		
		<b>25%</b>		
<b>(P3) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	A avaliação da estratégia é liderada pelo presidente ou comitê/comissão composta por magistrado?	4%		
(P3.2)	A periodicidade em que ocorre a avaliação da estratégia é cumprida?	4%		
(P3.3)	A avaliação da estratégia contempla o desempenho dos objetivos estratégicos?	2%		
(P3.4)	A avaliação da estratégia contempla indicadores e metas?	3%		
(P3.5)	A avaliação da estratégia contempla a situação dos projetos e das ações estratégicas?	4%		

(P3.6)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos processos?	3%		
		<b>20%</b>		
<b>(P4) CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	A área responsável pela gestão estratégica está preparada para revisão do plano estratégico do Tribunal?	3%		
(P4.2)	O Tribunal dispõe de programa regular de treinamento de servidores e/ou magistrados em gerenciamento de projetos?	1%		
(P4.3)	A unidade de gestão de processos utiliza software específico para modelagem de processos?	1%		
(P4.4)	O Tribunal utiliza alguma solução para automação de processos de trabalho?	1%		
(P4.5)	O Tribunal utiliza software para gerenciamento de projetos?	2%		
(P4.6)	A área responsável pela gestão estratégica utiliza algum software para monitorar ou apoiar a estratégia?	2%		
		<b>10%</b>		
<b>(P5) COMUNICAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P5.1)	O Tribunal possui um plano de comunicação da estratégia?	4%		
(P5.2)	O Tribunal executa um plano de comunicação da estratégia?	3%		
(P5.3)	Houve algum tipo de pesquisa interna para saber quantos servidores/magistrados compreendem a estratégia do Tribunal?	3%		
(P5.4)	O plano de comunicação da estratégia contempla os meios de divulgação a serem utilizados (email, processo administrativo, memorando, notícias na internet e/ou intranet, brindes, workshops, palestras, cartilhas, etc.)?	2%		
(P5.5)	O plano de comunicação da estratégia contempla os objetivos da comunicação?	2%		
(P5.6)	O plano de comunicação da estratégia contempla a periodicidade das ações de comunicação?	2%		
(P5.7)	O plano de comunicação da estratégia contempla o público alvo, conforme o tema da comunicação?	2%		
(P5.8)	O plano de comunicação da estratégia contempla a previsão de custos para a execução da comunicação?	2%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

<b>Indicador – Índice de Governança em TIC (iGov)</b>	
<b>Descrição</b>	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGov calculado pelo TCU.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno
<b>Periodicidade</b>	Anual
<b>Polaridade</b>	Para cima
<b>Parâmetros</b>	<b>Responsáveis</b>

Indicador – Índice de Governança em TIC (iGov)						
	(P6) iGov	Diretoria Geral e Secretaria de Controle Interno				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P10+P11+P12+P13+P14+P15)/6$					
<b>Linha de base</b>	2013: Intermediário					
<b>Meta 13</b>	Aumentar, em relação à última apuração, a pontuação alcançada em 10%.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	0%	2%	4%	6%	8%	10%
<b>Esclarecimentos</b>	Orientações para o preenchimento do questionário do iGov: a partir da disponibilização do questionário pelo TCU, a fim de alinhar a interpretação das perguntas abordadas, o CSJT disponibilizará orientações a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho no preenchimento das respostas.					

### Projetos Estratégicos Catalogados, Relacionados ao Objetivo:

- Implantar modelo de governança corporativa judiciária e administrativa;
- Implantar Sistema Informatizado de Governança com modelo de gestão estratégica, tática e operacional dos Tribunais;
- Redesenhar e normatizar os processos de trabalho para a 1ª e 2ª instâncias e área administrativa;
- Fortalecer o suporte ao usuário do processo judiciário e administrativo;
- Implementar plano de comunicação da estratégia.

Indicador – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)	
<b>Descrição</b>	<p>Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovPessoas: resultado obtido na capacidade e no estágio dos componentes do índice iGovPessoas calculado pelo TCU.</p> <p>Ampliar as políticas, métodos e práticas adotados na gestão de pessoas, objetivando potencializar o capital humano.</p> <p>Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados, a fim de melhorar a eficiência e eficácia organizacionais.</p>
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar – Anual: iGovPessoas
<b>Polaridade</b>	Para cima
<b>Parâmetros</b>	(P1) Liderança da alta administração
	(P2) Gestão da liderança e do conhecimento
<b>Responsáveis</b>	
Secretaria de Gestão de Pessoas	
Secretaria de Gestão de Pessoas	

<b>Indicador – Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)</b>						
	(P3) Cultura orientada para resultados			Secretaria de Gestão de Pessoas		
	(P4) Gestão de talentos			Secretaria de Gestão de Pessoas		
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum$ ( P1 + P2 + P3 + P4)					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 18</b>	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovPessoas.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Inicial	Inicial	Inicial	Interme- diário	Interme- diário	Aprimo- rado
<b>Esclarecimentos</b>	<p>O TRT5 atingiu a faixa “inicial” no índice iGovPessoas formulado pelo TCU em 2013 e deverá atingir até 2020 a faixa “aprimorado”, conforme meta definida pelo CJST para os Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>O índice mede o percentual para suprir as lacunas detectadas nos resultados obtidos dos componentes do modelo de avaliação de governança do índice iGovPessoas formulado pelo Tribunal de Contas da União.</p>					

**TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

<b>(P1) LIDERANÇA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>Peso</b>	<b>Respostas TRT5</b>	
			<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P1.1)	Aprovou e publicou modelo de competências, adaptado à realidade da organização, como base para a gestão de pessoas, orientando processos tais como: recrutamento, seleção, desenvolvimento e avaliação de desempenho?	5%		
(P1.2)	O Tribunal monitora regularmente o cumprimento das diretrizes relativas à gestão de pessoas contidas no planejamento estratégico 2015/2020?	5%		
(P1.3)	O Tribunal, sistematicamente, mede e avalia a contribuição das práticas de gestão de pessoas para o desempenho organizacional, identificando oportunidades de melhoria e utilizando as informações para a tomada de decisão?	5%		
		<b>15%</b>		
<b>(P2) GESTÃO DA LIDERANÇA E DO CONHECIMENTO</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	O Tribunal desenvolve processo sucessório para posições de liderança com foco em competências?	5%		
(P2.2)	O Tribunal realiza avaliação de desempenho dos gestores, vinculada ao alcance dos resultados da unidade/organização?	5%		
(P2.3)	O Tribunal executa processo para identificar lacunas entre os níveis atuais e desejados de competências, definindo metas individuais e organizacionais para redução dessas lacunas?	5%		
(P2.4)	O Tribunal executa processo para avaliar os resultados das ações de treinamento e desenvolvimento e avalia se elas eliminaram ou reduziram as lacunas de competências identificadas?	5%		
P2.5	O Tribunal elabora seus planos de capacitação de magistrados e servidores com foco nos macrodesafios do Poder Judiciário, objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho e do TRT5?	5%		
P2.6	O Tribunal incentiva servidores e magistrados para a prática de instrutoria interna?	5%		
		<b>30%</b>		
<b>(P3) CULTURA ORIENTADA PARA RESULTADOS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	O Tribunal estabelece metas de desempenhos individuais e/ou de equipes alinhadas com as metas das unidades e do PEI?	6%		
(P3.2)	O Tribunal capacita todos os membros da alta administração e demais gestores em gestão de desempenho?	6%		
(P3.3)	Executa procedimentos que resguardam a transparência e a imparcialidade do sistema de avaliação de desempenho?	6%		
(P3.4)	Conduz análises para identificar causas de falhas de desempenho, propondo ações de melhorias?	6%		
(P3.5)	O Tribunal verifica se as avaliações refletem o desempenho efetivo dos avaliados?	6%		
		<b>30%</b>		
<b>(P4) GESTÃO DE TALENTOS</b>		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P4.1)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a seleção de gestores?	5%		

(P4.2)	O Tribunal executa processo formal, baseado em competências, para a alocação e a movimentação interna de servidores?	5%		
(P4.3)	O Tribunal avalia as atividades de recrutamento e seleção com base em metas de redução de lacunas de competências?	5%		
(P4.4)	O Tribunal oferece cursos introdutórios ou de formação e ambientação organizacional aos novos servidores e gestores?	5%		
(P4.5)	Executa programas de incentivo e reconhecimento com foco na retenção de colaboradores de alto desempenho que possuam competências críticas para o cumprimento da missão organizacional?	5%		
		<b>25%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

**Projetos Estratégicos Catalogados, Relacionados ao Objetivo:**

- Implantar Programa de Gestão por Competências;
- Gerenciar a unidade e setores vinculados com base nos dados coletados no Programa de Gestão por Competências;
- Desenvolver projeto de fortalecimento do Programa de Gestão por Competências;
- Implantar política de Gestão de Mudanças;
- Implantar programa de capacitação continuada.

Indicadores relacionados ao Objetivo de Prover o Regional de infraestrutura física adequada

Indicador – Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)						
<b>Descrição</b>	Aferir o nível de aderência às práticas de gestão de obras de infraestrutura adotadas pela justiça brasileira, frente aos parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Administração					
<b>Periodicidade</b>	Trimestral: Tabela Auxiliar					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P1) Planejamento, execução e monitoramento de obras	<b>Responsáveis</b>				
		Secretaria de Administração				
	(P2) Contratação de Obras	Secretaria de Administração				
	(P3) Referenciais de área e diretrizes para elaboração de projetos	Secretaria de Administração				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado= $\sum\%(P1+P2+P3)$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 19</b>	Alcançar a média de governança da infraestrutura igual a 100%, até 2020					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Esclarecimentos</b>	Na hipótese de algum item do questionário não ser aplicável por inocorrência da situação fática (inexistência de obra de grande porte, escolha de terreno ou imóvel, elaboração de projetos arquitetônicos e etc.) no período de apuração, a resposta deverá ser respondida afirmativamente.					

**TABELA AUXILIAR PARA MONITORAMENTO DA META**

(P1) PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE OBRAS		Peso	Respostas TRT5	
			SIM/NÃO	Pontuação
(P1.1)	O Tribunal possui Plano de Obras aprovado alinhado às Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.2)	O Plano de Obras do Tribunal foi aprovado pelo seu Pleno, bem como suas atualizações ou alterações?	6%		
(P1.3)	O Tribunal editou norma complementar à operacionalização do disposto nas Resoluções 70/2010-CSJT e 114/2010-CNJ?	6%		
(P1.4)	O Tribunal elabora Planilha de Avaliação Técnica adotando como critérios a estrutura física e funcional do imóvel e sua adequação à prestação jurisdicional?	6%		
(P1.5)	O Tribunal possui Sistema de Priorização de Obras?	6%		
(P1.6)	Para a avaliação, aprovação e priorização das obras é emitido parecer técnico das unidades de engenharia, planejamento, orçamento e finanças e unidade de controle interno?	6%		

(P1.7)	Os projetos das obras de grande porte a serem executadas passaram por avaliação e aprovação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, excetuando-se àquelas dispensadas pela Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
(P1.8)	O Tribunal encaminhou seu Plano de Obras ao CSJT acompanhado de justificativa técnica do Sistema de Priorização de Obras adotado?	6%		
(P1.9)	O Tribunal utiliza indicadores operacionais vinculados a tarefas para acompanhar o desempenho dos projetos de obras?	6%		
(P1.10)	A unidade de Controle Interno do Tribunal fiscaliza as obras executadas, com vistas a garantir que estas não destoem dos princípios insculpidos na Resolução 70/2010-CSJT?	6%		
		<b>60%</b>		
<b>(P2) CONTRATAÇÃO DE OBRAS</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P2.1)	Os editais para a contratação de obras e serviços de engenharia adotam, como critérios mínimos, os parâmetros e as orientações para precificação, elaboração de editais, composição da Bonificação de Despesas Indiretas - BDI, habilitação técnica e cláusulas essenciais nos contratos?	4%		
(P2.2)	Os editais de licitação de obras e serviços de engenharia estabelecem a obrigatoriedade das empresas contratadas absorverem, na execução do contrato, o percentual mínimo de dois por cento de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas, conforme a Resolução nº 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça?	4%		
(P2.3)	Na elaboração do orçamento-base que integrará o edital de licitação são estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços unitários com a fixação de preços máximos?	4%		
(P2.4)	O Tribunal realiza licitações separadas para a aquisição de equipamentos e de mobiliário para início da utilização da obra?	4%		
(P2.5)	Para contratação de serviços de terraplanagem, pavimentação, drenagem ou nos casos de elaboração de obras de arte especiais, em áreas que não apresentem interferência urbana, são utilizadas como parâmetros de custo, preferencialmente, as tabelas do Sistema de Custos Rodoviários (SICRO) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)?	4%		
		<b>20%</b>		
<b>(P3) REFERENCIAIS DE ÁREA E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS</b>				
		<b>Peso</b>	<b>SIM/NÃO</b>	<b>Pontuação</b>
(P3.1)	Na elaboração de projetos arquitetônicos o Tribunal adota os referenciais de área previstos na Resolução 70/2010-CSJT?	5%		
(P3.2)	Os projetos arquitetônicos têm como diretriz a flexibilidade dos espaços, utilizando-se sistemas construtivos que permitem a rápida readequação dos ambientes, ao menor custo possível, quando necessárias às modificações do sistema de prestação jurisdicional?	5%		

(P3.3)	Os projetos arquitetônicos consideram as normas técnicas e legislações de acessibilidade e sustentabilidade ambiental?	5%		
(P3.4)	Por ocasião da escolha de terreno ou de imóvel pronto para abrigar os serviços jurisdicionais, o Tribunal contata os órgãos afins da Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, INSS, OAB, AGU, entre outros) para que analisem a viabilidade de estabelecerem suas sedes em área urbanística integrada?	5%		
		<b>20%</b>		
<b>RESULTADO DO TRT5 =</b>				

### Projetos Estratégicos Catalogados, Relacionados ao Objetivo:

- Desenvolver projeto de construção da nova sede do TRT da 5ª região no CAB;
- Desenvolver projeto de adequação da infraestrutura física dos Fóruns;
- Promover a criação de um espaço físico adequado nos diversos Fóruns Trabalhistas, inclusive, nas cidades do Interior do Estado, para a realização das mediações.

### ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

#### ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

#### (REGULAMENTO GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO) – RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA 027/2003.

**Estrutura - Art. 280.** O Órgão de Controle Interno será dirigido por servidor estável do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com graduação em curso de nível superior, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria – CJ3, e contará com três (03) Assistentes Administrativos – FC4.

**Estrutura - Art. 281.** O Órgão de Controle Interno tem a seguinte estrutura e funções comissionadas a ele vinculados:

I. Departamento de Análise de Atos de Pessoal, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;

II. Departamento de Auditoria Operacional e Análise de Licitações e Contratos, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5;

III. Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros, chefiado por servidor ocupante de função comissionada de Chefe de Departamento – FC5.

**Atribuições - Art. 282.** Compete ao Órgão de Controle Interno:

I. assessorar a Presidência do Tribunal nas questões relativas às áreas administrativa e financeira da Justiça do Trabalho da 5ª Região, dentro do quanto dispõe o art. 74 da Constituição Federal;

II. verificar, anualmente, as contas do Ordenador de Despesas e demais responsáveis, elaborando relatórios e emitindo certificados de Auditoria, que integrarão a tomada de contas;

III. emitir pronunciamento final acerca de processos e/ou expedientes que lhe sejam enviados para exame;

IV. encaminhar a Tomada de Contas Anual para o Tribunal de Contas da União;

V. atuar, junto ao Tribunal de Contas da União, nas ações de sua competência;

VI. programar e viabilizar, junto à Presidência, auditorias ordinárias e extraordinárias;  
VII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 283.** Compete ao Departamento de Análise de Atos de Pessoal:

- I. analisar e instruir processos da área de pessoal, inclusive aqueles relativos à admissão, aposentadoria, pensão, desligamento e exoneração, verificando a sua regularidade;
- II. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- III. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, junto à sua área de atuação;
- IV. elaborar a relação das autoridades responsáveis pelos atos de admissão e de desligamento de pessoal, e de concessão de aposentadorias e pensões;
- V. fiscalizar o cumprimento da exigência de entrega das declarações de bens e rendas;
- VI. cumprir diligências do Tribunal de Contas da União, relativas a admissões, desligamentos, aposentadorias e pensões;
- VII. pronunciar-se, no tocante à interpretação de leis, decretos, decisões do Tribunal de Contas da União e de Tribunais Superiores e outros dispositivos normativos pesquisados e/ou recebidos pela Departamento, pertinentes à área de atuação do Órgão de Controle Interno.
- VIII. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 284.** Compete ao Departamento de Auditoria e Análise de Licitações e Contratos:

- I. promover auditorias programadas e/ou solicitadas pelo Diretor da Secretaria;
- II. promover auditoria mensal, por amostragem, na folha de pagamento de pessoal;
- III. impugnar atos ilegais de remuneração;
- IV. analisar e instruir os processos de licitação e contrato;
- V. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, na sua área de atuação; VI. executar outros atos e atividades afins.

**Atribuições - Art. 285.** Compete ao Departamento de Controle de Recursos Orçamentários e Financeiros:

- I. controlar, por meio de sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos orçamentários e financeiros da Justiça do Trabalho da 5ª Região;
- II. conferir os índices relativos à execução orçamentária;
- III. analisar os registros contábeis no sistema integrado de administração financeira da Secretaria do Tesouro Nacional;
- IV. verificar a correção dos atos de execução do orçamento da Justiça do Trabalho da 5ª Região, em todos os aspectos da realização da despesa;
- V. inspecionar o registro dos atos e fatos da Unidade Gestora, apontando irregularidades e ilegalidades nos processos de despesas;
- VI. compilar os elementos que comporão a Tomada de Contas anual, em sua área de atuação;
- VII. analisar os processos de suprimento de fundos;
- VIII. conferir os relatórios contábeis que integrarão a tomada de contas anual;
- IX. conferir os relatórios de gestão fiscal e acompanhar a sua publicação;
- X. analisar a variação patrimonial dos Juízes e servidores ocupantes de cargos e/ou funções comissionadas, anualmente;
- XI. proceder à análise contábil e à conferência das folhas de pagamento de pessoal;
- XII. executar outros atos e atividades afins.

## **ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS**

Não houve, no período, qualquer situação de apuração de ilícitos.

## **GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

### Atuação da unidade de controle interno

A Secretaria de Controle Interno está vinculada à Presidência do TRT 5ª Região e segue as orientações e determinações do Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Atua nas ações coordenadas de auditoria do controle externo, prestando as informações necessárias quando solicitadas.

Em 2015 foram realizadas 18 auditorias nas áreas de Pessoal e Recursos Humanos, Licitações e contratos e Orçamento e Finanças. Os resultados não apontaram fraudes ou ilícitos, que tenham resultado em dano ao erário.

As auditorias encontram-se na fase de monitoramento e tem sido praxe deste Regional o cumprimento das recomendações da Secretaria de Controle Interno, bem como as respostas às solicitações do controle externo, demonstrando, assim, um bom relacionamento da Administração com a unidade de controle interno em decorrência das suas atribuições.

Foi executado aproximadamente 80% do plano anual de auditoria. As informações e principais constatações, bem como as providências adotadas, encontram-se nos relatórios de auditoria.

Não houve limitações para a execução do plano anual de auditoria, sendo as solicitações às unidades administrativas prontamente atendidas. As solicitações de justificativas para as inconsistências apontadas foram respondidas dentro do esperado.

Em cumprimento à função de apoio ao controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, atendemos a todas as deliberações e enviamos as informações e os documentos requisitados, como informado neste relatório de gestão.

Redesenhos continuaram sendo feitos na estrutura organizacional da unidade de controle interno, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes, de acordo com o ATO TRT nº 150/2014.

### ATO TRT5 nº 150/2014

#### Alteração nas competências e funcionamento da SCI

**Art. 1º** A competência e o funcionamento da Secretaria de Controle Interno, cuja finalidade, observado o disposto no inciso IV do art. 74 da Constituição Federal de 1988, é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, obedecerão ao disposto neste Ato.

**Art. 2º** À Secretaria de Controle Interno, unidade vinculada à Presidência, com a finalidade precípua de supervisionar a correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sob os aspectos da legalidade, da legitimidade, da economicidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, incumbe o exercício das seguintes competências:

I – realizar, por iniciativa própria, auditorias ou fiscalizações, conforme definidas neste Ato,

nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial, operacional e de pessoal das unidades administrativas deste Tribunal, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e a avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;

II – orientar os gestores do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;

III – certificar, nas contas anuais do Tribunal, a gestão dos responsáveis por bens e dinheiros públicos;

IV – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento geral da União para o Tribunal;

V – elaborar e submeter previamente à aprovação do Presidente do Tribunal, até 30 de novembro de cada ano, o Plano Anual de Auditoria – PAA do ano subsequente, e até 30 de novembro de cada quadriênio, o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP;

VI – fiscalizar o cumprimento, pelas autoridades e servidores, da exigência de entrega das declarações ou das autorizações de acesso às Declarações de Bens e Rendas;

VII – emitir parecer quanto à exatidão e à legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e de pensão expedidos pelo Tribunal, inclusive quando se tratar de melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial, na forma definida em instrução normativa oriunda do Tribunal de Contas da União e no Plano Anual de Auditoria – PAA;

VIII – manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno de outros órgãos da Administração Pública;

IX – representar ao Presidente do Tribunal em caso de ilegalidade ou irregularidade constatada;

X – executar os demais procedimentos correlatos com as funções de auditoria interna, conforme Resolução CNJ nº 171/2013;

XI – propor rotinas e procedimentos, normas, manuais e ações referentes à sua área de atuação, com vistas à melhoria contínua das atividades, processos de trabalho e resultados da unidade;

XII – fornecer subsídios para a proposição de programas de intercâmbio de conhecimentos ou de ação conjunta com órgãos e entidades cujas competências se correlacionem com as matérias pertinentes à sua área de atuação;

XIII – avocar quaisquer procedimentos e processos licitatórios em curso nas unidades administrativas deste Regional, para exame de sua regularidade, propondo, se for o caso, a adoção de providências, ou a correção de falhas;

XIV – subsidiar meios e informações no apoio ao Tribunal de Contas da União, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de suas missões institucionais;

XV – zelar pela qualidade e pela independência do sistema de controle interno;

XVI – realizar auditoria não prevista no Plano Anual de Auditoria – PAA ou no Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, sob a denominação de Auditoria Extraordinária; e

XVII – desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

**Art. 3º** Para o exercício das atribuições ora estabelecidas, a Secretaria de Controle Interno utilizará como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, os seguintes conceitos:

I – Auditoria – exame sistemático, aprofundado e independente para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos de trabalho, sistemas de informações e controles internos administrativos;

II – Inspeção Administrativa – técnica de prevenção e controle utilizada para suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias quanto à legalidade e à legitimidade de fatos e atos praticados por agentes responsáveis no âmbito das unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça; e

III – Fiscalização – técnica de controle utilizada para comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e atende à legislação, guarda coerência com as condições e características pretendidas e se os mecanismos de controle administrativo são eficientes e permitem a avaliação dos resultados.

**Art. 4º** As auditorias serão acompanhadas quanto ao seu cumprimento, e as determinações endereçadas aos auditados serão obrigatoriamente monitoradas, e as recomendações ficarão a critério da unidade de controle interno.

**Art. 5º** O monitoramento das auditorias consiste no acompanhamento das providências adotadas pelo titular da unidade auditada em relação às recomendações constantes do relatório, no qual deverá constar prazo para atendimento e comunicação das providências adotadas.

**Art. 6º** São deveres dos servidores designados para realização de auditorias:

I – manter atitude de urbanidade, respeito e consideração para com os colegas das unidades submetidas a processos de fiscalização;

II – atender aos requisitos de objetividade, clareza, precisão e concisão na elaboração de relatórios de auditoria; e

III – guardar sigilo de dados e informações obtidos no exercício de suas atividades de auditoria, inspeção e diligência, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à apreciação dos superiores hierárquicos.

**Art. 7º** São prerrogativas dos servidores responsáveis pela realização das auditorias:

I – acessar registros e informações necessários à realização das atividades de fiscalização, sendo garantido o livre ingresso às unidades do tribunal;

II – requerer, por escrito, aos responsáveis pelas unidades auditadas, documentos e informações necessárias à realização dos procedimentos de fiscalização, estabelecendo prazos razoáveis para o atendimento; e

III – encaminhar, caso necessário, requerimento ao Diretor Geral para a obtenção de apoio técnico-institucional imprescindível à realização dos procedimentos de fiscalização.

Parágrafo único. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonogado à Secretaria de Controle Interno em suas atividades de fiscalização, sob qualquer pretexto, devendo o atendimento ser prestado de forma tempestiva e completa.

**Art. 8º** É vedada a participação de servidores da Secretaria de Controle Interno em quaisquer comissões instituídas no âmbito do Tribunal, ante o princípio de segregação de funções.

**Art. 9º** Deve ser evitada a participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar cogestão, e por este motivo prejudiquem a independência dos trabalhos de auditoria.

**Art. 10.** Para o melhor desempenho das atividades de controle, quanto aos aspectos técnicos, operacionais e gerenciais, o Diretor da Secretaria de Controle Interno poderá baixar Controles de Procedimento, com vistas a disciplinar, no âmbito interno da Secretaria, a aplicação do estabelecido no presente Ato, observando-se, no que couber, a Resolução CNJ nº 171/2013.

**Art. 11.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

## CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

O TRT5 mantém diversos canais de acesso do cidadão, tanto às unidades jurisdicionadas, quanto à administração do Tribunal.

Além do acesso direto e pessoal, sem a necessidade de prévio agendamento (nos casos que não envolvam a figura do presidente, por conta da agenda institucional), o cidadão tem acesso a diversas informações e serviços, por meio do endereço eletrônico do TRT5 ([www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br)). Ali poderão ser verificados os endereços físicos e para postagens, de modo que se possa fazer solicitações, reclamações, denúncias, elogios, sugestões, etc., sem a necessidade de comparecimento ao órgão.

## CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Conquanto não tenha sido elaborada e divulga sob a forma de uma Carta de Serviços ao Cidadão, o TRT da 5ª Região permanece promovendo, de forma alinhada com o Decreto n.º 6.932/2009, e sob a orientação da Corte Superior, a simplificação de procedimentos. A exemplo, cite-se a busca pela racionalização de procedimentos; a implantação de soluções tecnológicas que têm facilitado processos e procedimentos de atendimento. Neste particular, tem-se como marco importante a total implantação do PJ-e (Processo Judicial Eletrônico) que, a um tempo, reduziu o trânsito de partes e advogados nas dependências do TRT5, com ganho significativo de tempo e de recursos materiais, e ampliou a agilidade na tramitação dos processos.

Outro dos significativos exemplos vem da expedição de certidões negativas de dívidas trabalhistas (CNDT), poderoso instrumento de controle e fiscalização da sociedade.

Por fim, foi implantado o PROAD, sistema eletrônico de processos para a área administrativa.

## AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A seguir, os indicadores relativos aos índices de Responsabilidade socioambiental (IRS); bem assim, o resultado aferido, de relação à satisfação dos cidadãos-usuários dos serviços deste TRT5.

Manter as práticas socioambientais sustentáveis

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>	
<b>Descrição</b>	Mede a quantidade de pessoas beneficiadas com os projetos socioambientais e outras ações voltadas para promoção da cidadania e do bem-estar.
<b>Responsável pelo indicador</b>	Coordenadoria de Projetos Especiais
<b>Periodicidade</b>	Mensal

<b>Indicador 1.2 – Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)</b>						
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetro</b>	(P.1) Quantidade de pessoas beneficiadas com as ações socioambientais no período	<b>Responsáveis</b>				
		Coordenadoria de Projetos Especiais				
<b>Fórmula de cálculo</b>	$\sum P1$					
<b>Linha de base</b>	2012: 1.665 pessoas; 2013: 2.793 pessoas; 2014: 1.455 pessoas (1º semestre)					
<b>Meta2</b>	Manter o patamar superior a 9.000 pessoas beneficiadas, ao ano, pelas ações socioambientais, até 2020.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	>4.000	>5.000	>6.000	>7.000	>8.000	>9.000

#### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Elaborar política e estabelecer instrumentos e diretrizes de responsabilidade socioambientais;
- Reestruturação e aperfeiçoamento dos programas socioambientais do TRT5;
- Implementar grupo de orientação sobre os direitos do cidadão;
- Implementar projeto da Anamatra/Amatra5 de responsabilidade social com real, concreto e efetivo apoio da Administração do tribunal ao TJC (Trabalho, Justiça e Cidadania);
- Desenvolver Projeto Acessibilidade;
- Associar a Justiça Itinerante às ações de responsabilidade social, reunindo esforços financeiros e humano;
- Desenvolver programas ou convênios com o MP e Secretarias Municipais (de Assistência Social e Saúde) para implantar (criar) e implementar (melhorar) equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, terapeutas), entre outros, para assessoramento dos magistrados;
- Institucionalizar a realização da Pesquisa de Satisfação a cada semestre com a divulgação dos resultados para o público interno e externo;
- Afetação das demandas e ações a uma área ou setor específico, sob a coordenação dos gestores regionais do programa trabalho seguro e trabalho infantil.

## **MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE**

A UJ tem buscado facilitar o acesso virtual às informações públicas, por meio do seu sítio na internet: [www.trt5.jus.br](http://www.trt5.jus.br). Ali os cidadãos, sejam ou não usuários dos serviços desta Especializada do Trabalho, têm acesso a diversas informações sobre a unidade, sob vários aspectos, de forma a garantir a transparência nos procedimentos deste TRT5.

Com isso, e a título de exemplo, o cidadão tem acesso aos Relatórios de Gestão Fiscal, às licitações realizadas pela unidade, acesso gratuito à CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), etc.

## **AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PELOS CIDADÃOS-USUÁRIOS**

### **1. Apresentação**

A Coordenadoria da Ouvidoria se apresentou como um efetivo canal de comunicação entre a população baiana e o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Ao longo do exercício foram recebidas 7016 (sete mil e dezesseis) manifestações, caracterizadas por pedidos de informações, reclamações, dúvidas, sugestões, elogios e denúncias sobre os mais variados assuntos. Estas manifestações serão, a seguir, analisadas pela evolução mensal, tipo, origem, relacionamento e dinâmica de procedimento, através de quadros quantitativos, gráficos ilustrativos e breves comentários.

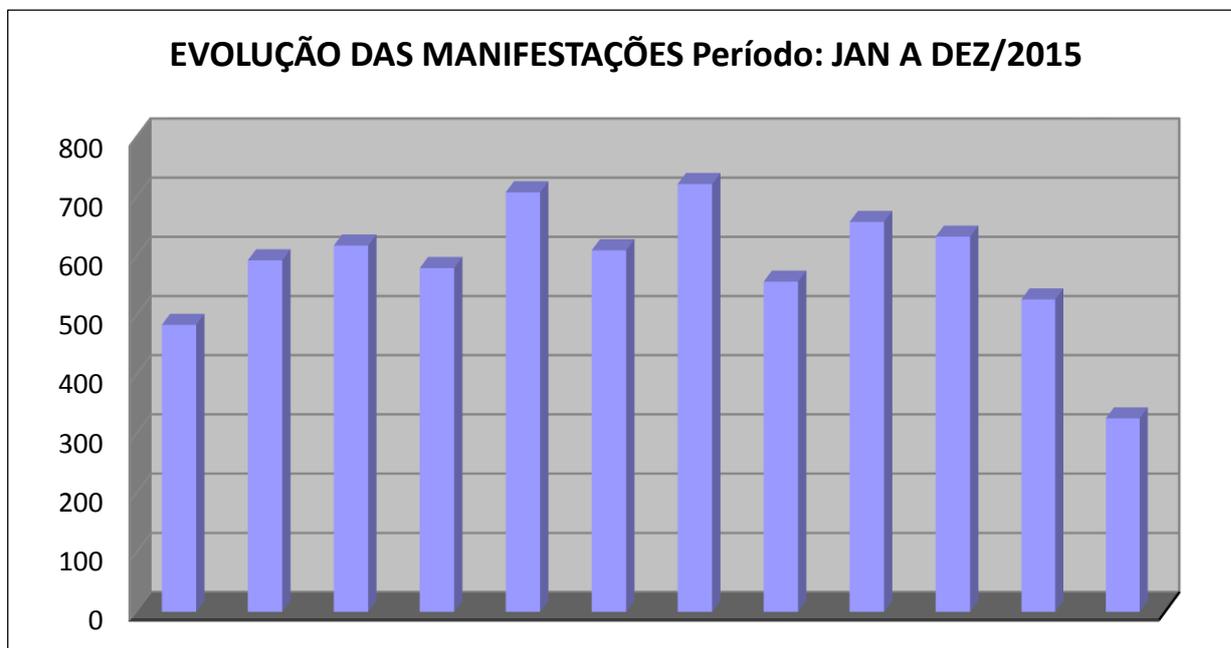
### **2. Evolução do número de manifestações recebidas – 2015**

#### **2.1 QUADRO ESTATÍSTICO**

<b>Meses 2015</b>	<b>Nº Manifestações recebidas</b>
Janeiro	484
Fevereiro	593
Março	618
Abril	580
Maiο	708
Junho	610
Julho	722
Agosto	557
Setembro	658
Outubro	633

Novembro	527
Dezembro	326
<b>TOTAL</b>	<b>7016</b>

## 2.2 GRÁFICO ILUSTRATIVO



## 2.3 COMENTÁRIOS

A Coordenadoria da Ouvidoria registrou um total de 7.016 (sete mil e dezesseis) manifestações recebidas em 2015. Comparando-se com o ano anterior (2014), quando foram registradas 7.090 (sete mil e noventa), verificou-se uma discreta redução na ordem de 1% (um por cento) no número de atendimentos realizados.

A média mensal de manifestações recebidas no ano de 2015 foi de 585 (quinhentas e oitenta e cinco).

Os meses de maio, julho, setembro e outubro/2015 caracterizaram-se como os de maior movimento. No mês de julho/15, inclusive, foi registrado o *record* do ano com 722 (setecentos e vinte dois) relatos.

Movimentos abaixo da média mensal foram registrados nos meses de janeiro, abril, agosto, novembro e dezembro/15.

## 3. Classificação das manifestações recebidas por tipos

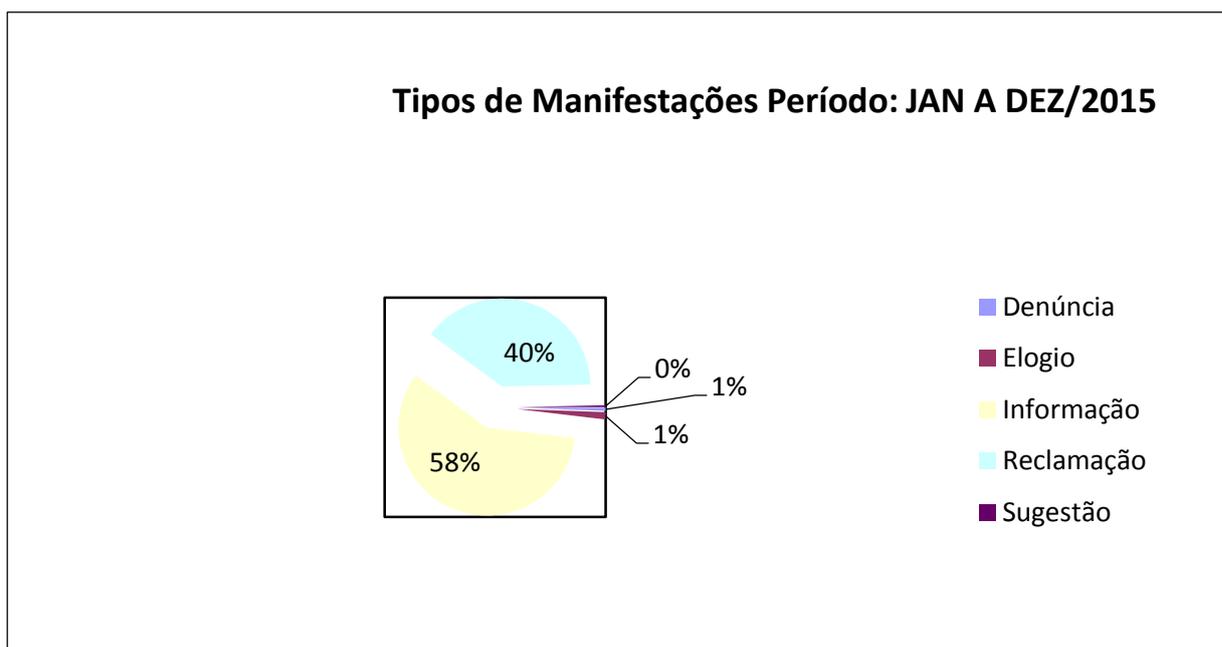
### 3.1 QUADRO ESTATÍSTICO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Denúncia	004	004	006	008	003	002	001
Elogio	003	000	003	003	017	015	006
Informação	290	415	357	277	422	357	511

Reclamação	187	171	249	288	264	236	204
Sugestão	000	003	003	004	002	000	000
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>593</b>	<b>618</b>	<b>580</b>	<b>708</b>	<b>610</b>	<b>722</b>

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	(%)
Denúncia	002	003	004	002	001	0040	001
Elogio	011	016	006	010	003	0093	001
Informação	366	289	398	260	150	4092	058
Reclamação	177	348	225	255	164	2768	040
Sugestão	001	002	000	000	008	0023	000
<b>TOTAL</b>	<b>557</b>	<b>658</b>	<b>633</b>	<b>527</b>	<b>326</b>	<b>7016</b>	<b>100</b>

### 3.2 GRÁFICO ILUSTRATIVO



### 3.3 COMENTÁRIOS

Pedidos de informações e esclarecimentos de dúvidas acerca dos mais variados assuntos (processo judicial eletrônico - PJe, E-Samp, E-doc, alvarás, audiências, cadastro de advogados e de peritos, carta precatória, CNDT, certidões diversas, concurso de servidores, instruções sobre consulta de andamento processual, estrutura e funcionamento do TRT, acesso a sentenças, atas e acórdãos via *internet*, endereços, *e-mail* e números de telefones das diversas unidades do TRT, esclarecimentos sobre andamento processual, estágio no TRT, informações sobre a greve dos servidores, significados de termos jurídicos, semana de conciliação, processos no TST, orientações de como registrar

reclamação trabalhista, informações sobre consulta processual pelo nome das partes, preenchimento de GRU e guias de depósitos etc...), representaram cinquenta e oito por cento das manifestações registradas em 2015.

As reclamações (quarenta por cento do total das manifestações) relacionaram-se a demora no andamento processual em virtude de atrasos no cumprimento de diligências pelas secretarias das varas, prolação de decisões e despachos por parte de juízes, elaboração de cálculos, problemas com o atendimento prestado pelos setores/varas, demora para cobrança de autos em poder de advogados e peritos, problemas com o SAMP, PJe e *internet*, queixas sobre a longa duração das reclamações trabalhistas etc...

No período, graças à intervenção da Ouvidoria, foram resolvidos 73 (setenta e três) processos que estavam com cálculos atrasados, 141 (cento e quarenta e um) com sentenças com prazos vencidos, 259 (duzentos e cinquenta e nove) com despachos atrasados, 05 (cinco) com mandados judiciais fora do prazo e 337 (trezentos e trinta e sete) processos com atrasos para cumprimento de diligências pelas secretarias das varas.

As sugestões representaram menos de 1% (um por cento) do total de manifestações. Os elogios registrados, no total de 93 (noventa e três), foram destacados nos relatórios mensais da Coordenadoria da Ouvidoria. Os setores/servidores elogiados receberam cópias com o teor das mensagens para ciência, constatando-se, na grande maioria das vezes, um sentimento de orgulho por parte do elogiado ao ser notificado.

Apesar do registro de algumas denúncias 1% (um por cento), a maioria delas diziam respeito a assuntos que não são da competência do TRT da 5ª Região, sendo os manifestantes orientados a encaminhá-las aos órgãos competentes para a devida apuração.

#### 4. Classificação das manifestações recebidas por origem

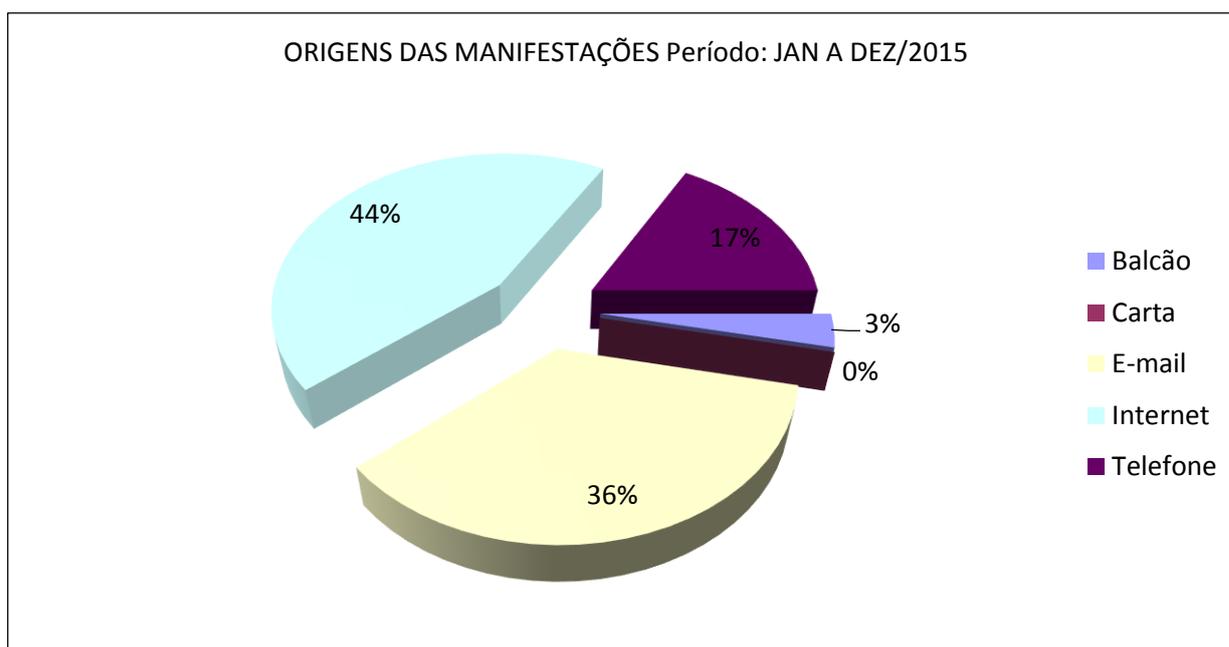
##### 4.1 QUADRO ESTATÍSTICO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
Balcão	011	023	008	029	031	019	017
Carta	000	000	000	001	000	000	000
e-mail	189	200	292	239	232	213	195
Internet	236	228	314	290	303	265	261
Telefone	048	142	004	021	142	113	249
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>593</b>	<b>618</b>	<b>580</b>	<b>708</b>	<b>610</b>	<b>722</b>

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	(%)
Balcão	013	025	019	027	012	0234	003
Carta	000	000	000	000	000	0001	000
e-mail	201	219	196	183	139	2498	036

Internet	180	291	288	282	166	3104	044
Telefone	163	123	130	035	009	1179	017
<b>TOTAL</b>	<b>557</b>	<b>658</b>	<b>633</b>	<b>527</b>	<b>326</b>	<b>7016</b>	<b>100</b>

## 4.2 GRÁFICO ILUSTRATIVO



## 4.3 COMENTÁRIOS

No ano de 2015, a *internet* destacou-se, como o canal de comunicação mais utilizado pela população para entrar em contato com a Ouvidoria, sendo responsável por 44% (quarenta e quatro por cento) das manifestações recebidas. Em segundo lugar, ficaram as manifestações recebidas através de *e-mails* representando 36% (trinta e seis por cento) do total. Estes dois canais juntos foram responsáveis por 80% (oitenta por cento) dos registros, ou seja, representaram a maioria absoluta das manifestações. Rapidez, segurança, confiabilidade e conforto, permitindo ao usuário acessar o sistema de sua própria residência ou trabalho, sem nenhum custo constituem-se em aspectos fundamentais para o sucesso destes meios eletrônicos como ferramenta de comunicação entre o público e a Ouvidoria. Os outros canais de comunicação (atendimento direto ao balcão, telefonemas e cartas) completam os 20% (vinte por cento) restantes do total de manifestações recebidas.

## 5. Classificação das manifestações recebidas por usuários

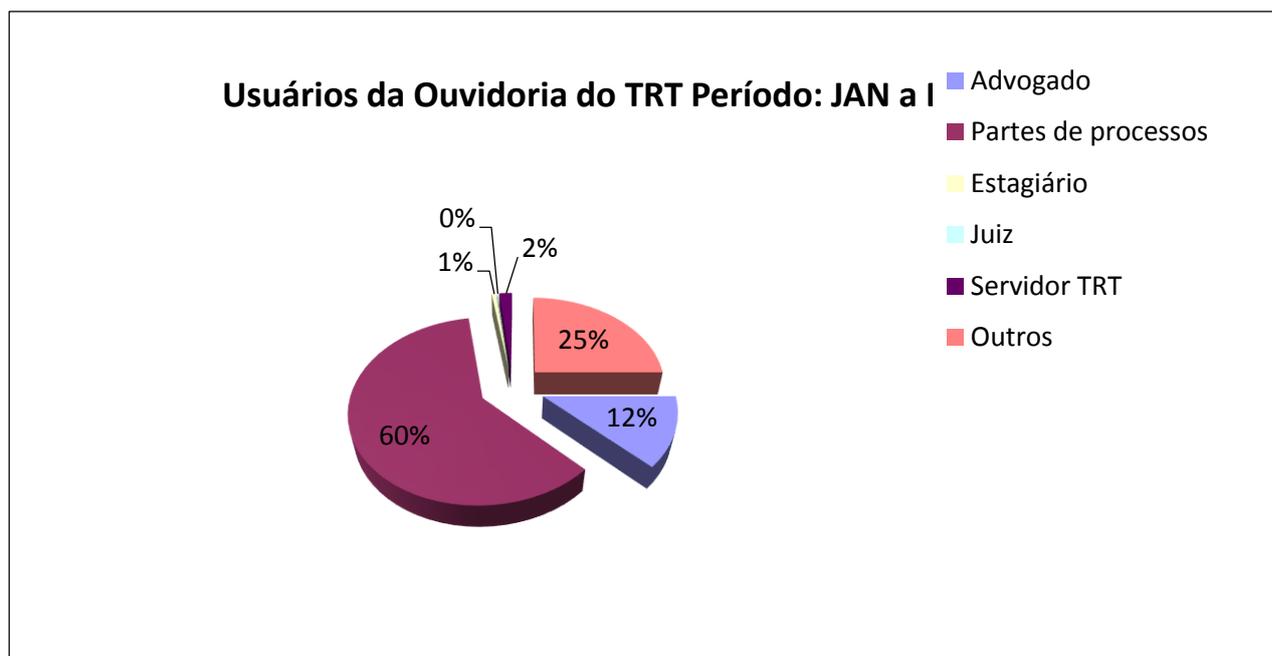
### 5.1 QUADRO ESTATÍSTICO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
--	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Advogado	035	057	066	078	093	092	114
Partes de Processo	330	312	393	364	398	354	389
Juiz	000	000	001	000	001	000	001
Estagiário	004	005	003	002	004	006	007
Servidor TRT	005	007	010	014	012	013	014
Outros	110	212	145	122	200	145	197
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>593</b>	<b>618</b>	<b>580</b>	<b>708</b>	<b>610</b>	<b>722</b>

	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	(%)
Advogado	082	078	058	063	046	0862	012
Partes de Processo	313	419	366	365	226	4229	060
Juiz	000	001	000	002	000	0006	000
Estagiário	004	003	006	002	001	0047	001
Servidor TRT	018	018	011	002	006	0130	002
Outros	140	139	192	093	047	1742	025
<b>TOTAL</b>	<b>557</b>	<b>658</b>	<b>633</b>	<b>527</b>	<b>326</b>	<b>7016</b>	<b>100</b>

## 5.2 GRÁFICO ILUSTRATIVO



## 5.3 COMENTÁRIOS

As partes envolvidas nos processos trabalhistas foram responsáveis por 60% (sessenta por cento) das manifestações registradas no ano de dois mil e quinze. Na sua maioria, procuraram a Ouvidoria na busca de soluções que proporcionassem uma maior agilidade no andamento de seus processos. As reclamações foram as mais variadas: por demora no cumprimento de diligências, prolações de sentenças, elaboração de cálculos etc. Alguns buscam apenas esclarecimentos sobre o desenrolar de suas reclamações trabalhistas alegando que os seus patronos não prestam este tipo de informação. Advogados e estagiários totalizaram 13% (treze por cento) das manifestações recebidas ao longo do ano. Estas manifestações caracterizaram-se por reclamações sobre a demora do andamento de processos, E-Samp, PJe e reclamações/sugestões visando à melhoria do atendimento na Justiça do Trabalho. Na categoria “outros”, responsáveis por 25% (vinte e cinco por cento) das manifestações foram classificados: arrematantes, testemunhas, leiloeiros, parentes de partes de processos trabalhistas, futuros reclamantes e candidatos de concursos de estagiário, servidores e magistrados. Os Servidores do TRT da 5ª Região foram responsáveis por 2% (dois por cento) das manifestações registradas. Costumam utilizar-se da Ouvidoria para registro de elogios a colegas, busca de auxílio na resolução de problemas na área de informática, plano de saúde, limpeza, conservação dos fóruns etc.

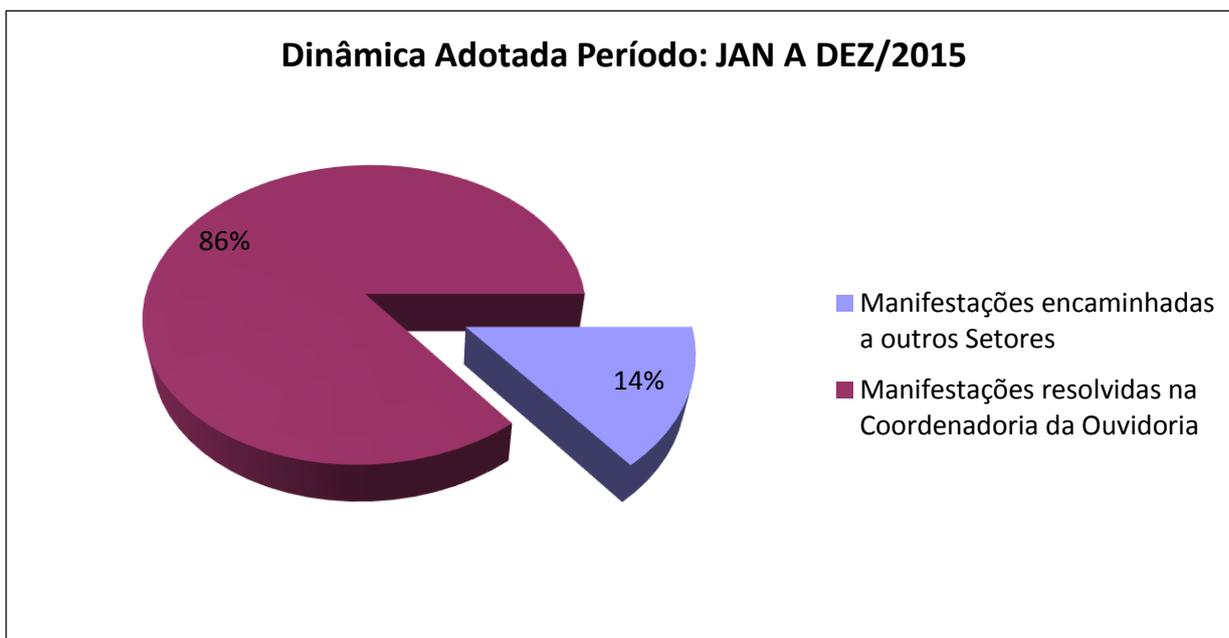
## 6. Dinâmica de Serviço Adotada

### 6.1 QUADRO ESTATÍSTICO

<b>Manifestações</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>	<b>MAR</b>	<b>ABR</b>	<b>MAI</b>	<b>JUN</b>	<b>JUL</b>
Encaminhadas a outros Setores	063	092	111	138	128	089	051
Resolvidas na Ouvidoria	421	501	507	442	580	521	671
<b>TOTAL</b>	<b>484</b>	<b>593</b>	<b>618</b>	<b>580</b>	<b>708</b>	<b>610</b>	<b>722</b>

<b>Manifestações</b>	<b>AGO</b>	<b>SET</b>	<b>OUT</b>	<b>NOV</b>	<b>DEZ</b>	<b>TOTAL</b>	<b>(%)</b>
Encaminhadas a outros Setores	037	061	063	102	072	1007	014
Resolvidas na Ouvidoria	520	597	570	425	254	6009	086
<b>TOTAL</b>	<b>557</b>	<b>658</b>	<b>633</b>	<b>527</b>	<b>326</b>	<b>7016</b>	<b>100</b>

### 6.2 GRÁFICO ILUSTRATIVO



### 6.3 COMENTÁRIOS

A Coordenadoria da Ouvidoria adota como tônica o procedimento informal, buscando sempre que possível manter contato com os setores envolvidos através de telefonemas e *e-mails* na busca de soluções rápidas. Este procedimento evita muitas vezes o encaminhamento formal das manifestações aos setores, gerando uma grande economia de tempo. No exercício de 2015, como se pode comprovar pelo gráfico acima, 86% (oitenta e seis por cento) das manifestações recebidas foram resolvidas na Ouvidoria, sendo encaminhadas aos elos na busca de informações apenas 14% (catorze por cento) do total das manifestações registradas.

### MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A UJ permanece buscando assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos dos cidadãos. Este é um objetivo estratégico que visa a satisfação do jurisdicionado, por meio de metas, como a razoável duração do processo e a consequente concretização fática da entrega do direito.

Neste escopo também estão inseridas medidas físicas de acessibilidade. É o caso das instalações de rampas de acesso em todas as unidades, cujas entradas não se encontrem no nível da rua; de elevadores especiais, para tornar acessíveis as dependências da UJ aos que estejam com dificuldade motora – temporária ou permanente; e de vagas especiais, nos termos da lei, para estacionamento de idosos e possuidores de deficiência (*Vide ao final quadro descritivo das ações da UJ neste sentido*).

Edificação	Área constr. m <sup>2</sup>	Num. Pavim.	Sanitário p/ deficientes	Acesso p/ deficientes
Sede Administrativa	7.851,95	6	SIM	SIM – rampa e elevadores Em fase final os estudos para implantação de plataforma elevatória

Coqueijo Costa	8.670,00	6	SIM	SIM – rampa e elevadores
Ed. Juiz Antonio Carlos Oliveira (Prédio das Varas da Capital)	20.683,60	11	SIM	SIM - elevadores
Alagoinhas	590,00	2	SIM	SIM - rampa
Barreiras	595,00	1	SIM	SIM
Bom Jesus da Lapa	605,71	1	SIM	SIM
Camaçari	1.132,90	1	SIM	SIM – rampa e elevador
Candeias	595,00	1	SIM	SIM
Cruz das Almas	461,00	1	SIM	SIM
Eunápolis	595,00	1	SIM	SIM
Feira de Santana	1.436,00	2	SIM	SIM – rampa e plataforma elevatória
Guanambi	595,00	1	SIM	SIM

Edificação	Área constr. m²	Num. Pavim.	Sanitário p/ deficientes	Referência	Acesso p/ deficientes
Ilhéus	906,00	1	SIM	Mun: 3573 RIP: 3573.00178.500-5	SIM - rampa
Ipiaú	331,50	2	SIM	Mun: 3579 RIP: 3579.00006.500-8	SIM - rampa
Irecê	610,00	1	SIM	Mun: 3593 RIP:	SIM
Itabuna	1.947,75	2	SIM	Mun: 3597 RIP: 3597.00044.500-3	SIM – rampa e plataforma elevatória
Itamaraju	353,00	1	SIM	Mun: 3613 RIP: 3613.00009.500-8	SIM
Jacobina	605,71	1	SIM	Mun: 3651 RIP: 3651.00009.500-0	SIM
Jequié	605,71	1	SIM	Mun: 3661 RIP: 3661.00114.500-9	SIM
Juazeiro	906,01	2	SIM	Mun: 3669 RIP: 3669.00025.500-0	SIM - rampa
Porto Seguro	605,71	1	SIM	Mun: 3807 RIP: 3807.00039.500-0	SIM
Santo Amaro	276,00	1	SIM	Mun: 3871 RIP: 3871.00014.500-5	SIM
S. Antônio de Jesus	461,00	1	SIM	Mun: 3873 RIP: 3873.00005.500-2	SIM
Simões Filho	843,98	2	SIM	Mun: 3913 RIP: 3913.00042.500-7 Mun: 3913 RIP: 3377.00043.500-2	<b>Prédio desativado</b>  SIM - rampa
Teixeira de Freitas	605,71	1	SIM	Mun: 3993 RIP: 3993.00014.500-2	SIM
Valença	605,72	1	SIM	Mun: 3957 RIP: 3957.00023.500-5	SIM
Vitória da Conquista	1.486,68	2	SIM	Mun: 3965 RIP: 3965.00052.500-4	SIM – rampa e plataforma elevatória

## **DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

#### 5.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Está sendo aplicada a norma informada. Padrão Macrofunção-020330. Os dispositivos informados na NBTC não descrevem de forma clara qual a metodologia ou cotas a serem aplicadas.

A vida útil do ativo está estimada de acordo com a Macro-função (STN). Quando da implantação, é validado o plano de contas existente, configurando assim a vida útil e percentual não depreciável do bem.

A T 16.9 e NBC T 16.10 não definem parâmetros de vida útil e percentual não depreciável. Por essa razão.

Têm sido utilizadas cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem;

Para os cálculos, as taxas são definidas conforme Macro-função, na forma aprovada pelo Tribunal.

Para a avaliação de bens é realizada uma busca no mercado dos valores, Esta metodologia é uma definição realizada pelo Órgão para se achar o valor real do bem. O sistema ASI, como ferramenta de auxílio, utiliza o método de cotas lineares, conforme existente na macro-função para avaliações, para assim se determinar o valor atual do bem.

#### **Sistemática de apuração dos custos no âmbito da unidade**

O Ato CSJT.GP.SG N° 398, de 29 de outubro de 2013, criou o **Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos** para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como

Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- 1 Foco no custo do processo julgado;
- 2 Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- 3 Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- 4 Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- 5 Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- 6 Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- 7 **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- 8 **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.

- 9 **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- 10 Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- 11 Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);
- 12 Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- 13 Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- 14 Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

O relatório do GT-Custos submetido à Administração do CSJT encontra-se em fase de análise e homologação. Até o presente momento não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho, assim, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Dessa forma, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação da UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos, como participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios, estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS:**

V.: G:\DG - RELATÓRIOS DE GESTÃO - TCU\DG - RELATÓRIO DE GESTÃO TCU - 2015\DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320 E NOTAS EXPLICATIVAS

**CONSOLIDADO\_DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-UG080007 – QUADROS ABAIXO**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	154.853.091,05	144.206.623,18			
Bens Imóveis	154.962.144,39	144.272.918,34			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-109.053,34	-66.295,16			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>3.346.437,19</b>	<b>5.542.305,02</b>			
Softwares	3.346.437,19	5.542.305,02			
Softwares	6.852.082,67	5.542.305,02			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.505.645,48	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>210.667.617,45</b>	<b>198.905.973,87</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>210.667.617,45</b>	<b>198.905.973,87</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>28.351.982,66</b>	<b>47.988.943,82</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>48.146.001,74</b>	<b>64.814.155,25</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>182.315.634,79</b>	<b>150.917.030,05</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>29.260.330,60</b>	<b>1.820.243,96</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>133.261.285,11</b>	<b>132.271.574,66</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>31.664.466,49</b>	<b>33.591.331,64</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	321.577.440,08	321.577.440,08	Execução dos Atos Potenciais Passivos	31.664.466,49	33.591.331,64
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.462,74	9.462,74	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	321.567.977,34	321.567.977,34	Obrigações Contratuais a Executar	31.664.466,49	33.591.331,64
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>TOTAL</b>	<b>31.664.466,49</b>	<b>33.591.331,64</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-20.702.790,27</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>908.771,19</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	908.771,19
<b>TOTAL</b>	<b>-19.794.019,08</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>			<b>987.189.185,70</b>	<b>987.189.185,70</b>
<b>TOTAL</b>			<b>987.189.185,70</b>	<b>987.189.185,70</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	29.742.424,00	29.742.424,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.800.000,00	1.800.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	26.142.424,00	26.142.424,00	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-
	-	1.800.000,00	1.800.000,00	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>830.509.425,00</b>	<b>943.867.135,00</b>	<b>975.970.850,03</b>	<b>961.068.077,18</b>	<b>961.067.805,33</b>	<b>-32.103.715,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	721.303.871,00	815.073.266,00	846.011.417,68	844.980.452,32	844.980.452,32	-30.938.151,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109.205.554,00	128.793.869,00	129.959.432,35	116.087.624,86	116.087.353,01	-1.165.563,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>81.527.273,00</b>	<b>76.175.468,00</b>	<b>11.218.335,67</b>	<b>4.820.950,63</b>	<b>4.819.812,44</b>	<b>64.957.132,33</b>
Investimentos	81.527.273,00	76.175.468,00	11.218.335,67	4.820.950,63	4.819.812,44	64.957.132,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.241.380,83</b>	<b>10.687.570,53</b>	<b>10.549.674,23</b>	<b>10.549.674,23</b>	<b>51.914,65</b>	<b>17.327.362,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.502.494,64	1.841.427,27	3.193.871,43	3.193.871,43	177,47	13.149.873,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.738.886,19	8.846.143,26	7.355.802,80	7.355.802,80	51.737,18	4.177.489,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.639.370,29</b>	<b>8.266.207,06</b>	<b>8.403.276,88</b>	<b>8.403.276,88</b>	<b>593,60</b>	<b>9.501.706,87</b>
Investimentos	9.639.370,29	8.266.207,06	8.403.276,88	8.403.276,88	593,60	9.501.706,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.880.751,12</b>	<b>18.953.777,59</b>	<b>18.952.951,11</b>	<b>18.952.951,11</b>	<b>52.508,25</b>	<b>26.829.069,35</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 15/03/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>13.660.903,14</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.021.896.123,79</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.021.896.123,79</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.060,22	-
Transferências Financeiras Recebidas	982.614.700,52	-
Arrecadação de Outra Unidade	39.279.790,09	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	572,96	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.008.235.220,65</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-876.953.434,85</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-629.928.555,98	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-215.492.225,14	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-31.523.380,68	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-9.273,05	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-94.673.317,76</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-94.673.317,76	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-36.608.468,04</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-36.607.895,08	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-572,96	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-13.223.089,32</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.223.089,32	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-11.358.025,95	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-1.865.063,37	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>437.813,82</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>27.914.168,84</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>28.351.982,66</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.039.524.423,5</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>35.096.496,33</b>	-
Impostos	930,72	-
Taxas	35.095.565,61	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>747.343,62</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	747.343,62	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>72.147,50</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.194,47	-
Variações Monetárias e Cambiais	70.953,03	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>985.898.998,68</b>	-
Transferências Intragovernamentais	982.614.700,52	-
Transferências Intergovernamentais	2.669.214,02	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	615.084,14	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>13.770.445,73</b>	-
Reavaliação de Ativos	2.736.848,23	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	10.948.352,27	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	85.245,23	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3.938.991,69</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	248.957,72	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.690.033,97	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.025.793.828,0</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>705.205.264,40</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	553.775.964,76	-
Encargos Patronais	93.949.701,85	-
Benefícios a Pessoal	57.479.597,79	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>197.499.618,56</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	146.060.291,47	-
Pensões	50.995.972,30	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	443.354,79	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>60.962.098,03</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	2.753.157,28	-
Serviços	54.008.360,77	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.200.579,98	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>14.754,72</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9.345,40	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.409,32	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>37.780.063,51</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	36.607.895,08	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.172.168,43	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>23.325.511,98</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	212.620,54	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	40.288,14	-
Incorporação de Passivos	19.427.300,83	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	3.645.302,47	-
<b>Tributárias</b>	<b>727.937,84</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.907,90	-
Contribuições	717.029,94	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>278.578,99</b>	-
Premiações	2.904,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	275.674,99	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>13.730.595,52</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>987.189.185,70</b>	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>759.303.917,95</b>	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>227.885.267,75</b>	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	183.249.033,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	44.636.234,75	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>982.614.700,52</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>36.607.895,08</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	978.894.566,22	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	978.894.566,22	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.720.134,30	-	Independentes da Execução Orçamentária	36.607.895,08	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.516.473,09	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	507.934,32	-
Demais Transferências Recebidas	99.136,94	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	104.524,27	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	36.099.960,76	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>60.582.991,20</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>18.962.797,12</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.410,04	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.300.157,89	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.952.951,11	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	39.281.423,27	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.846,01	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	9.273,05	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.060,22	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	39.279.790,09	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	572,96	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	572,96	-
Demais Recebimentos	-	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>27.914.168,84</b>	-	<b>- Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>28.351.982,66</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.914.168,84	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.351.982,66	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.111.860,56</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>1.071.111.860,56</b>	-

## **DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

#### 5.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Está sendo aplicada a norma informada. Padrão Macrofunção-020330. Os dispositivos informados na NBTC não descrevem de forma clara qual a metodologia ou cotas a serem aplicadas.

A vida útil do ativo está estimada de acordo com a Macro-função (STN). Quando da implantação, é validado o plano de contas existente, configurando assim a vida útil e percentual não depreciável do bem.

A T 16.9 e NBC T 16.10 não definem parâmetros de vida útil e percentual não depreciável. Por essa razão.

Têm sido utilizadas cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem;

Para os cálculos, as taxas são definidas conforme Macro-função, na forma aprovada pelo Tribunal.

Para a avaliação de bens é realizada uma busca no mercado dos valores, Esta metodologia é uma definição realizada pelo Órgão para se achar o valor real do bem. O sistema ASI, como ferramenta de auxílio, utiliza o método de cotas lineares, conforme existente na macro-função para avaliações, para assim se determinar o valor atual do bem.

#### **Sistemática de apuração dos custos no âmbito da unidade**

O Ato CSJT.GP.SG N° 398, de 29 de outubro de 2013, criou o **Grupo de Trabalho de Custos – GT Custos** para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. O GT Custos tem como membros dois servidores do CSJT, três servidores da Divisão de Contabilidade do TST e mais três servidores de TRT's, (1ª, 2ª e 8ª Regiões).

O Ato de criação do GT estabeleceu o prazo de um ano para a realização dos trabalhos, tendo sido esse prazo prorrogado por mais um ano, até 29 de outubro de 2015.

Ao longo de 2014 e 2015, foram realizadas diversas reuniões entre os integrantes do GT Custos, com servidores de diferentes unidades do Tribunal e de outros Órgãos, com vistas à concepção do Sistema de Custos para a Justiça do Trabalho.

O GT Custos foi incumbido de implantar o projeto piloto do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho - SIC-JT, no TST, o qual será disseminado nos demais tribunais trabalhistas, seguindo cronograma que está definido no Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, a ser cumprido até o ano de 2020.

No Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, disponível em <http://www.csjt.jus.br/plano-estrategico-da-justica-do-trabalho-2015-2020> está inserido como

Objetivo Estratégico “Aperfeiçoar a gestão de custos - que refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos”.

O sistema de custos desenvolvido como piloto no TST e que será base para o desenvolvimento nos demais tribunais trabalhistas, tem como premissas básicas, dentre outras:

- 1 Foco no custo do processo julgado;
- 2 Segregação dos custos entre as três instâncias da JT (TST, Tribunais Regionais e Varas Trabalhistas);
- 3 Departamentalização (centros de custos específicos agrupando as unidades administrativas das áreas meio e finalística);
- 4 Método do custeio direto (especificamente sobre pessoal, depreciação e consumo de material);
- 5 Segregação dos custos indiretos, sem rateio, em centros de custos específicos;
- 6 Agregação de valor ao processo decisório.

Quanto à implantação do projeto-piloto do TST, foi elaborada a modelagem do sistema, onde os custos diretos devem ser alocados em centros de custos que identifiquem unidades administrativas. As diversas unidades administrativas foram aglutinadas em 32 centros de custos, que por sua vez foram aglutinados em quatro agregadores: Judicantes, Apoio Judiciário, Apoio Administrativo, Autônomos. A esses centros de custos são alocados os custos diretos de pessoal, incluindo benefícios pagos em folha, consumo de bens de estoque e depreciações de bens móveis, já apurados, mensalmente, desde julho de 2014, a partir dos sistemas estruturantes do TST (Sistemas de Folha de Pagamento, de Cadastro de Informações Funcionais, de Material e Patrimônio e de Almoarifado).

Com a colaboração da área de tecnologia da informação do TST, chegou-se em dezembro de 2014, à consolidação de um subsistema baseado na ferramenta *Business Objects*, elaborado a partir dos dados de sistemas estruturantes (Folha de Pagamentos, Sistema de Patrimônio e Sistema de Almoarifado), que os armazena em um banco de dados (*data warehouse*), permitindo a geração de informações dos custos diretos, por unidades administrativas, conforme centros de custos definidos na modelagem do sistema.

O tratamento para apuração e alocação dos custos diretos aos correspondentes centros de custos está sendo realizado com base no modelo conceitual estabelecido pela CCONT/STN, e de acordo com o banco de dados de cada sistema estruturante:

- 7 **Folha de Pagamento** => os custos de pessoal estão sendo apurados com base nas rubricas da folha de pagamento de pessoal ativo, excluindo-se aquelas referentes a adiantamentos, pessoal cedido e exercícios anteriores, e são alocados observando-se a lotação de pessoal nas unidades administrativas, no mês de referência.
- 8 **Sistema de Patrimônio** => os custos são alocados, pela apuração da depreciação dos bens móveis sob responsabilidade de cada unidade administrava, no mês de referência.

- 9 **Sistema de Almoxarifado** => os custos são apurados e alocados pela soma dos valores das requisições de bens e do consumo imediato efetuados em cada unidade administrativa, no mês de referência.

Os relatórios emitidos com dados dos custos diretos das unidades administrativas do TST foram homologados no início de 2015, mediante a verificação da fidedignidade das suas informações, confrontando-as com as oriundas dos respectivos sistemas estruturantes e com as informações do SIAFI Operacional.

Com relação aos custos indiretos, serão apurados em 25 centros de custos, consolidados em dois agregadores, quais sejam: “Custos Gerais” e “Pessoal – Outros” (custos de pessoal não alocáveis diretamente). A apuração desses dados se dará a partir de consultas ao SIAFI e ao sistema de folha de pagamento. Até o momento não foram estabelecidos os critérios no TST para apuração desses dados.

O grupo de trabalho estudou a possibilidade de registro dos custos indiretos no SIAFI, com uso da aba “Centro de Custos”, constante dos documentos emitidos do subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR. Tal possibilidade ainda não foi posta em prática pois provocará impactos significativos nos processos operacionais de liquidação de pagamento da despesa, além de estarem pendentes de autorização por parte da Administração do TST.

Com vistas a dar continuidade à implementação do Sistema de Custos no âmbito da Justiça do Trabalho, o GT Custos propôs, em seu relatório final, apresentado em setembro de 2015, várias demandas à Administração do CSJT, conforme resumo a seguir:

- 10 Homologação da primeira fase do sistema de custos desenvolvido no TST (custos diretos por unidade administrativa);
- 11 Avaliação e decisão quanto à implementação da segunda etapa do sistema de custos do TST, que envolve a codificação dos centros de custos e a inserção nos sistemas do Governo Federal (SIAFI e SIC);
- 12 Criação de comitê técnico de custos, composto por representantes de cada tribunal trabalhista, com a finalidade de coordenar a continuidade do projeto de implantação do sistema de custos em toda a Justiça do Trabalho;
- 13 Desenvolvimento de solução de TI padronizada e compatível com o SIC, para toda a Justiça do Trabalho;
- 14 Criação de estrutura administrativa para a operacionalização do sistema e para o gerenciamento de custos, no TST, no CSJT, e em cada Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo, basicamente, alocação de pessoal, espaço físico e recursos tecnológicos e materiais.

O relatório do GT-Custos submetido à Administração do CSJT encontra-se em fase de análise e homologação. Até o presente momento não há estrutura formalizada responsável pela apuração e pelo gerenciamento de custos no âmbito da Justiça do Trabalho, assim, os dados gerados no sistema piloto ainda não estão sendo analisados, gerenciados ou divulgados. Dessa forma, ainda não é possível observar o impacto dessas informações na atuação da UPC ou no processo de tomada de decisão.

Os documentos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo GT Custos, como participação em seminários e congressos, atas de reuniões e demais relatórios, estão inseridos no processo administrativo TST.502091/2013-4.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS:**

V.: G:\DG - RELATÓRIOS DE GESTÃO - TCU\DG - RELATÓRIO DE GESTÃO TCU - 2015\DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320 E NOTAS EXPLICATIVAS

**CONSOLIDADO\_DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-UG080007 – QUADROS ABAIXO**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	154.853.091,05	144.206.623,18			
Bens Imóveis	154.962.144,39	144.272.918,34			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-109.053,34	-66.295,16			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>3.346.437,19</b>	<b>5.542.305,02</b>			
Softwares	3.346.437,19	5.542.305,02			
Softwares	6.852.082,67	5.542.305,02			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.505.645,48	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>210.667.617,45</b>	<b>198.905.973,87</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>210.667.617,45</b>	<b>198.905.973,87</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>28.351.982,66</b>	<b>47.988.943,82</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>48.146.001,74</b>	<b>64.814.155,25</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>182.315.634,79</b>	<b>150.917.030,05</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>29.260.330,60</b>	<b>1.820.243,96</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>133.261.285,11</b>	<b>132.271.574,66</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>31.664.466,49</b>	<b>33.591.331,64</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	321.577.440,08	321.577.440,08	Execução dos Atos Potenciais Passivos	31.664.466,49	33.591.331,64
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	9.462,74	9.462,74	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	321.567.977,34	321.567.977,34	Obrigações Contratuais a Executar	31.664.466,49	33.591.331,64
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>321.577.440,08</b>	<b>TOTAL</b>	<b>31.664.466,49</b>	<b>33.591.331,64</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-20.702.790,27</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>908.771,19</b>
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	908.771,19
<b>TOTAL</b>	<b>-19.794.019,08</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>			<b>987.189.185,70</b>	<b>987.189.185,70</b>
<b>TOTAL</b>			<b>987.189.185,70</b>	<b>987.189.185,70</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	29.742.424,00	29.742.424,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	1.800.000,00	1.800.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	26.142.424,00	26.142.424,00	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-
	-	1.800.000,00	1.800.000,00	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>830.509.425,00</b>	<b>943.867.135,00</b>	<b>975.970.850,03</b>	<b>961.068.077,18</b>	<b>961.067.805,33</b>	<b>-32.103.715,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	721.303.871,00	815.073.266,00	846.011.417,68	844.980.452,32	844.980.452,32	-30.938.151,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	109.205.554,00	128.793.869,00	129.959.432,35	116.087.624,86	116.087.353,01	-1.165.563,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>81.527.273,00</b>	<b>76.175.468,00</b>	<b>11.218.335,67</b>	<b>4.820.950,63</b>	<b>4.819.812,44</b>	<b>64.957.132,33</b>
Investimentos	81.527.273,00	76.175.468,00	11.218.335,67	4.820.950,63	4.819.812,44	64.957.132,33
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>912.036.698,00</b>	<b>1.020.042.603,00</b>	<b>987.189.185,70</b>	<b>965.889.027,81</b>	<b>965.887.617,77</b>	<b>32.853.417,30</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.241.380,83</b>	<b>10.687.570,53</b>	<b>10.549.674,23</b>	<b>10.549.674,23</b>	<b>51.914,65</b>	<b>17.327.362,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.502.494,64	1.841.427,27	3.193.871,43	3.193.871,43	177,47	13.149.873,01
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.738.886,19	8.846.143,26	7.355.802,80	7.355.802,80	51.737,18	4.177.489,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.639.370,29</b>	<b>8.266.207,06</b>	<b>8.403.276,88</b>	<b>8.403.276,88</b>	<b>593,60</b>	<b>9.501.706,87</b>
Investimentos	9.639.370,29	8.266.207,06	8.403.276,88	8.403.276,88	593,60	9.501.706,87
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>26.880.751,12</b>	<b>18.953.777,59</b>	<b>18.952.951,11</b>	<b>18.952.951,11</b>	<b>52.508,25</b>	<b>26.829.069,35</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 15/03/2016	PAGINA 1
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>13.660.903,14</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.021.896.123,79</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.021.896.123,79</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.060,22	-
Transferências Financeiras Recebidas	982.614.700,52	-
Arrecadação de Outra Unidade	39.279.790,09	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	572,96	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.008.235.220,65</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-876.953.434,85</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-629.928.555,98	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-215.492.225,14	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 15/03/2016	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-31.523.380,68	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-9.273,05	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-94.673.317,76</b>	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-94.673.317,76	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-36.608.468,04</b>	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-36.607.895,08	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-572,96	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-13.223.089,32</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	-	-
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.223.089,32	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-11.358.025,95	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-1.865.063,37	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>437.813,82</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>27.914.168,84</b>	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>28.351.982,66</b>	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 15/03/2016	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.039.524.423,5</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>35.096.496,33</b>	-
Impostos	930,72	-
Taxas	35.095.565,61	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>747.343,62</b>	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	747.343,62	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>72.147,50</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.194,47	-
Variações Monetárias e Cambiais	70.953,03	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>985.898.998,68</b>	-
Transferências Intragovernamentais	982.614.700,52	-
Transferências Intergovernamentais	2.669.214,02	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	615.084,14	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>13.770.445,73</b>	-
Reavaliação de Ativos	2.736.848,23	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	10.948.352,27	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	85.245,23	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>3.938.991,69</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa		-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	248.957,72	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.690.033,97	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.025.793.828,0</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>705.205.264,40</b>	<b>-</b>
Remuneração a Pessoal	553.775.964,76	-
Encargos Patronais	93.949.701,85	-
Benefícios a Pessoal	57.479.597,79	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>197.499.618,56</b>	<b>-</b>
Aposentadorias e Reformas	146.060.291,47	-
Pensões	50.995.972,30	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	443.354,79	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>60.962.098,03</b>	<b>-</b>
Uso de Material de Consumo	2.753.157,28	-
Serviços	54.008.360,77	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.200.579,98	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>14.754,72</b>	<b>-</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	9.345,40	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.409,32	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>37.780.063,51</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	36.607.895,08	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.172.168,43	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>23.325.511,98</b>	<b>-</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	212.620,54	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	40.288,14	-
Incorporação de Passivos	19.427.300,83	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTICA DO TRABALHO
----------------	-----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	3.645.302,47	-
<b>Tributárias</b>	<b>727.937,84</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.907,90	-
Contribuições	717.029,94	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>278.578,99</b>	-
Premiações	2.904,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	275.674,99	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>13.730.595,52</b>	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>987.189.185,70</b>	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>759.303.917,95</b>	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	<b>227.885.267,75</b>	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	183.249.033,00	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	44.636.234,75	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>982.614.700,52</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>36.607.895,08</b>	-
Resultantes da Execução Orçamentária	978.894.566,22	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	978.894.566,22	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	3.720.134,30	-	Independentes da Execução Orçamentária	36.607.895,08	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.516.473,09	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	507.934,32	-
Demais Transferências Recebidas	99.136,94	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	104.524,27	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	36.099.960,76	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>60.582.991,20</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>18.962.797,12</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.410,04	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.300.157,89	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.952.951,11	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	39.281.423,27	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	9.846,01	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	9.273,05	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	1.060,22	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 15/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO

ORGAO SUPERIOR 15000 - JUSTICA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	39.279.790,09	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	572,96	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	572,96	-
Demais Recebimentos	-	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>27.914.168,84</b>	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>28.351.982,66</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	27.914.168,84	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.351.982,66	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.071.111.860,56</b>	-	<b>TOTAL</b>	<b>1.071.111.860,56</b>	-

## ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### GESTÃO DE PESSOAS

#### ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

##### – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	2776	2625	127	136
1.1. Membros de poder e agentes políticos	214	212	7	6
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2562	2413	120	130
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2284	2135	77	90
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	274	274	43	40
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	13	13	4	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	2789	2638	131	138

Fonte: Sistema de RH

##### Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	483	1930
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	483	1930
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	450	1685
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	4
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	33	241
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	12
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	484	1942

Fonte: Sistema de RH

##### Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	160	155		
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	160	155		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	135		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	7		
1.2.4. Sem Vínculo	13	13		

1.2.5. Aposentados	-	-		
<b>2. Funções Gratificadas</b>	1571	1547		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	1336		
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-		
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	211		
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	1731	1702		

Fonte: Sistema de RH

## DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª. REGIÃO

### 8.1.2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL QUADRO - DESPESAS DO PESSOAL

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2015	73.331.311,90	9.306,35	9.275.511,44	3.339.243,32	4.137.312,38	1.845.798,60	2.843.017,39	5.660.738,45	11.012.179,78	111.445.113,26
	2014	62.621.680,74	0,00	5.269.572,20	3.088.280,52	1.726.676,44	2.663.240,01	126.374,16	6.796.340,40	3.224.052,36	85.516.216,83
<b>Servidores de Carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	270.246.220,89	40.500.110,75	37.755.721,29	25.973.302,02	28.628.066,32	9.077.572,03	4.601.349,46	946.658,62	14.356.762,03	432.085.763,41
	2014	264.224.281,03	40.255.728,31	26.609.025,96	22.139.204,15	7.207.971,89	34.148.038,53	3.691.800,89	4.441.590,85	33.195,38	402.750.836,99
<b>Servidores de carreira SEM VINCULO com o órgão da unidade jurisdicionada</b>											
Exercícios	2015	0,00	2.346.104,98	611.229,64	116.633,30	2.124.191,71	379.439,04	291.421,31	8.144,39	96.243,23	5.973.407,60
	2014	0,00	4.945.185,15	442.552,16	141.048,04	651.166,20	2.515.306,67	225.523,94	7.462,43	2.949,51	8.931.194,10
<b>Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2015	0,00	1.455.201,64	152.800,05	25.548,73	162.503,13	22.299,20	17.257,31	0,00	60.171,84	1.895.781,90
	2014	0,00	1.591.872,39	125.668,03	41.410,08	45.600,06	174.147,75	0,00	0,00	0,00	1.978.698,31
<b>Servidores Cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2015	14.473.201,72	0,00	1.877.459,72	1.382.482,26	1.197.870,13	210.608,83	98.469,07	31.356,15	485.047,63	19.756.495,51
	2014	13.985.460,65	0,00	1.238.818,27	956.245,47	190.546,16	1.350.433,71	88.368,81	505.445,36	0,00	18.315.318,43
<b>Servidores com contrato Temporário</b>											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

Não obstante as mazelas a que o quadro de pessoal vem sendo submetido, seja pelo decréscimo salarial – pela inexistência de reajuste de servidores - que já perdura uma década, seja pelo aumento na complexidade das atividades que vêm sendo desenvolvidas, o Tribunal tem buscado manter elevado o nível de estímulo de seus servidores, por meio de incentivos indiretos e constante capacitação, além da manutenção dos auxílios (alimentação, saúde, pré-escolar, etc.). Com isso, este TRT5 continua em excelente posição no conceito geral de satisfação.

Não obstante, o aumento da carga de trabalho, aliado a alguns fatores de desestímulo, fazem permanentes as situações de ausências ao trabalho, quer de forma breve, quer de forma mais prolongada, como se poderá verificar no quadro a seguir.

## ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS

2015	Servidores Ativos	Magistrados Ativos	Licenças Saúde Serv.	Licenças Saúde Mag.	Total de Dias	Absenteísmo magistrados	Absenteísmo Servidor
Janeiro	2420	210	1410	81	31	1,24	1,88
Fevereiro	2416	211	1384	94	28	1,59	2,05
Março	2420	211	1794	185	31	2,83	2,39
Abril	2421	210	1736	155	30	2,46	2,39
Maiο	2415	210	2162	193	31	2,96	2,89
Junho	2420	211	1911	171	30	2,70	2,63
Julho	2421	209	1609	206	31	3,18	2,14
Agosto	2415	209	1537	112	31	1,73	2,05
Setembro	2421	212	1541	189	30	2,97	2,12
Outubro	2428	212	1746	251	31	3,82	2,32
Novembro	2426	212	1730	160	30	2,52	2,38
Dezembro	2425	212	1327	79	31	1,20	1,77
Média anual servidor/magistrado						2,43	2,25
Média anual total							2,34

## CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

### CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA DE APOIO

Unidade Contratante														
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região														
UG/Gestão: 080007							CNPJ: 02.839.639/0001-90							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	01/09/2010	27/08/2014	59	64						E
2011	V	O	09.53.09.00157-35	05.248.988/0001-26	24/03/2011	27/08/2014	16	20						E
2012	L	O	09.53.12.00018-35	32.858.441/0001-15	23/05/2012	01/12/2015	164	172						E
2014	V	E	09.53.14.00154-35	00.435.781/0001-47	28/08/2014	23/01/2015	94	96						E

2015	V	O	09.53.14.00137-35	00.435.781/0001-47	12/01/2015	11/01/2020	65	94							P
2015	L	O	09.53.15.00130-35	32.624.116/0001-98	02/12/2015	01/12/2016	74	74	05	05					A
2015	L	O	09.53.15.00131-35	73.613.655/0001-09	02/12/2015	01/12/2016	99	99	01	01					A
<b>Observações:</b>															
<b>LEGENDA</b>															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

### Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante															
Nome: Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região															
UG/Gestão: 080007								CNPJ: 02.839.639/0001-90							
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2008	04	O	09.53.08.00123-35	33.833.880/0001-36	11/02/2008	03/02/2015	17	17	02	02					E
2009	03	O	09.53.09.00184-35	41.587.502/0004-90	14/04/2010	30/03/2015			36	36					E
2011	12	O	09.53.11.00101-35	03.595.040/0001-11	02/01/2012	01/01/2017	30	30	10	10					P
2012	12	O	09.53.12.00130-35	08.528.285/0001-40	27/08/2014	27/08/2016	14	14							P
2012	07	O	09.53.12.00159-35	10.762.976/0001-35	18/02/2012	17/02/2016			02	02					P
2012	04	O	09.53.12.00216-35	07.244.760/0001-35	04/02/2013	03/02/2015	04	04							P
2012	02	O	09.53.12.00258-35	02.665.049/0001-99	01/01/2013	31/06/2016	40	40							P
2013	09	O	09.53.13.00026-35	33.833.880/0001-36	03/06/2013	02/06/2015	47	47	02	02					P
2015	10	O	09.53.14.00067-35	08.307.120/0001-48	26/06/2015	25/06/2016			02	02					A
2015	03	O	09.53.14.00200-35	19.877.300/0001-81	31/03/2015	30/09/2016			22	22					A
2015	04	O	09.53.14.00138-35	33.833.880/0001-36	04/02/2013	03/02/2017	14	14	01	01					A



juvencs econômicc e socialmente carentes. Por este motivo, o estágio para estudantes do ensino médio de formação geral se destina, exclusivamente, aos alunos da rede pública de ensino e aos estudantes de instituição privadas que sejam carentes e que comprovem ser detentores de bolsa de estudo integral.

Tendo em vista que a avaliação do Programa de Estágio tem sido positiva tanto para a instituição, como para os estagiários, houve um aumento no número de vagas nos últimos anos.

O ATO TRT5 053, de 17 de novembro de 2014, criou a Comissão para Estudo da Disponibilização, Lotação e Redirecionamento de Estagiários nas Unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. A principal deliberação da comissão, acatada pela Presidência, foi a criação de 77 vagas de estágio de nível médio e o remanejamento de algumas vagas existentes, a fim de contemplar todas as varas do trabalho do Tribunal com mais um estagiário de nível médio.

A evolução das vagas de estágio no Tribunal está especificada na Tabela a seguir:

Exercício	Vagas de Estágio no Tribunal
2013	269
2014	372
2015	443

#### COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO TRT5 - ANO 2015

Nível escolaridade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Custo do Exercício (Valores em Reais)
<b>Nível Superior</b>					R\$ 2.799.446,87
Área Fim	134	129	123	123	
Área Meio	40	40	40	41	
<b>Nível Médio</b>					
Área Fim	177	177	258	260	
Área Meio	21	21	22	19	
<b>TOTAL</b>	<b>372</b>	<b>367</b>	<b>443</b>	<b>443</b>	

#### CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES EM PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

**Não há informações a serem apresentadas**

#### GESTÃO DE PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

## GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

### 8.2.1 Gestão da frota de veículos próprios e terceirizada:

8.2.1.a A frota de veículos pertencente a este Regional é regulada, quanto à sua constituição e forma de utilização, pela Resolução nº 83 do Conselho Nacional de Justiça, de 16/06/09, e pela Resolução nº 68 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, de 21/06/2010, bem como pelo Ato TRT5 nº 0240/2015 e pela Resolução Administrativa TRT5 nº 052/2014 do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

8.2.1.b O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região possui 88 (oitenta e oito) varas do trabalho, sendo 39 (trinta e nove) varas na capital e 49 (quarenta e nove) varas no interior do estado, espalhadas por 31 (trinta e uma) cidades com distâncias de até 900 km da sede. Na capital existem 04 (quatro) prédios que servem ao Regional e que estão espalhados por três bairros da cidade, além dos postos instalados no SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão. Dessa forma, a frota composta de 77 (setenta e sete) veículos mostra-se de vital importância à consecução dos objetivos e projetos desta UJ, sendo imprescindível para as atividades do Órgão.

8.2.1.c Quanto às quantidades e grupos de classificação de veículos em uso são os discriminados abaixo:

#### GRUPO A – VEÍCULOS DE REPRESENTAÇÃO

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO
RENAULT/FLUENCE	PJC 5366/TRT01	2015/2015	143CV	Etanol/Gasolina	073167/Bo m
RENAULT/FLUENCE	OVA 8823/TRT02	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067690/Bo m
RENAULT/FLUENCE	PJC 4883/TRT03	2015/2015	143CV	Etanol/Gasolina	073166/Bo m
RENAULT/FLUENCE	PJC 6192/TRT04	2015/2015	143CV	Etanol/Gasolina	073168/Bo m
RENAULT/FLUENCE	PJD 3407/TRT05	2015/2015	143CV	Etanol/Gasolina	073169/Bo m
RENAULT/FLUENCE	OVA 5112/TRT06	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067691/Bo m
RENAULT/FLUENCE	OUY 8973/TRT07	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067365/Bo m
CHEVROLET/CRUZE	OUI 4208/TRT08	2013/2013	144CV	Etanol/Gasolina	063228/Bo m
RENAULT/FLUENCE	OUY 7363/TRT09	2013/2014	143CV	Etanol/Gasolina	067366/Bo m
CHEVROLET/CRUZE	OKS 6605/TRT10	2012/2012	144CV	Etanol/Gasolina	061231/Bo m
FIAT/LINEA	NZP 9972/TRT11	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055678/Bo m
FIAT/LINEA	NZP 0572/TRT12	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055680/Bo m
FIAT/LINEA	NZP 2975/TRT13	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055679/Bo m
FORD/FOCUS	NTG 4912/TRT14	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049034/Bo m
FIAT/LINEA	NZP 2908/TRT15	2012/2012	132CV	Etanol/Gasolina	055681/Bo m
FORD/FOCUS	NTG 8276/TRT16	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049033/Bo m
FORD/FOCUS	NTG 3351/TRT17	2010/2010	148CV	Gasolina	049032/Bo m
RENAULT/MEGANE	JHJ 0327/TRT18	2006/2007	143CV	Gasolina	070483/Bo m
FORD/FOCUS	NTG 8653/TRT19	2010/2010	148CV	Etanol/Gasolina	049031/Bo m
GM/ASTRA	JQS 6578/TRT20	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035307/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 8213/TRT21	2008/2008	148CV	Gasolina	041323/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 6690/TRT22	2008/2008	148CV	Gasolina	041331/Bo m

MARCA/MODELO	PLACA/REPRESENTAÇÃO	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO
					m
FORD/FOCUS	JRI 2485/TRT23	2008/2008	148CV	Gasolina	041325/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 0820/TRT24	2008/2008	148CV	Gasolina	041324/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 9709/TRT25	2008/2008	148CV	Gasolina	041330/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 3063/TRT26	2008/2008	148CV	Gasolina	041329/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 7166/TRT27	2008/2008	148CV	Gasolina	041326/Bo m
FORD/FOCUS	JRJ 3307/TRT28	2008/2008	148CV	Gasolina	041332/Bo m
VW/POLO	JQS 6399/TRT29	2006/2007	116CV	Gasolina	034479/Bo m
FORD/FOCUS	JRI 0230/TRT30	2008/2008	148CV	Gasolina	041328/Bo m

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO A: **30**

### GRUPO B - VEÍCULOS DE SERVIÇO

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE FABRICAÇÃO	POTENCIA MOTOR	COMBUSTÍVEL	TOMBO CONSERVAÇÃO
VW/GOL 1.0 CITY	JQS 3962	2005/2006	72CV	Etanol/Gasolina	032623/Bom
FIAT/DOBLÓ	JQS 6299	2006/2006	114CV	Etanol/Gasolina	034214/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS 6543	2006/2007	80CV	Etanol/Gasolina	034674/Bom
GM/ASTRA SEDAN	JQS 6579	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035309/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND 1.4	JQS 6581	2007/2007	80CV	Etanol/Gasolina	036351/Bom
FORD/RANGER	JRD 8285	2007/2008	163CV	Diesel	039306/Bom
MERCEDES BENZ/ACELO 915C	JRT 4838	2008/2008	152CV	Diesel	048837/Bom
FORD/RANGER	JRT 8178	2008/2008	163CV	Diesel	049030/Bom
FIAT/DUCATO	NYK 5047	2010/2011	127CV	Diesel	065477/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX 0358	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058749/Bom
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	NZX 5253	2012/2012	117CV	Etanol/Gasolina	058750/Bom
RENAULT/KANGOO	OKN 2185	2012/2013	95CV	Etanol/Gasolina	060668/Bom
VW/AMAROK	OKZ 0952	2012/2013	122CV	Diesel	061996/Bom
VW/AMAROK	OKZ 8732	2012/2013	122CV	Diesel	061995/Bom
CITROEN/JUMPER	OMZ 2802	2012/2013	127CV	Diesel	063227/Bom
CITROEN/JUMPER MARIMAR A	OZD 4843	2013/2014	127CV	Diesel	067797/Bom
VW/NOVA SAVEIRO	OVA 5993	2014/2014	104CV	Etanol/Gasolina	067689/Bom
CHEVROLET/S10	OVB 6505	2014/2014	206CV	Diesel	067797/Bom
VW/AMAROK	OZV 6785	2014/2015	122CV	Diesel	081504/Bom
CAMINHÃO IVECO 55C17CS	PJB 8163	2014/2015	170CV	Diesel	072411/Bom
CHEVROLET/S10 LT DD2	PJG 3412	2014/2015	206CV	Diesel	073601/Bom
FIAT/FIORINO FURGÃO 1.4	PJS 7542	2015/2016	88CV	Etanol/Gasolina	077962/Novo
FIAT/FIORINO FURGÃO 1.4	PJS 6416	2015/2016	88CV	Etanol/Gasolina	077961/Novo
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING 1.6	PJS 3676	2015/2016	117CV	Etanol/Gasolina	077964/Novo
FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING 1.6	PJS 9122	2015/2016	117CV	Etanol/Gasolina	077963/Novo

TOTAL DE VEÍCULOS: DO GRUPO B: **25**

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO B: 25

### GRUPO C - VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL

MARCA/MODELO	PLACA	ANO DE	POTENCIA	COMBUSTÍVEL	TOMBO
--------------	-------	--------	----------	-------------	-------

		<b>FABRICAÇÃO</b>	<b>MOTOR</b>		<b>CONSERVAÇÃO</b>
VW/POLO SEDAN	JQS 6188	2006/2006	103CV	Etanol/Gasolina	032931/Bom
VW/POLO	JQS 6189	2006/2006	116CV	Etanol/Gasolina	032932/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6370	2006/2006	116CV	Gasolina	034228/Bom
VW/POLO	JQS 6394	2006/2007	116CV	Gasolina	034478/Bom
VW/POLO SEDAN	JQS 6401	2006/2007	116CV	Gasolina	034480/Bom
VW/POLO	JQS 6402	2006/2007	116CV	Gasolina	034481/Bom
GM/ASTRA	JQS 6574	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035312/Bom
GM/ASTRA	JQS 6575	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035311/Bom
GM/ASTRA	JQS 6576	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035310/Bom
GM/ASTRA	JQS 6577	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	035308/Bom
GM/ASTRA	JQS 6589	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036763/Bom
GM/ASTRA	JQS 6590	2007/2007	121CV	Etanol/Gasolina	036764/Bom
FORD/FOCUS	JRI 8154	2008/2008	148CV	Gasolina	041327/Bom
VW/GOL	NZT 2076	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058747/Bom
VW/GOL	NZT 3651	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058748/Bom
VW/GOL	NZT 9995	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	058746/Bom
VW/GOL	OKV 2286	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062426/Bom
VW/GOL	OKV 6656	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062427/Bom
VW/GOL	OKV 9029	2012/2013	104CV	Etanol/Gasolina	062425/Bom
PEUGEOT/BOXER	OUN 6905	2013/2013	127CV	Diesel	065465/Bom
VW/GOL	OZQ 6162	2014/2015	104CV	Etanol/Gasolina	071793/Bom
VW/GOL	OZQ 8635	2014/2015	104CV	Etanol/Gasolina	071792/Bom

TOTAL DE VEÍCULOS DO GRUPO C: **22**

8.2.1.d Na tabela abaixo estão respondidos os itens 8.2.1.c, 8.2.1.d e 8.2.1.e:

Classificação	Quantidade de veículos por grupos	Média anual de quilômetros rodados	Idade Média da Frota em anos
Grupo A	30	10.214,63	5,27
Grupo B	25	14.791,40	4,28
Grupo C	22	13.873,00	6,45

8.2.1.f No tocante aos custos associados à manutenção da frota a tabela abaixo apresenta os valores para cada item, tendo-se por base o exercício 2015:

Classificação	Nº Processo	Custo Médio Mensal (R\$)	Custo Anual (R\$)
Combustíveis e lubrificantes	09.53.12.00025-35	36.928,62	443.143,40
Manutenção da Frota	09.53.13.00012-35	24.704,74	296.456,87
Licenciamento Anual	09.53.15.00001-35	899,51	10.794,16
Pessoal Manutenção da frota	09.53.13.00026-35	10.908,12	130.897,44
Seguro veículos	09.53.12.00306-35	636,99	7.679,87

<b>Total</b>		<b>74.080,98</b>	<b>888.971,74</b>
--------------	--	------------------	-------------------

Obs.: Informações obtidas junto à SOF/TRT05.

8.2.1.g Quanto ao plano de substituição da frota de veículos do Regional, tem-se adotado como política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso o sistema de alienação, através de leilão, como estabelecido pelo Ato TRT5 nº 0240/2015, quando os veículos apresentam um elevado custo de manutenção somado ao tempo de uso do bem e defasagem tecnológica, bem como questões ambientais. Dessa forma, anualmente a frota vem sendo parcialmente renovada e aqueles veículos considerados de alto custo de manutenção são leiloados.

8.2.1.h Quanto às razões de escolha da aquisição em detrimento da locação, informamos que se encontra em estudo a viabilidade de contratação de empresa especializada em locação de veículos, sendo que nos últimos anos o TRT5 tem optado por frota própria. Ademais, em pesquisa junto a órgãos federais e estaduais constatou-se que a Controladoria Geral da União, através do Contrato nº 01/2010, locou veículos tipo sedan no valor mensal de R\$ 4.550,00 e valor anual de R\$ 54.600,00 e veículo tipo passeio ao valor mensal de R\$ 4.320,00 e valor anual de R\$ 51.840,00; a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, através do Pregão Nº 005/2014 (Processo nº 244449/2013/Defensoria Pública), locou veículos tipo sedan no valor mensal de R\$ 3.704,00 e valor anual de R\$ 44.448,00 e veículo tipo passeio ao valor mensal de R\$ 1.116,00 e valor anual de R\$ 13.392,00.

Tendo em vista que em média um veículo tipo sedan para aquisição custa R\$ 80.000,00, incluindo itens como trava e vidro elétricos, câmbio automático, direção hidráulica e freios ABS; e um veículo tipo *hatch* custa em média R\$ 55.000,00, numa projeção de 05 (cinco) anos seriam pagos pela locação aproximadamente o valor de 03 (três) veículos novos. Sabendo-se que a taxa de depreciação do valor dos automóveis é de cerca de 10% ao ano, parece-nos à primeira vista ser mais vantajoso para a Administração manter uma frota própria ao invés de alugá-la, ainda que parcialmente.

Ademais, o custo anual de manutenção da frota é de R\$ 445.828,34. Dividindo-se este valor pelo número de veículos da frota, 77 unidades, têm-se o valor de R\$ 5.789,98/ano por veículo. Não foram incluídos os valores referentes ao consumo de combustível, tabela 8.2.1.e, pois na hipótese de contrato de locação os custos com combustível também correriam por conta do Órgão contratante.

Uma vez finalizado o estudo de viabilidade de locação de veículos para o TRT5 será possível responder de forma mais precisa pela vantajosidade da locação ou da manutenção de frota própria.

8.2.1.i Em relação à estrutura de controles desta UJ, com vistas a assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, o TRT5, por meio da Seção de Transportes, organiza as demandas das diversas unidades judiciárias e administrativas de modo a atendê-las de forma racional.

## POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE VEÍCULOS INSERVÍVEIS OU FORA DE USO E INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE VEÍCULOS NESSAS CONDIÇÕES

Como anteriormente informado, de relação ao plano de substituição da frota de veículos do Regional, tem-se adotado como política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso o sistema de alienação, através de leilão, como estabelecido pelo Ato TRT5 nº 0240/2015, quando os veículos apresentam um elevado custo de manutenção somado ao tempo de uso do bem e defasagem tecnológica, bem como questões ambientais. Dessa forma, há uma avaliação anual da frota e, sempre que verificada a conveniência e oportunidade, é realizada a renovação parcial daqueles veículos considerados de alto custo de manutenção.

## **GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, por meio da Resolução 70/2010, regulamentou que todos os Tribunais Regionais do Trabalho devem priorizar a aquisição de imóvel próprio para instalação das unidades judiciárias e administrativas, evitando-se, desta forma, a locação de imóveis. Sendo assim, o TRT5 vem buscando a construção de novas sedes para as unidades que ainda permanecem em imóveis locados.

Atualmente, o TRT5 dispõe de 34 (trinta e quatro) imóveis, sendo 9 (nove) locados (26,47%) e 25 (vinte e cinco) próprios.

Cumprir registrar que, a fim de substituir os imóveis locados do interior, 4 (quatro) novos fóruns estão em fase de construção e 3 (três) possuem terrenos doados pelas Prefeituras dos respectivos Municípios, com previsão de construção para o biênio 2015/2016. O arquivo judicial e o fórum trabalhista da primeira instância de Salvador serão abrangidos pela nova sede que será construída no Centro Administrativo da Bahia – CAB.

### **Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	BAHIA	32	28
	ALAGOINHAS	0*	0
	BARREIRAS	1	1
	BOM JESUS DA LAPA	1	1
	BRUMADO	1	0
	CAMAÇARI	1	1
	CANDEIAS	1	1
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	0
	CRUZ DAS ALMAS	1	1
	EUNÁPOLIS	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	GUANAMBI	1	1
	ILHEUS	1	1
	IPIAU	2	1
	IRECÊ	1	1
ITABUNA	1	1	

	ITAMARAJÚ	1	1
	JACOBINA	1	1
	JEQUIÉ	1	1
	JUAZEIRO	1	1
	PAULO AFONSO	1	0
	PORTO SEGURO	1	1
	SALVADOR	3	3
	SANTO AMARO	1	1
	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	1	1
	SENHOR DO BOMFIM	1	1
	SIMÕES FILHO	2	2
	VALENÇA	1	1
	VITÓRIA DA CONQUISTA	1	1
	TEIXEIRA DE FREITAS	1	1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>32</b>	<b>28</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>32</b>	<b>28</b>

Fonte: SPIUNET 2014/2015

\* A Sede de Alagoinhas, RIP 3313 00008.500-3, ainda não foi regularizada pela SPU; por tal razão, não foi contabilizada no exercício.

**Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
080007	3117 00015.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	503.425,60	24/09/2014	4.692.500,00
080007	3363 00025.500-2	Uso em Serviço Público	Bom	441.235,60	10/09/2014	1.986.000,00
080007	3377.00026.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	1.958.000,00	12/09/2014	4.100.000,00
080007	3391 00716.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	140.311,00	19/11/2015	2.043.265,62
080007	3413 00007.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	634.358,41	12/09/2014	5.140.000,00
080007	3429 00019.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	415.765,60	10/09/2014	928.855,41
080007	3467. 00001.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	575.824,00	21/08/2015	575.824,00

080007	3495 00046.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	384.767,32	10/09/2014	7.000.000,00
080007	3515 00159.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	771.945,74	11/09/2014	3.872.000,00
080007	3533 00006.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	460.915,05	16/09/2014	3.460.000,00
080007	3573 00178.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	525.723,33	12/09/2014	3.000.000,00
080007	3579 00006.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	141.556,85	11/09/2014	850.000,00
080007	3579 00011.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	500.000,00	15/01/2015	2.394.964,82
080007	3593 00003.500-7	Uso em Serviço Público	Bom	441.391,79	11/09/2014	2.100.000,00
080007	3597 00057.500-4	Uso em Serviço Público	Bom	2.794.125,06	15/09/2014	5.500.000,00
080007	3613 00009.500-8	Uso em Serviço Público	Bom	239.875,21	12/09/2014	394.606,25
080007	3651 00009.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	1.660.000,00	12/09/2014	4.577.000,00
080007	3661 00114.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	354.164,00	12/09/2014	2.797.863,40
080007	3669 00025.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	532.660,68	12/09/2014	3.800.000,00
080007	3781 00129.500-1	Uso em Serviço Público	Bom	2.419.083,00	28/01/2015	2.419.083,00
080007	3807 00039.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	200.953,40	11/09/2014	1.150.000,00
080007	3849 00522.500-0	Uso em Serviço Público	Bom	9.850.000,00	12/09/2014	12.500.000,00
080007	3849 00523.500-6	Uso em Serviço Público	Bom	4.400.000,00	12/09/2014	9.500.000,00
080007	3849.00746.500-9	Uso em Serviço Público	Bom	379.134,33	12/09/2014	379.134,33
080007	3871.00014.500-5	Uso em Serviço Público	Bom	84.400,00	16/09/2014	2.200.000,00

## CESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS E IMÓVEIS A ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

Um dos imóveis deste UJ, em Simões Filho-Ba, está cedido ao Ministério Público da Bahia, em razão de convênio firmado com aquele órgão (PROAD 5029/2015). Em contrapartida, o MP-Ba cedeu a este TRT5 parte do terreno que lhe fora destinado pela Prefeitura de Itapetinga-Ba, para que fosse anexado à cota-parte destinada à nova sede deste Tribunal naquela cidade, imóvel este já construído e inaugurado em 2015.

Em decorrência do contrato havido com a Caixa Econômica Federal, para financiamento da construção do complexo deste TRT no Centro Administrativo o da Bahia – CAB (processo 09.52.10.00714-35/ PROAD 5040/2015), a CEF possui instalados em diversas unidades deste TRT agências e postos de serviços.

Demais contratos de cessão de uso (pequenos espaços)

**PROAD** (processo administrativo)  
5109/2015

**OBJETO**  
ECT

5038/2015	VIVO
5093/2015	ABAT
5026/2015	ASA5
6088/2015	ESCRITA
5028/2015	BANCO DO BRASIL
6113/2016	SALÃO DE ESTÉTICA
5011/2015	ANAJUSTRA
5015/2015	AMATRA

## INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

### Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	BAHIA	8	9
	BRUMADO	0	1
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1	1
	EUCLIDES DA CUNHA	1	1
	FEIRA DE SANTANA	1	1
	ILHÉUS	1	0
	ITABERABA	1	1
	ITAPETINGA	0	1
	SALVADOR	3	3
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>8</b>	<b>9</b>
EXTERIOR	Não há imóveis locados pelo TRT5 no exterior	0	0
<b>Total (Brasil)</b>		<b>8</b>	<b>9</b>

Fonte: TRT5

## RELATÓRIO PROCESSOS

### LOCADOR/LOCAÇÃO/PROCESSO/ENDEREÇO

#### Diva M<sup>a</sup> de Jesus Roxinho Santos

Euclides da Cunha

#### PROAD 6.228/2015

Travessa Pedro Monteiro Campos, 89, Centro,  
CEP 48.500-000, Euclides da Cunha - Ba

#### Maria Zinha Alves de Almeida

Arquivo Geral – Feira de Santana

#### PROAD 6.486/2015

Rua Leolinda Bacelar de Lima, nº 194, Kalilândia, CEP  
44.149-999, Feira de Santana - Ba

#### Izete Mascarenhas Araújo

Conceição do Coité

**PROAD 6.500/2015**

Praça Dr. José Gonçalves, nº 19, Centro, CEP 48.730-000, Conceição do Coité - Ba

**Clodoaldo Oliveira Delezzotti**

Itaberaba

**PROAD 6.180/2015**

Avenida Rio Branco, nº 900, Centro, CEP 46.880-000, Itaberaba - Ba

**Lauro Angnes**

Ilhéus

**PROAD 10.621/2015**

Loteamento Jardim Atlântico, Lotes nº 119/125, Qd. 12, Bairro São Francisco, Ilhéus - Ba

**Imóvel de uso especial da União**

Tipo de Logradouro: **Praça**

Logradouro: **Visconde de Cairu**

Número: **sn**

Complemento:

Bairro: **Comércio** Município: **3849 - SALVADOR**

**INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS ATIVOS IMOBILIÁRIOS E SOBRE O PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO**

Não há informações a serem prestadas sobre este tema.

**GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES**

Relação dos sistemas e a função de cada um

**SAMP**

Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais. O sistema permite o acompanhamento dos processos físicos. Foi desenvolvido em 1996 pelo TRT5. Contempla toda 1ª e 2ª instância, arquivo, central de execução, corregedoria, conciliação de precatórios, etc.

**SAPS**

Serviço de Apoio a Planos de Saúde responsável pelo gerenciamento dos serviços prestados no acompanhamento de todo o ciclo de vida dos planos de saúde e seus associados, sendo

possível extrair histórico dos funcionários do TRT desde a sua adesão no plano de saúde (incluindo seus dependentes) até sua exclusão do mesmo.

## **TRT SAÚDE**

Sistema de gerenciamento dos serviços de saúde do TRT5. Controla de forma eficiente o agendamento dos exames periódicos, gerando automaticamente as solicitações médicas para cada servidor, gerando relatórios de quais servidores o devem fazer e apontando quais exames serão necessários cada servidor realizar.

## **Malote Digital (Gestor TST)**

Promove a comunicação institucional e envio de correspondências entre os órgãos da Justiça do Trabalho assemelhando-se a um e-mail corporativo, com selo de autenticidade que confere caráter oficial ao documento, permitindo o envio de um grande volume pela internet. Resulta em economia de tempo e recursos e, conseqüentemente, na maior eficiência do Judiciário. Além disso, ao dispensar o uso de papel, o malote eletrônico amplia a segurança na tramitação de documentos e contribui para a sustentabilidade sócio ambiental.

## **Sistema de Informações da Ouvidoria**

Otimização do Sistema de Cadastro e Controle das manifestações encaminhadas para ouvidoria

## **Sistema de Biblioteca – SIABI**

Sistema de automação de bibliotecas, compatível com padrões nacionais e internacionais da biblioteconomia, que cataloga materiais especiais, acervos digitais e analíticas. Controla sugestões, compras, doações, duplicatas e descarte. Possui catálogo coletivo que reúne o acervo de instituições que o utilizam, compartilhando informações, agilizando processos e diminuindo custos, além de promover a difusão dos acervos bibliográficos das instituições.

## **Sistema de Patrimônio – ASI**

Implementa o serviço de gestão integrada de compras, almoxarifado e patrimônio mobiliário do TRT 5a Região além de auditar todo o processo de uso do sistema.

## **SIAFI**

Sistema informatizado, que integra os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo, fornecendo informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração, tornando-se instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos, gerindo a Conta Única do Governo Federal, de onde todas as saídas de dinheiro ocorrem com o registro de sua aplicação e do servidor público que a efetuou. Trata-se de uma ferramenta poderosa para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União.

## **Sistema da JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia**

Sistema disponibilizado pelo governo estadual para acesso às informações das empresas.

### **Sistema SERPRO**

Sistema disponibilizado para as Varas consultarem a base de dados da Receita Federal.

### **Sistema INFOJUD**

Sistema disponibilizado via internet em virtude de convênio nacional com a Secretaria da Receita Federal permitindo o fornecimento de informações à Justiça do Trabalho mediante a utilização do sistema INFOJUD no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) da Secretaria da Receita.

### **Sistema RENAJUD**

Sistema disponibilizado em virtude de convênio nacional com o DENATRAN que permite a averbação judicial sobre veículos automotores, sem a necessidade de envio de ofícios, mandados etc.

### **Business Intelligence - BI**

Sistema de apoio à decisão com o objetivo de fornecer análises que possam auxiliar os gestores no acompanhamento e divulgação dos indicadores de metas do TRT5. Desenvolvido *dashboard* para atender as demandas da Secretaria de Gestão Estratégica.

### **Help Desk para o SAG**

Gerenciar os chamados recebidos pelo Serviço de Atendimento Gerais (SAG), compreendendo a abertura e gerenciamento dos chamados e das suas respectivas Ações e Ordens de Serviço, proporcionando maior agilidade, transparência, segurança e controle dos processos, bem como a disponibilização de informações gerenciais.

### **Sistema de Processos Administrativos**

Sistema desenvolvido pelo TRT5 que visa gerenciar melhor os processos administrativos do Tribunal. Gera relatórios de faturas a vencer, vencidas e/ou histogramas, que permitem ao Tribunal identificar onde estão sendo aplicados os recursos e em que época, além de permitir um melhor acompanhamento desses processos.

O Módulo de Contratos do Sistema Administrativo possibilita controlar a execução financeira dos contratos existentes no Tribunal.

### **Sistema de Recursos Humanos**

Sistema desenvolvido pelo TRT5 para atendimento da área de Recursos Humanos integrado aos serviços de Folha de Pagamento.

### **Sistema de Folha de Pagamento**

Controle da emissão da Folha de Pagamento mensal das diversas categorias funcionais, com controle de acesso às informações.

### **Sistema de Atendimento ao Usuário – Si-Atende**

O Sistema de atendimento ao usuário SI\_ATENDE desenvolvido pelo TRT5 reduz a carga de trabalho e acelera a resolução dos problemas. Permite a classificação dos chamados e suas eventuais soluções, garantindo ao atendente, o registro de soluções aplicadas aos problemas que poderão ser usadas em atendimentos posteriores. Inclusive com o cadastro e utilização de *checklist* de atendimento.

### **Consultas/Serviços Via Internet**

Oferta de diversos serviços através da internet de forma a tornar mais acessível às informações para os usuários e reduzir o fluxo de atendimento nos balcões da Varas. Com pioneirismo, desde 1997, foi disponibilizado o acesso ao diário oficial eletrônico, a consulta aos processos e às informações institucionais. No decorrer dos anos novos serviços foram implantados como a publicação de acórdãos, despachos, sentenças, emissão de guias de depósito, ouvidoria, licitações, agendamento de cargas de processo, o TRT *Push*, dentre outros.

### **Consultas/Serviços Via Intranet**

Disponibilização de portal de serviços para Magistrados e servidores, disseminando informações e provendo acesso às diversas consultas e serviços como: emissão de contracheque, qualificação, entrega de imposto de renda, treinamento, malote digital, consulta de processos, manuais dos principais sistemas, além de links para outros serviços da Internet.

### **PJE-JT - Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho**

Sistema único de acompanhamento de processos judiciais da Justiça do Trabalho.

### **Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP**

Sistema web projetado e desenvolvido pelo TRT da 24a Região e tem como objetivo controlar as requisições e movimentações de materiais de consumo e permanentes, composto por três módulos: Almoxarifado, Patrimônio e Compras, este último limitando-se ao cadastro de fornecedores.

### **CPE – Carta Precatória Eletrônica**

Variante do modelo tradicional de uma carta precatória, tendo como diferencial a substituição dos autos físicos por autos digitais. Permite a geração, envio, processamento, devolução e controle de cartas precatórias por meio digital, dispensando completamente o uso de papel.

A utilização deste sistema elimina a duplicação de autos e os gastos com tarifas postais e reduz consideravelmente o tempo de confecção e de tramitação das cartas precatórias, humanizando as tarefas dos servidores pela minimização do esforço repetitivo de digitação e da possibilidade de erros.

### **E-Doc**

Disponibiliza, através de uma infraestrutura centralizada no TST, o serviço de protocolização, envio e recebimento eletrônico de documentos, para todos os Tribunais do Trabalho do Brasil. Magistrados, servidores e advogados, assim como quaisquer outros interessados de todo o país, podem enviar petições e documentação para processos em trâmite na Justiça do Trabalho brasileira, por meio da internet, sem a necessidade de apresentação posterior de impressos manualmente assinados.

### **E-Jus**

Disponibiliza aos Juízes de 2ª Instância uma ferramenta para revisão de votos, antes da Sessão, no próprio gabinete do magistrado (ou no computador pessoal em casa) e para o acompanhamento dos votos durante a Sessão de Julgamento. Utiliza ferramentas específicas para marcação (destaque) de texto e formulação de comentários, observações e divergências no corpo da cópia do voto.

Colabora para a diminuição de impressão e circulação de papéis entre os gabinetes, através da utilização de programa que permite a revisão dos votos do Relator na máquinas dos demais juízes que participam do julgamento daquele processo.

### **E-Recurso**

Sistema que permite o envio dos recursos de revista e agravos de instrumento ao TST em meio digital. Auxilia na confecção de despachos de admissibilidade dos recursos de revista, facilita o exame dos pressupostos extrínsecos e intrínsecos do recurso e utiliza redação estruturada a ser criada por cada Regional, preservando a forma de escrever de cada juiz, além de produzir boletins automatizados, evitar retrabalho e criar base jurídica.

### **Sistema de Cálculo Rápido**

O Sistema Cálculo Trabalhista Rápido foi idealizado para auxiliar o Magistrado na rápida apuração de valores devidos, bem como na produção de sentenças líquidas. Fornece em menos de dois segundos (após a realização do download) valores como aviso prévio, horas extras, décimo terceiro salário, FGTS e demais encargos trabalhistas. O uso do Cálculo Rápido permite não apenas que juízes do Trabalho profiram sentenças líquidas, mas também que trabalhadores saibam de antemão quanto vão receber, e empregadores, quanto devem pagar.

### **E-Remessa**

Sistema de Remessa de Peças Processuais digitalizadas ou produzidas em ambiente eletrônico para envio dos processos dos tribunais Regionais ao TST podendo ser acessado pelos órgãos usuários 24 horas por dia.

### **Proad**

Processo Administrativo Virtual (Proad), sistema criado em 2009 pelo TRT da 12ª Região, em Santa Catarina (TRT12/SC) que foi implantado no TRT5, substituindo o formato físico dos processos administrativos pelo digital.

**INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)**

Maximizar os resultados da governança de TIC

<b>Indicador 11.1 – Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)</b>		
<b>Descrição</b>	Mede o desempenho de cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC.	
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	
<b>Periodicidade</b>	Mensal	
<b>Polaridade</b>	Para cima	
<b>Parâmetros</b>	(P1) Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais às atividades judiciais e administrativas	<b>Responsáveis</b> Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P2) Garantir a satisfação dos clientes de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P3) Garantir a segurança da informação	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P4) Aprimorar a comunicação com os clientes	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P5) Adotar as melhores práticas em governança de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P6) Desenvolver competências técnicas e gerenciais com foco na estratégia	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P7) Garantir o capital humano necessário para atender as demandas estratégicas de TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P8) Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia da TIC	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
	(P9) Garantir a adequação da	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

<b>Indicador 11.1 – Índice de Execução do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (IEPETIC)</b>						
	Infraestrutura, sistemas e serviços de TIC					
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P1+P2+P3+P4+P5+P6+P7+P8+P9)/9$					
<b>Linha de base</b>	-					
<b>Meta 20</b>	Manter o PETIC com as suas metas cumpridas					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

<b>Indicador 11.2 – Índice de Governança em TIC (iGovTIC)</b>						
<b>Descrição</b>	Percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do iGovTI: resultado obtido na capacidade e no estágio do índice iGovTI calculado pelo TCU.					
<b>Responsável pelo indicador</b>	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação					
<b>Periodicidade</b>	Anual					
<b>Polaridade</b>	Para cima					
<b>Parâmetros</b>	(P10) Componente: Liderança	<b>Responsáveis</b> Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P11) Componente: Estratégias e Planos	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P12) Componente: Informação e Conhecimento	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P13) Componente: Pessoas	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P14) Componente: Processos	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
	(P15) Componente: Resultados	Secretaria de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação				
<b>Fórmula de cálculo</b>	Resultado (média)= $\sum\%(P10+P11+P12+P13+P14+P15)/6$					
<b>Linha de base</b>	2013: Intermediário					
<b>Meta 21</b>	Atingir a faixa “aprimorado”, até 2020, na avaliação do iGovTI.					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020

<b>Indicador 11.2 – Índice de Governança em TIC (iGovTIC)</b>						
	Inicial	Interme- diário	Interme- diário	Interme- diário	Interme- diário	Aprimo- rado
<b>Esclarecimentos</b>	Orientações para o preenchimento do questionário do iGovTI: a partir da disponibilização do questionário pelo TCU, a fim de alinhar a interpretação das perguntas abordadas, o CSJT disponibilizará orientações a serem observadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho no preenchimento das respostas.					

### **Projetos Estratégicos Relacionados ao Objetivo Catalogados:**

- Desenvolver projeto de adequação da infraestrutura aos normativos do TCU (iGovTI), CSJT e CNJ;
- Alinhar os sistemas administrativos do TRT aos sistemas do CSJT;
- Expandir a implantação do PJe;
- Colaborar para o aperfeiçoamento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) quanto à implementação de regras que permitam a condução do fluxo processual atrelado aos devidos movimentos contemplados pelo Sistema e-Gestão;
- Implementar a Segurança da Informação;
- Adotar melhores práticas de Gestão de TIC;
- Modernizar as linhas de comunicação entre o tribunal e suas unidades;
- Revisão do PETIC em conformidade com o PETI do Poder Judiciário Nacional e do PETIC da Justiça do Trabalho, utilizando o modelo de avaliação da governança do índice iGovTI formulado pelo Tribunal de Contas da União.

### **PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJe)**

Ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), que será o único sistema do Judiciário Trabalhista. Já está sendo exigido na abertura de novos processos na segunda instância do Tribunal do Trabalho da Bahia (TRT-BA), e em todas as 88 Varas do Trabalho.

O PJe promoveu mudanças em toda a estrutura da Justiça do Trabalho, extinguindo tarefas relativas aos processos físicos, como aposição de carimbo e manuseio de documentos em papel, trazendo economia aos cofres públicos, com a redução no consumo de papel e tinta, com consequente favorecimento ao meio ambiente e à saúde de quem lidava o meio físico. O sistema também representa mais celeridade na prestação jurisdicional e mais comodidade no acesso ao Judiciário. Não obstante, é preciso registrar a preocupação do Tribunal com o incremento das ações digitais por parte dos servidores. Para minimizar possíveis efeitos deletérios, vem sendo mantida a prática de exercícios laborais em todos os setores.

O TRT da Bahia foi o sexto Tribunal do Trabalho do país a receber o PJe, apresentando ineditismo em dois aspectos: foi o primeiro a instalar, simultaneamente, os módulos de primeiro e segundo graus e o primeiro a receber a versão nacional do PJe que, depois, seria levada para os demais regionais. Em 2013 o sistema foi implantado nas 39 varas da capital. Em 2014, em mais 18 varas, alcançando-se, em Novembro/2015, 100% de todo Regional, aí incluído o 2º grau.

Na infraestrutura, foi priorizada a área tecnológica, com a atualização do parque de informática de todo o 5º Regional. Com isso, foram substituídos os computadores e as impressoras de todas as varas e departamentos de 1º grau onde o PJe foi instalado. Conquanto essas unidades tenham sido priorizadas, os departamentos administrativos também foram contemplados com novos equipamentos, substituindo-se os que se encontravam obsoletos e fora de garantia, com vistas ao incremento na eficiência operacional.

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (PROAD)**

Outro ponto fundamental no Programa de Modernização e Inovação do TRT5 foi a implantação do sistema eletrônico administrativo, o PROAD, criado com o objetivo de gerir todos os processos que tramitam na área meio (administrativa), ampliando a celeridade, transparência e economia de recursos.

### **GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

#### **ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

No aspecto da responsabilidade social e ambiental, o compromisso deste TRT5 foi com a promoção da cidadania, por meio da realização de campanhas de orientação em segurança e direitos no trabalho. Foram ampliados os trabalhos de prestação jurisdicional, por meio das Varas itinerantes, com o deslocamento de magistrados e servidores, para a realização de audiências ao longo do ano.

Também foi criada a Comissão de Gestão Socioambiental – COGESO, e conferida a competência de Unidade de Gestão Socioambiental a uma estrutura permanente de Coordenadoria, visando dar mais efetividade à Política de Gestão Ambiental.

Registre-se que o Tribunal está adiantado no cumprimento da Resolução 103/2012, aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que define critérios para a contratação de bens e serviços ambientalmente sustentáveis. Acompanhando as questões ambientais e, a título de exemplo, o TRT5 efetuou o registro de preços para compra de 120 unidades de condicionadores de ar que possibilitam uma economia de até 60% de energia, além de utilizarem o gás ecológico R-410A, que dispensa o uso do gás CFC, causador de agressões à camada de Ozônio.

Outra iniciativa social foi a manutenção da contratação de surdos vinculados à APADA - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos - instituição sem fins lucrativos, cujos integrantes realizam a digitalização de processos do TRT5, colaborando com a remessa de processos ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que passou a admitir recursos exclusivamente em formato digital.

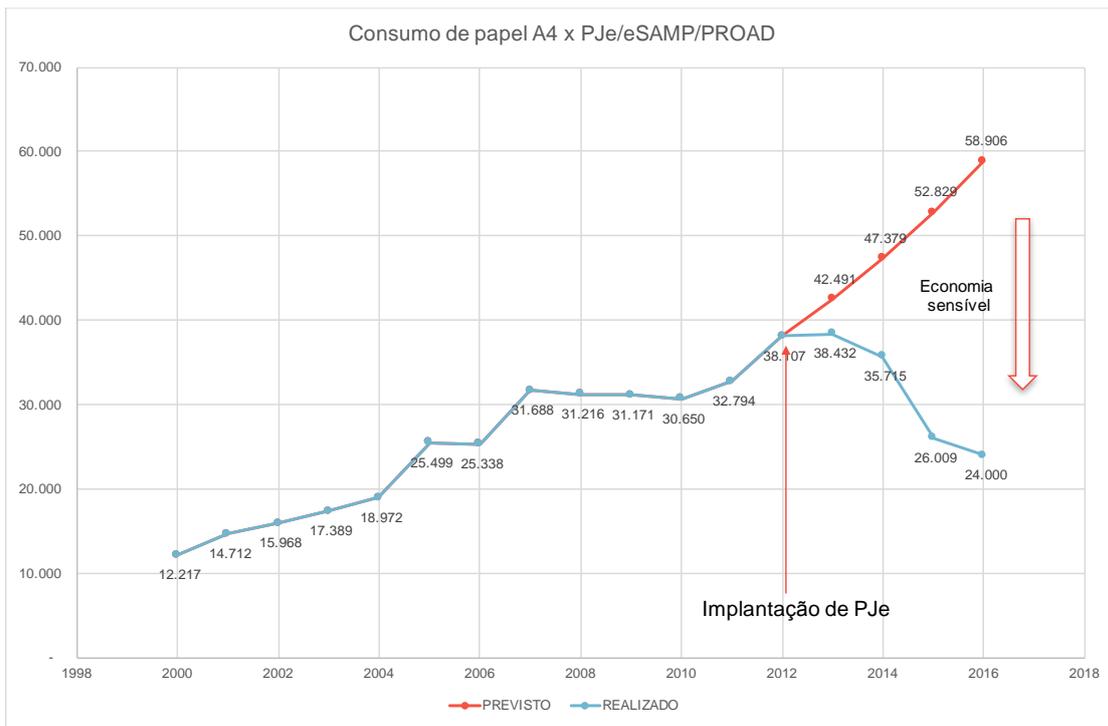
Dita ação tem assegurado a inclusão de pessoas com deficiência na Justiça do Trabalho da Bahia, fazendo nossa instituição despontar como um Tribunal comprometido com a acessibilidade. Diariamente são escaneados uma média de mais de 120 processos, com vários volumes.

Neste mesmo tema, o TRT5 ao longo de 2015 construiu um Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região para 2015/2020 com caráter estratégico, recém aprovado pelo Órgão Especial deste TRT5. Várias ações e iniciativas estão previstas neste plano, com vistas à melhor utilização dos recursos. Para seu monitoramento foram criados 62 indicadores, com metas estabelecidas para cada período, e que serão acompanhadas pela Unidade de Gestão Socioambiental do TRT5.

Não obstante, já se pode comemorar alguns resultados obtidos em 2015 em comparação com 2014, fruto de esforços concentrados da Administração, como a redução de 17,5% no consumo de água, de 70.085 m<sup>3</sup> para 57.823 m<sup>3</sup>. Em energia elétrica a redução foi de 5,5%, de 8.150.475 KWh para 7.702.383 KWh em 2015. Por fim, mas não menos importante, registre-se a significativa redução dos gastos com telefonia (STFC e SMP) da ordem de 12,35%.

Parte desta economia se deve, justamente, à implantação do PJe-JT que, mesmo com esse breve tempo de implantação, já apresenta sensível mudança no fluxo de processo e economia em diversos insumos, tais como: toner de impressão, energia elétrica e papel.

Neste particular, destacamos a economia já observada e projetada para o ano de 2016 do consumo de resmas de papel A4 (branco e reciclado) que somente em 2015 o TRT5 economizou mais de 26.000 resmas de papel, ou seja, 62 toneladas de papel ou 13 milhões de folhas de papel (padrão A4, 75g/m<sup>2</sup>). Isso equivale a 1,2 km de altura, a mesma de um prédio de 400 andares. Assim, quase 1.550 árvores deixam de ser destruídas, considerando 25 árvores por tonelada de papel. Além disso, são economizados 6,2 milhões de litros de água e 313 mil kwh de energia. Esses números são possíveis graças à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT) nas 88 Varas do Trabalho e na segunda instância, bem como do PROAD na área administrativa.



Caso a Justiça do Trabalho baiana estivesse operando ainda com processos físicos, a projeção seria de um gasto de 52.829 resmas somente em 2015, com tendência a aumentar esse consumo ano a ano. Com a implantação do PJe, em 2012, entretanto o consumo vem caindo e, em 2015, devem ser gastas 30 mil resmas, representando uma economia de 50%.

Além de acelerar o andamento processual, o processo eletrônico atua diretamente na redução de gastos públicos, ao possibilitar um enxugamento nos custos das atividades do Judiciário; a diminuição de despesas em material de expediente, pessoal, mobiliário, prédios para acomodação dos processos que tramitam em autos físicos, arquivos e transporte.

## CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

#### Quadro – Deliberações do TCU que permaneciam pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-000.447/2015-3			OF. 492/2015	22/01/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita o envio de cópias dos Laudos Médicos, contracheque e memória de cálculo dos proventos de Aldenice Nascimento Oliveira, Fernando Oliveira rocha, Jacinta Tavares da Cunha e Jandira Crispina Novas Pinheiro.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-011.417/2012-9	5541/2014-2ª	9.0, 9.1 e 9.2	OF. 12490/2014	04/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Conheceu o pedido de reexame interposto por Fernando Victor Pinto Sodré e negou provimento. Dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região e ao recorrente.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-011.417/2012-9	5541/2014-2ª	9.0, 9.1 e 9.2	OF. 819/2015	04/02/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Reitera os termos do Ofício 12490/2014.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Foi cumprida.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-003.659/2015	1058/2015-2ª	9.3. 9.4, 9.4.1, 9.4.2, 9.4.2.1, 9.4.2.2, 9.5, 9.6, 9.6.1, 9.6.2	OF. 3490/2015	31/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão da aposentadoria de Beloina Santo Couto. Proceder a correção da vantagem pecuniária individual nas aposentadorias e pensões. Cessar o pagamento dos atos considerados ilegais. Dar ciência aos interessados dos atos considerados ilegais e o envio do comprovante. Emissão e encaminhamento de novos atos. Envio de cópias dos laudos médicos. Oitiva monitore o cumprimento do Acórdão.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
		1, 2, 3, 4 e 5.	Ofício Circular 001/2015	10/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita relação dos responsáveis que atuarão no sistema de Prestação de Contas (e-Contas).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-006.872/2014-0	7499/2013 -2ª	1,2,3 e 4	OF. 4103/2015	14/04/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita informações cadastrais e respectivas ficha financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-002.726/2015-7			OF. 6401/2015	09/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita cópia dos laudos médicos periciais que atestam a invalidez de Josélia Pereira das Virgens, Reosvaldo Ferreira dos Santos, Rita Luretti Rapold Mello, Rosângela Correa Fraga Gome e Virginia Helena Cruz Leite.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-027.404/2014-5	2636/2015-2ª	9, 9.1, e 9.2	OF. 6805/2015	10/06/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Considerou legal os ato de concessão da pensão civil de Macario Protasio Costa. Envio de documentos que comprove a dependência econômica de Augusto César Ribeiro de Mello.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC- 011.954/2015-9		1, 2, 3, 4 e 5	OF. 8423/2015	20/07/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita informações cadastrais e respectivas ficha financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

TC- 011.932/2015-5	6908/2015-2ª	1, 2 e 3	OF. 6908/2015	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita o envio de documentos que comprove a dependência econômica do pensionista Augusto César Ribeiro Mello.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-006.872/2014-0	14083/2015	1, 2, 3 e 4	OF. 14083/2015	14/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita informações cadastrais e respectivas ficha financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-018.553/2015-0	8443/1992	1, 2 e 3	OF. 17123/2015	11/11/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				
Descrição da determinação/recomendação				
Solicita o envio da cópia da Decisão Judicial que embasou a divisão da pensão das pensionistas Francisca Marins de Oliveira e Sônia Maria Pimenta de Jesus.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi cumprida.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-006.872/2014-0	818/2014-2ª	1, 2, 3 e 4	OF. 14083/2015	14/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região				

Descrição da determinação/recomendação
Solicita informações cadastrais e respectivas ficha financeiras de todos os magistrados e servidores, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi cumprida.

## **TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Em 2015 foram realizadas 18 auditorias nas áreas de Pessoal e Recursos Humanos, Licitações e contratos e nas áreas de Orçamento e Finanças. Os resultados não apontaram fraudes ou ilícitos, que causassem dano ao erário.

As auditorias encontram-se na fase de monitoramento e tem sido praxe deste Regional o cumprimento das recomendações da Secretaria de Controle Interno, bem como as respostas às solicitações do controle externo, demonstrando, assim, um bom relacionamento da Administração com a unidade de controle interno em decorrência das suas atribuições.

Foi executado aproximadamente 80% do plano anual de auditoria. As informações e principais constatações, bem como as providências adotadas encontram-se nos relatórios de auditoria.

Não houve limitações para a execução do plano anual de auditoria, sendo as solicitações às unidades administrativas prontamente atendidas. As solicitações de justificativas para as inconsistências apontadas foram respondidas dentro do esperado.

Em cumprimento à função de apoio ao controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, atendemos a todas as deliberações e enviamos as informações e os documentos requisitados, como informado neste relatório de gestão.

## **MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO**

Não há informações a serem apresentadas.

## **DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES**

Este TRT5 observa o cronograma de pagamentos de obrigações, nos termos do art. 5º da lei 8.666/93.

## GESTÃO DE PRECATÓRIOS

### Quadro – Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios - Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor – 2014		Quantidade de Precatório e Valor – 2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	2	8.548.327,11	2	8.548.327,11
Comum	0	-	0	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>8.548.327,11</b>	<b>2</b>	<b>8.548.327,11</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária – 2015	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	8.501.860,00	8.501.860,00	-	-
Comum	490.123,00	-	490.123,00	-
<b>Total</b>	<b>8.991.983,00</b>	<b>8.501.860,00</b>	<b>490.123,00</b>	<b>-</b>
<b>Observações: constam dos 02 precatórios da Administração Direta expedidos em 2014 um total de 49 beneficiários;</b>				

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

**Quadro – Requisições e Precatórios – Administração Indireta**

Precatórios - Requisição				
Administração Direta				
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor – 2014		Quantidade de Precatório e Valor – 2014	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	1	19.532.747,38	1	19.532.747,38
Comum	0	-	0	-
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>19.532.747,38</b>	<b>1</b>	<b>19.532.747,38</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento				
Natureza	Dotação Orçamentária – 2015	Valores Pagos/Tipo de Credor		Saldos a Pagar
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica	
Alimentícia	20.546.497,00	-	20.546.497,00	-
Comum	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.546.497,00</b>	<b>-</b>	<b>20.546.497,00</b>	<b>-</b>
<b>Observações: consta do único precatório da Administração Indireta expedido em 2014 um total de 02 beneficiários, sendo um deles o INSS e o outro o Sindicato dos Trabalhadores Técnico Administrativos da Universidade Federal da Bahia, na condição de substituto processual de seus associados.</b>				

Fonte: Planilhas de Precatórios expedidas pela Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância do TRT - 5ª Região, bem como Ofícios (informativos de créditos) oriundos da Secretaria de Orçamento e Finanças do TRT - 5ª Região

**No que concerne às solicitações de recursos para pagamento de Precatórios de entes Federais, cabe registrar as seguintes observações:**

O crédito devido a cada um dos exequentes (beneficiários) é fixado exclusivamente pelo Juiz nos autos do processo e somente ele, por meio de decisão fundamentada, pode alterar os valores. Após transitar em julgado a conta que fixou o crédito, o magistrado determina a expedição da Requisição de Pequeno Valor ou do Precatório, a depender do valor a executar.

Recebido os autos com o Precatório na Secretaria de Coordenação Judiciária de Segunda Instância, os mesmos são encaminhados por despacho da Presidência à Central de Cálculos, para atualização, devendo ainda ser conferido se a União teve ciência da determinação de expedição e se foi

oportunizada a compensação de créditos, bem como se o Ministério Público do Trabalho emitiu parecer acerca da regularidade da formação do precatório, consoante exigência contida no Regimento Interno deste E. TRT. Após a atualização, e também em cumprimento ao despacho exarado pela Presidência, são efetuadas as solicitações de recursos.

Na hipótese de o crédito ter sido enquadrado como precatório, a solicitação de recursos é efetuada até o final de junho de cada ano ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sendo importante registrar que desde o ano de 2014 o CSJT passou a disponibilizar um Sistema de Gerenciamento de Precatórios, via Aplicação Web, para preenchimento e requisição dos valores dos precatórios da União, no seguinte endereço: <https://aplicacao2.jt.jus.br/precatoriosWeb/>.

No ano seguinte ao da requisição, os valores são descentralizados pelo Conselho Superior para a nossa unidade orçamentária (Secretaria de Orçamento e Finanças) e ficam à disposição do Juízo das respectivas Varas do Trabalho, que detém a competência para liberá-los, para pagamento aos exequentes, cabendo também ressaltar que apenas os magistrados podem autorizar a liberação de qualquer valor às partes.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

O único contrato em que houve a revisão, por conta da desoneração da folha de pagamento, é o existente com a empresa Lanlink Serviços de Informática Ltda. (PROAD 10879/2015), CNPJ 19.877.300/0001-81.

---

## **INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

---

### **Quadro – Despesas com publicidade**

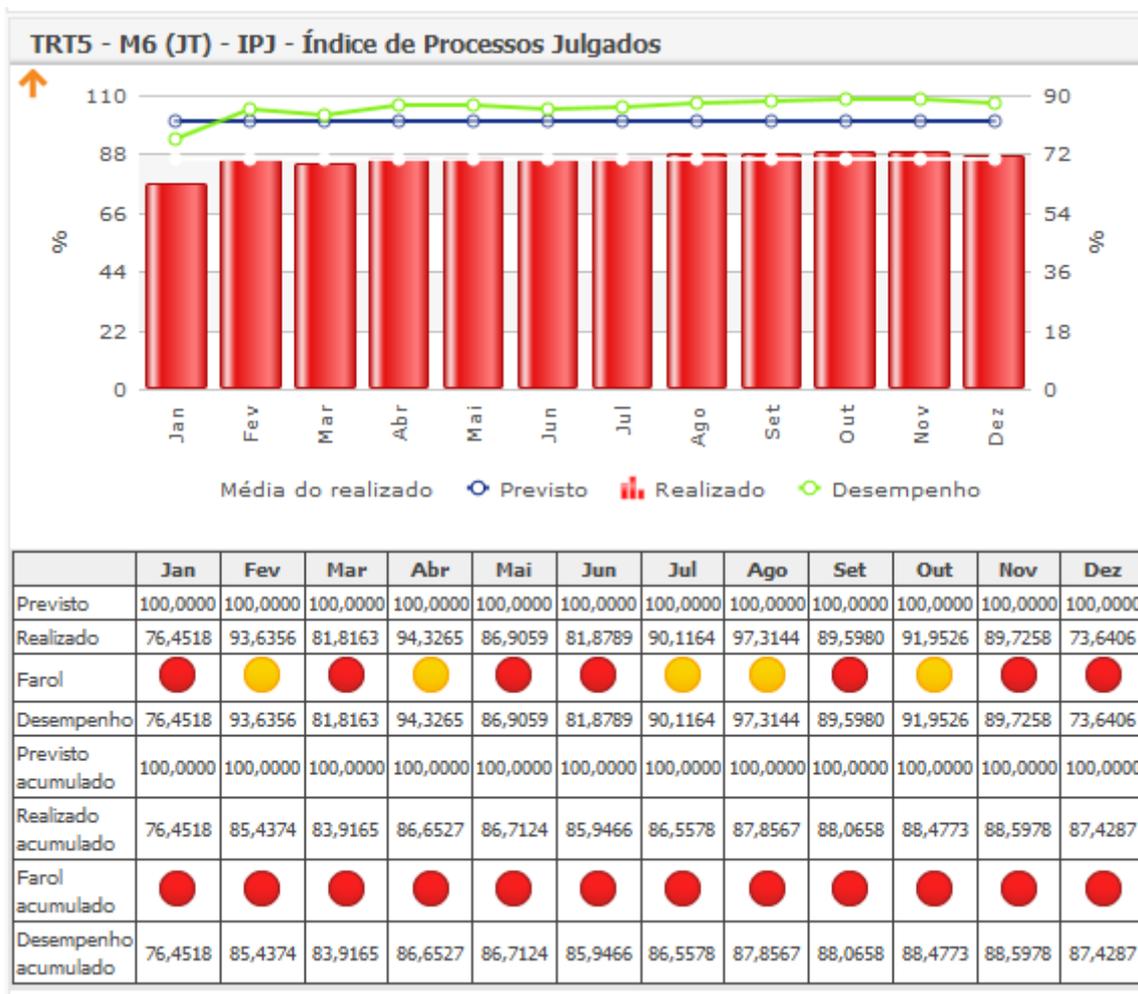
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	2.937,00	2.937,00
Legal	APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO	56.684,44	53.832,24
Mercadológica			
Utilidade pública	TRABALHO SEGURO	4.300,00	4.300,00

## **ANEXOS E APÊNDICES**

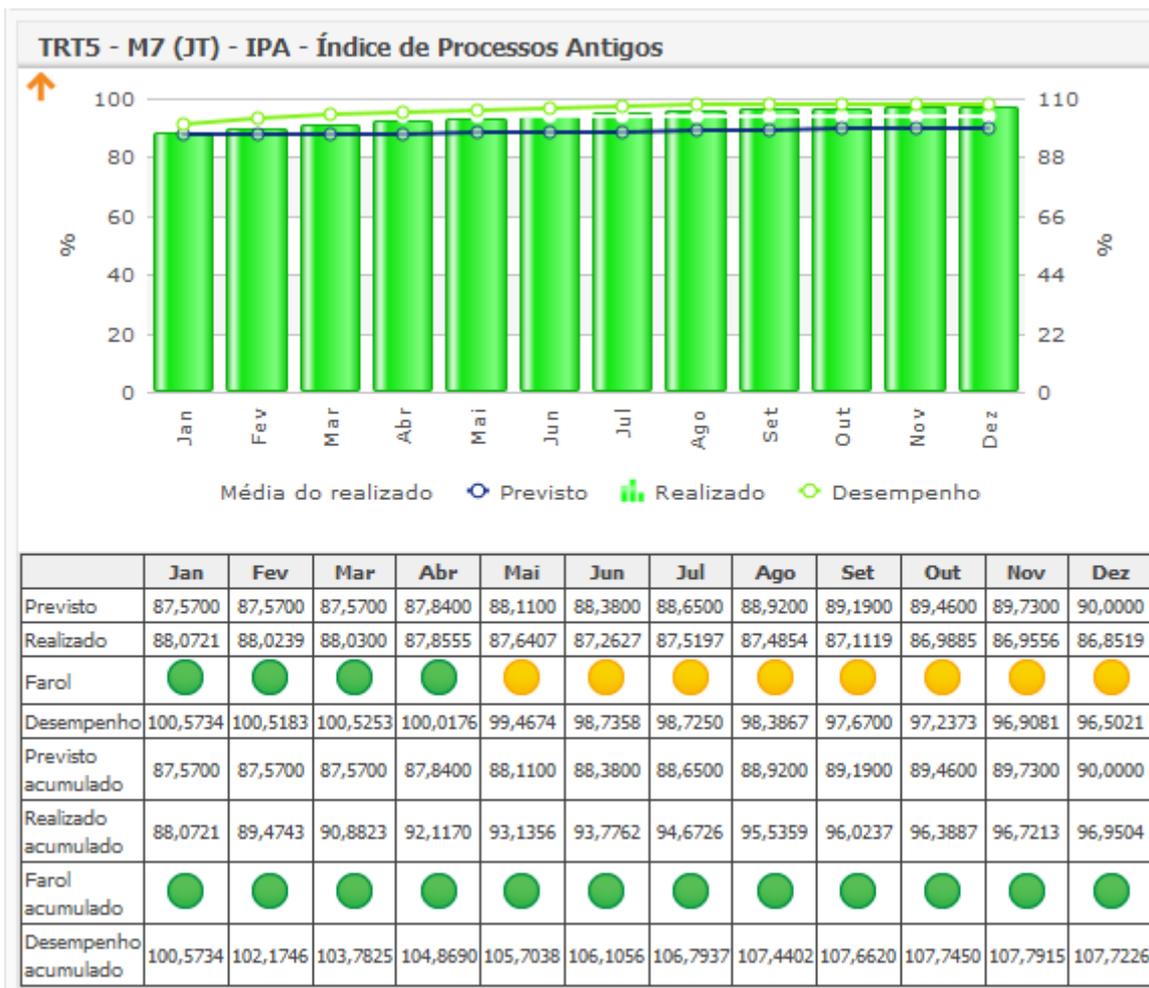
### **ANEXOS RELATIVOS AOS INDICADORES DE DESEMPENHO**

# GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DAS METAS 2015

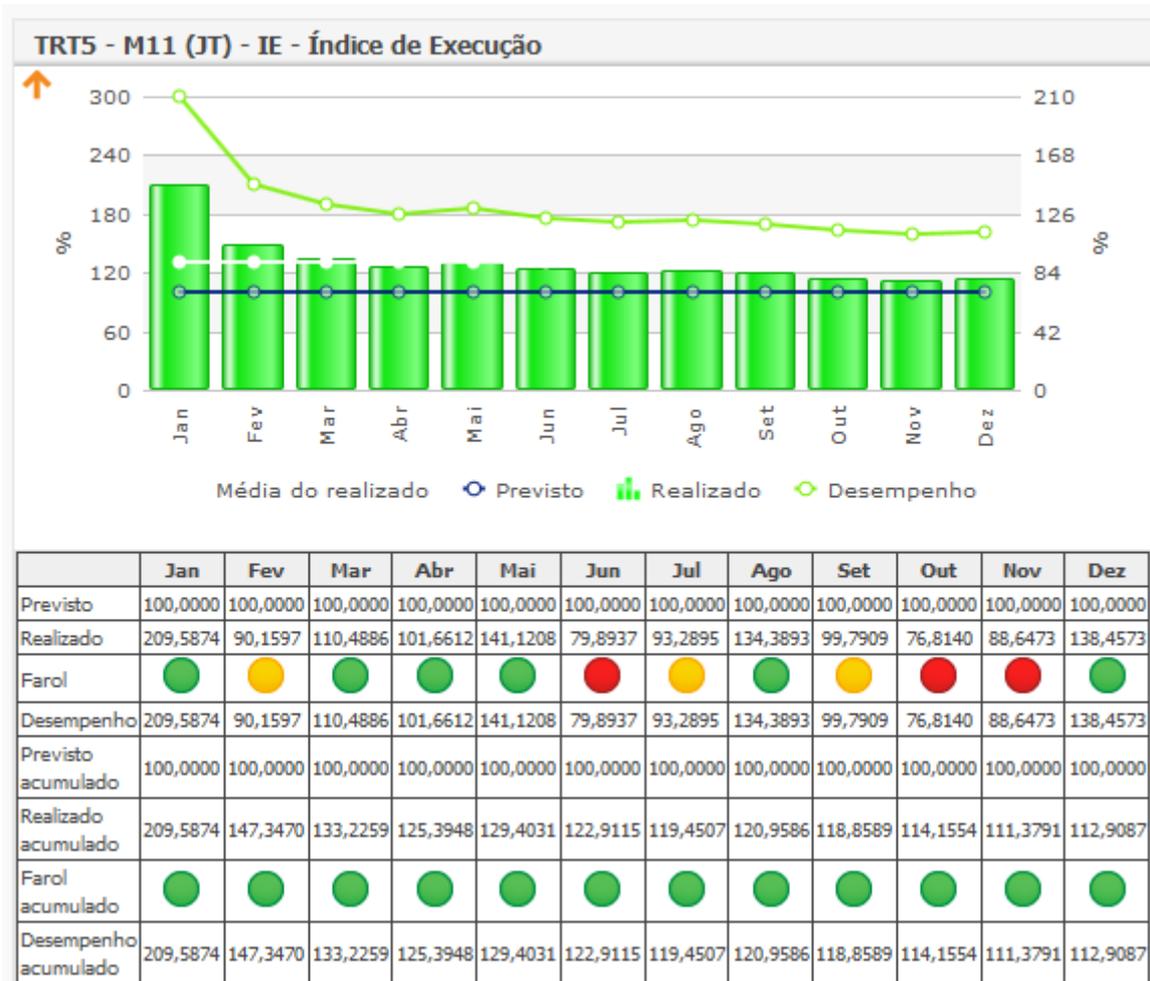
## META 1



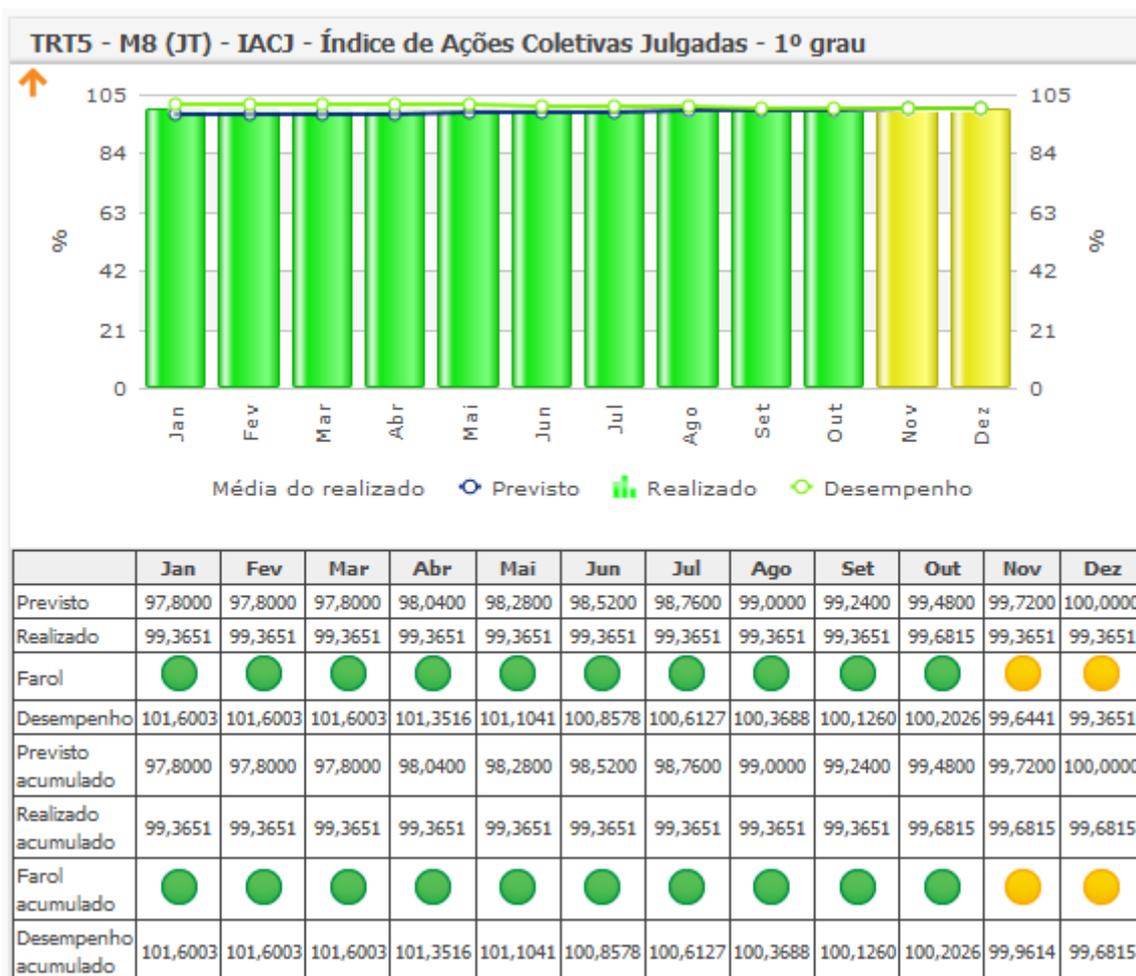
## META 2



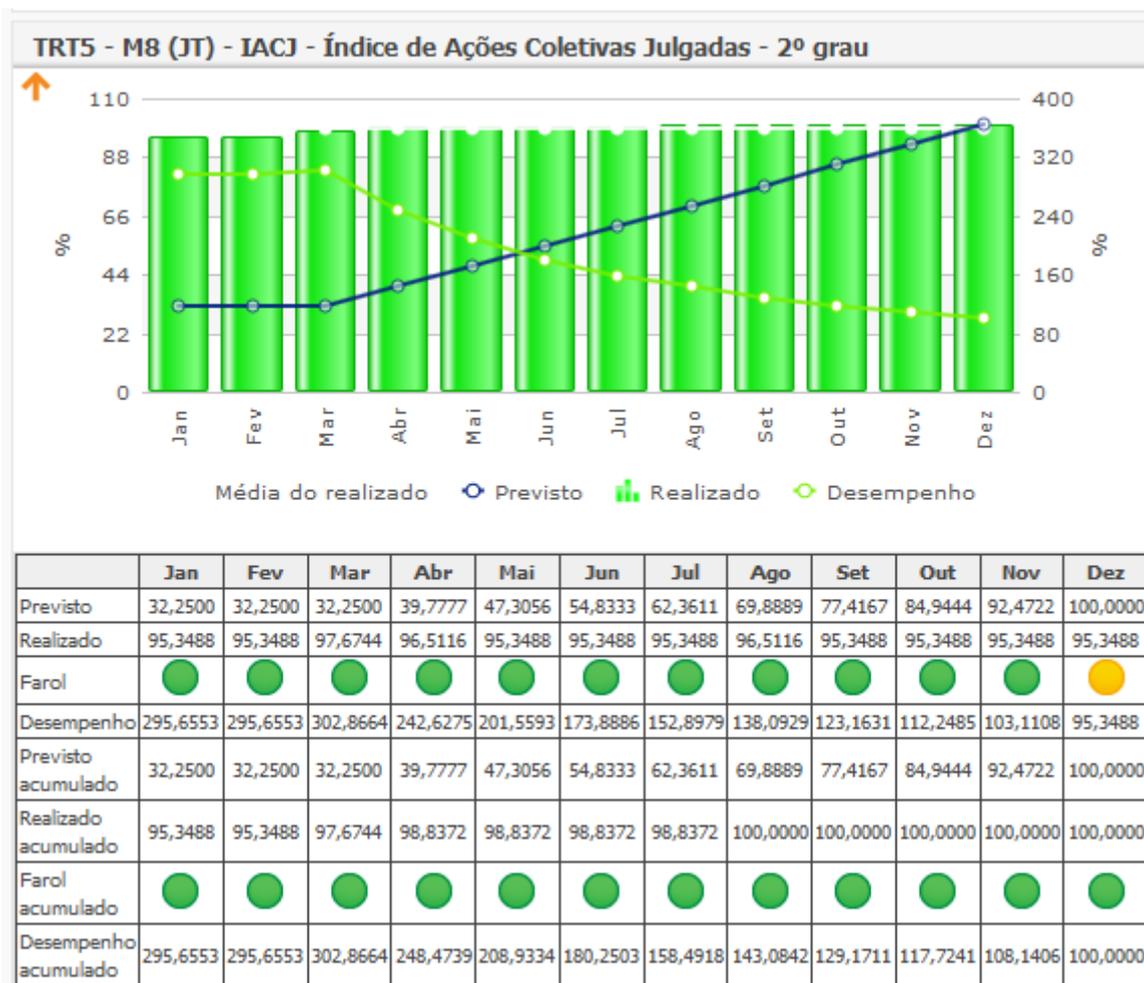
## META 5



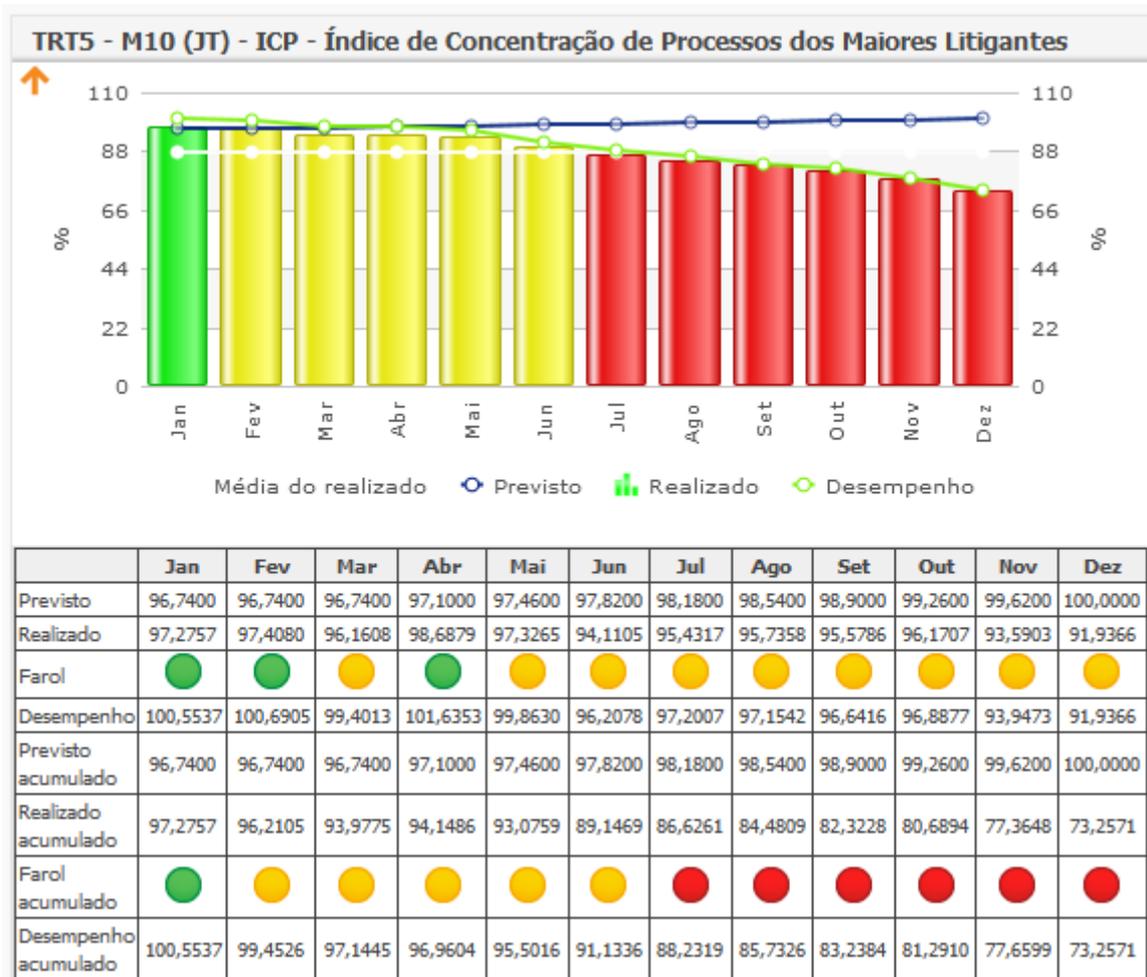
## META 6.1



## META 6.2



## META 7



## MENSAGENS DE CUMPRIMENTO DE METAS GERAIS PARA 2015

Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013, no 1º e no 2º graus.

Meta 5 – Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Meta 6 – Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.

### Aviso importante



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da **META 2 de 2015**.  
O percentual de cumprimento é de **107,72%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.

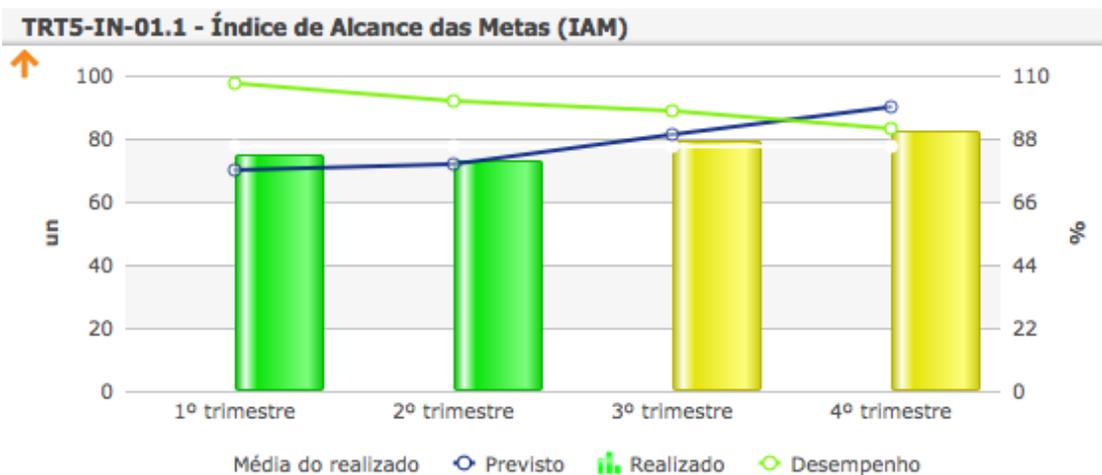
### Aviso importante



Prezado(a) usuário, o Conselho Nacional de Justiça parabeniza o *Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região* pelo **cumprimento total** da **META 6 de 2015**.  
O percentual de cumprimento é de **100,00%**. Atenção para cadastros/alterações de dados no sistema.

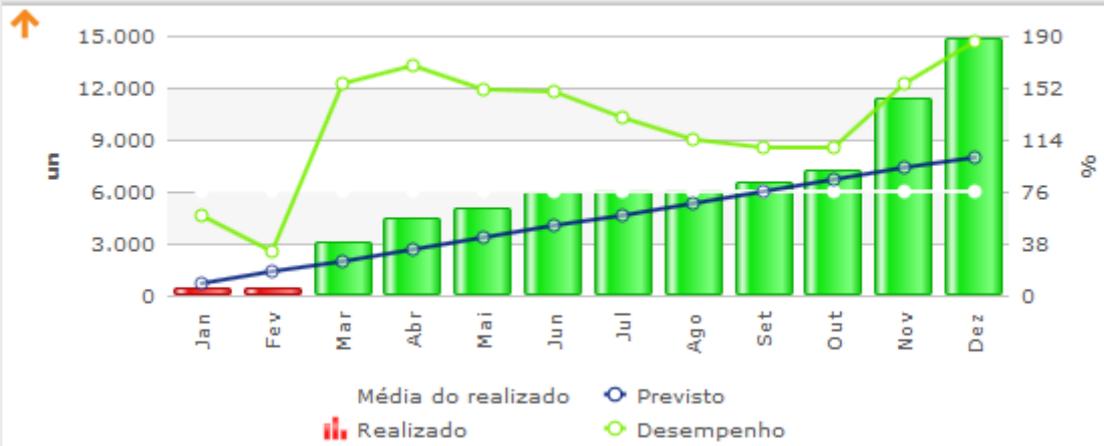
O cumprimento da Meta 6 refere-se apenas ao 2º Grau

## GRÁFICOS - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2015



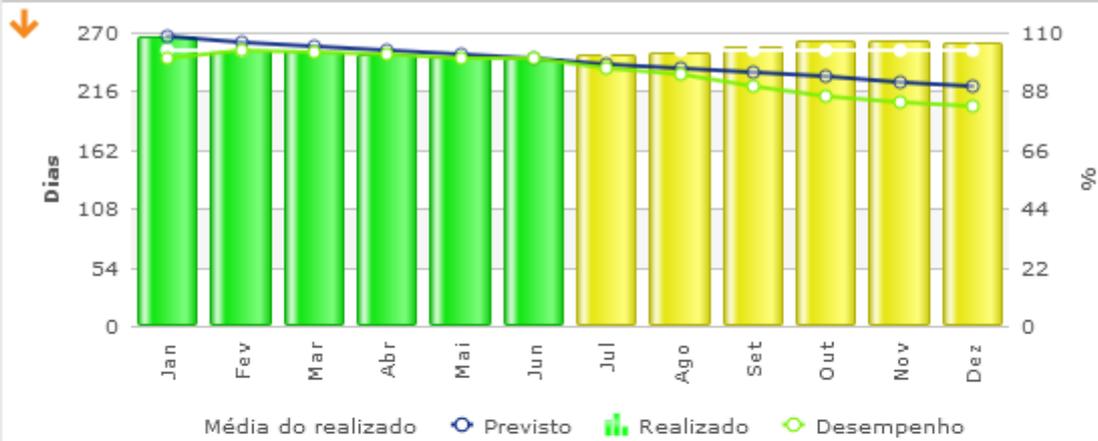
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	70,00	72,00	81,00	90,00
Realizado	75,00	73,00	79,00	82,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	107,14	101,39	97,53	91,11
Previsto acumulado	70,00	72,00	81,00	90,00
Realizado acumulado	75,00	73,00	79,00	82,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	107,14	101,39	97,53	91,11

### TRT5-IN-01.2 - Índice de Responsabilidade Socioambiental (IRS)



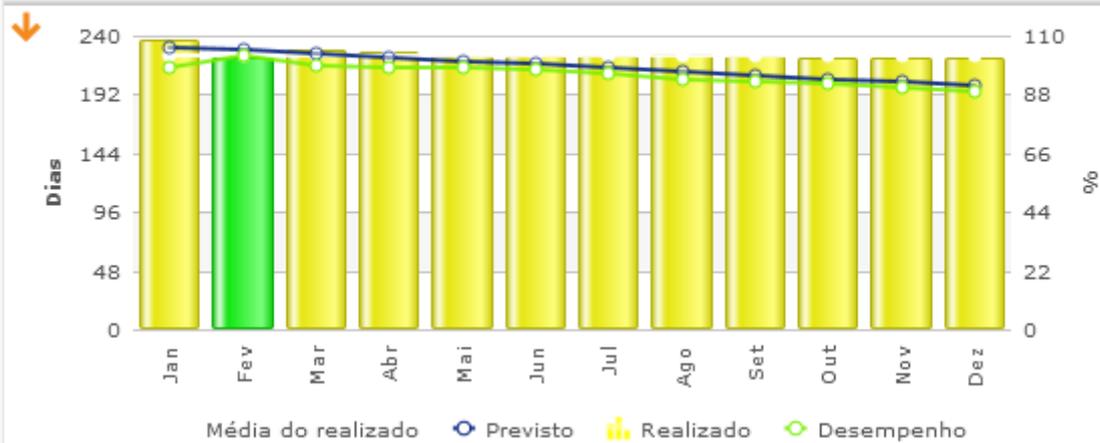
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	666,00	666,00	666,00	666,00	666,00	666,00	666,00	666,00	667,00	668,00	668,00	669,00
Realizado	385,00	35,00	2.670,00	1.396,00	525,00	940,00	100,00	53,00	423,00	673,00	4.175,00	3.423,00
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	57,81	5,26	400,90	209,61	78,83	141,14	15,02	7,96	63,42	100,75	625,00	511,66
Previsto acumulado	666,00	1.332,00	1.998,00	2.664,00	3.330,00	3.996,00	4.662,00	5.328,00	5.995,00	6.663,00	7.331,00	8.000,00
Realizado acumulado	385,00	420,00	3.090,00	4.486,00	5.011,00	5.951,00	6.051,00	6.104,00	6.527,00	7.200,00	11.375,00	14.798,00
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	57,81	31,53	154,65	168,39	150,48	148,92	129,79	114,56	108,87	108,06	155,16	184,98

TRT5-IN-02.1 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª Instância (TMDP2)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	265,67	261,59	257,52	253,44	249,37	245,29	241,22	237,14	233,07	228,99	224,92	220,84
Realizado	265,67	252,07	251,97	249,30	247,76	244,98	248,96	250,67	257,03	260,85	261,71	260,53
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	100,00	103,64	102,16	101,63	100,65	100,13	96,79	94,29	89,72	86,09	83,64	82,03
Previsto acumulado	265,67	261,59	257,52	253,44	249,37	245,29	241,22	237,14	233,07	228,99	224,92	220,84
Realizado acumulado	265,67	252,07	251,97	249,30	247,76	244,98	248,96	250,67	257,03	260,85	261,71	260,53
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	100,00	103,64	102,16	101,63	100,65	100,13	96,79	94,29	89,72	86,09	83,64	82,03

**TRT5-IN-02.2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 1ª Instância - Fase de Conhecimento (TMDP1c)**



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	231,02	228,11	225,20	222,29	219,38	216,47	213,55	210,64	207,73	204,82	201,91	199,00
Realizado	235,37	221,69	227,94	226,69	223,53	222,10	223,21	223,93	222,39	221,77	221,02	221,48
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	98,12	102,81	98,78	98,02	98,11	97,40	95,48	93,69	92,94	91,72	90,54	88,70
Previsto acumulado	231,02	228,11	225,20	222,29	219,38	216,47	213,55	210,64	207,73	204,82	201,91	199,00
Realizado acumulado	235,37	221,69	227,94	226,69	223,53	222,10	223,21	223,93	222,39	221,77	221,02	221,48
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	98,12	102,81	98,78	98,02	98,11	97,40	95,48	93,69	92,94	91,72	90,54	88,70

### TRT5-IN-02.3 - Índice de Processos Julgados (IPJ)



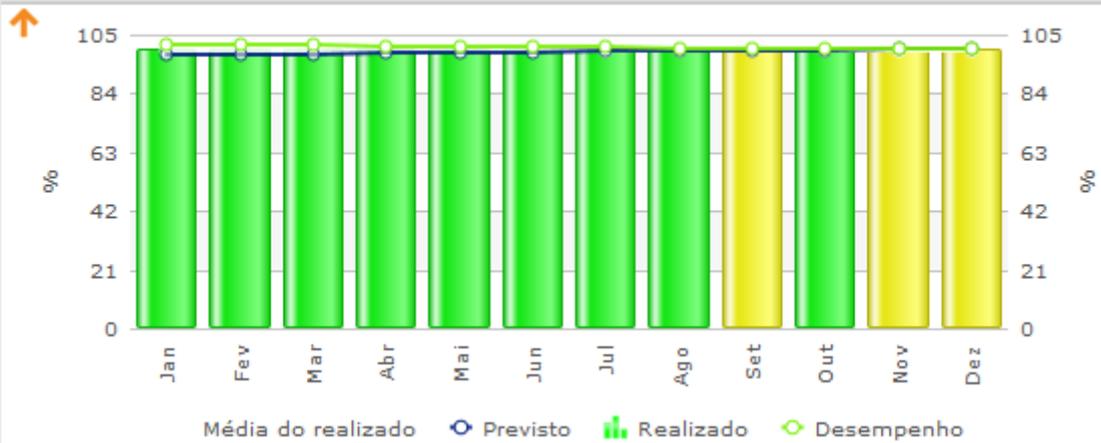
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado	76,46	85,44	83,92	86,65	86,71	85,95	86,56	87,86	88,07	88,48	88,60	87,43
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	76,46	85,44	83,92	86,65	86,71	85,95	86,56	87,86	88,07	88,48	88,60	87,43
Previsto acumulado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado acumulado	76,46	85,44	83,92	86,65	86,71	85,95	86,56	87,86	88,07	88,48	88,60	87,43
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	76,46	85,44	83,92	86,65	86,71	85,95	86,56	87,86	88,07	88,48	88,60	87,43

### TRT5-IN-02.4 - Índice de Processos Antigos (IPA)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Realizado	98,62	98,77	98,89	99,00	99,11	99,18	99,26	99,33	99,38	99,42	99,46	99,50
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	100,63	100,79	100,91	101,02	101,13	101,20	101,29	101,36	101,41	101,45	101,49	101,53
Previsto acumulado	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00	98,00
Realizado acumulado	98,62	98,77	98,89	99,00	99,11	99,18	99,26	99,33	99,38	99,42	99,46	99,50
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	100,63	100,79	100,91	101,02	101,13	101,20	101,29	101,36	101,41	101,45	101,49	101,53

### TRT5-IN-02.5 - Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 1ª Instância



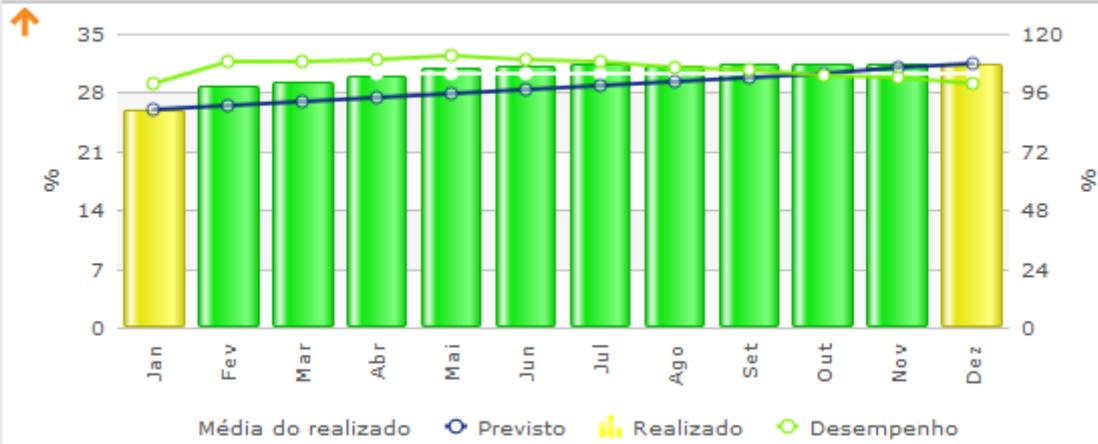
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	97,80	98,00	98,20	98,40	98,60	98,80	99,00	99,20	99,40	99,60	99,80	100,00
Realizado	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,68	99,68	99,68
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	101,61	101,40	101,19	100,99	100,78	100,58	100,37	100,17	99,97	100,08	99,88	99,68
Previsto acumulado	97,80	98,00	98,20	98,40	98,60	98,80	99,00	99,20	99,40	99,60	99,80	100,00
Realizado acumulado	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,37	99,68	99,68	99,68
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	101,61	101,40	101,19	100,99	100,78	100,58	100,37	100,17	99,97	100,08	99,88	99,68

TRT5-IN-02.5 - Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - 2ª Instância



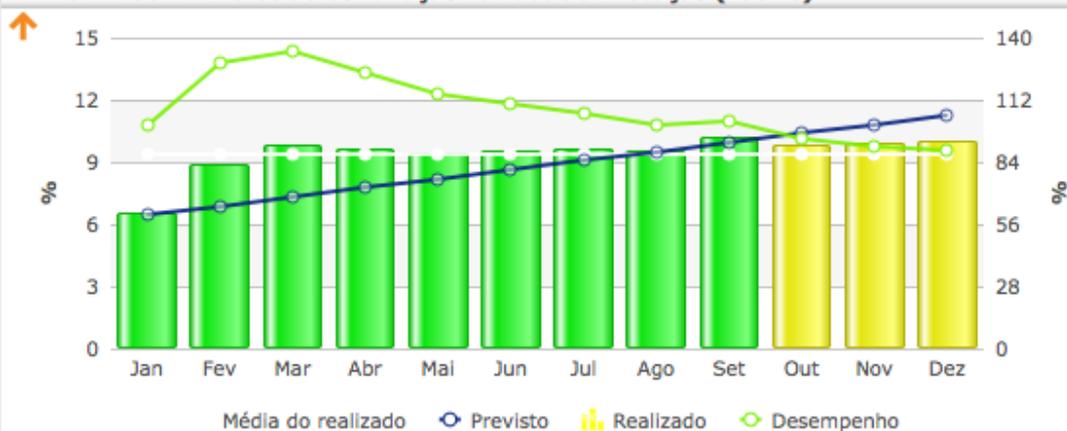
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	32,26	38,42	44,58	50,73	56,89	63,05	69,21	75,37	81,53	87,68	93,84	100,00
Realizado	95,35	95,35	97,67	98,84	98,84	98,84	98,84	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	295,57	248,18	219,09	194,84	173,74	156,76	142,81	132,68	122,65	114,05	106,56	100,00
Previsto acumulado	32,26	38,42	44,58	50,73	56,89	63,05	69,21	75,37	81,53	87,68	93,84	100,00
Realizado acumulado	95,35	95,35	97,67	98,84	98,84	98,84	98,84	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	295,57	248,18	219,09	194,84	173,74	156,76	142,81	132,68	122,65	114,05	106,56	100,00

TRT5-IN-03.1 - Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento (ICONc)



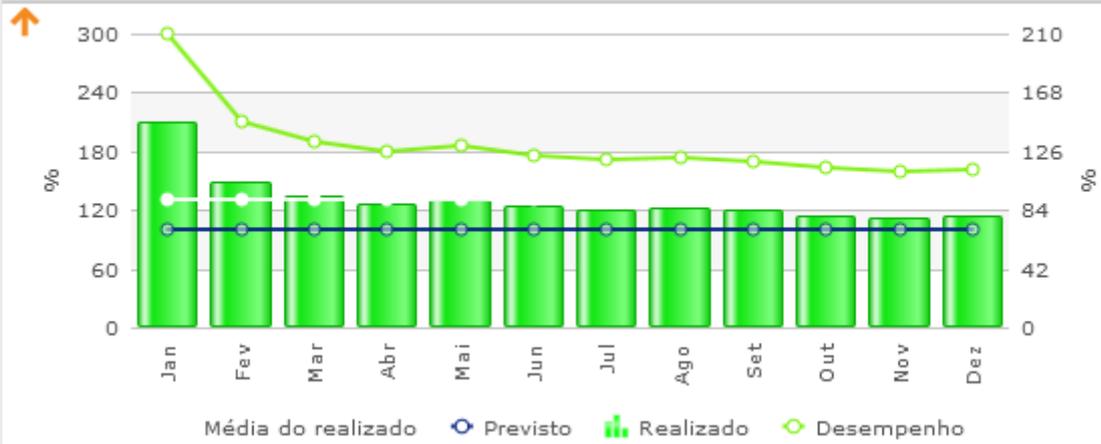
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	25,90	26,39	26,89	27,38	27,88	28,37	28,87	29,36	29,86	30,35	30,85	31,34
Realizado	25,90	30,61	29,80	31,74	34,09	31,69	33,23	29,45	32,68	30,15	32,76	29,05
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	99,98	116,00	110,81	115,93	122,29	111,72	115,09	100,31	109,45	99,34	106,19	92,71
Previsto acumulado	25,90	26,39	26,89	27,38	27,88	28,37	28,87	29,36	29,86	30,35	30,85	31,34
Realizado acumulado	25,90	28,68	29,13	29,88	30,89	31,02	31,38	31,14	31,33	31,21	31,37	31,22
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	99,98	108,67	108,33	109,11	110,78	109,33	108,69	106,05	104,94	102,82	101,68	99,63

### TRT5-IN-03.2 - Índice de Conciliação na Fase de Execução (ICONE)



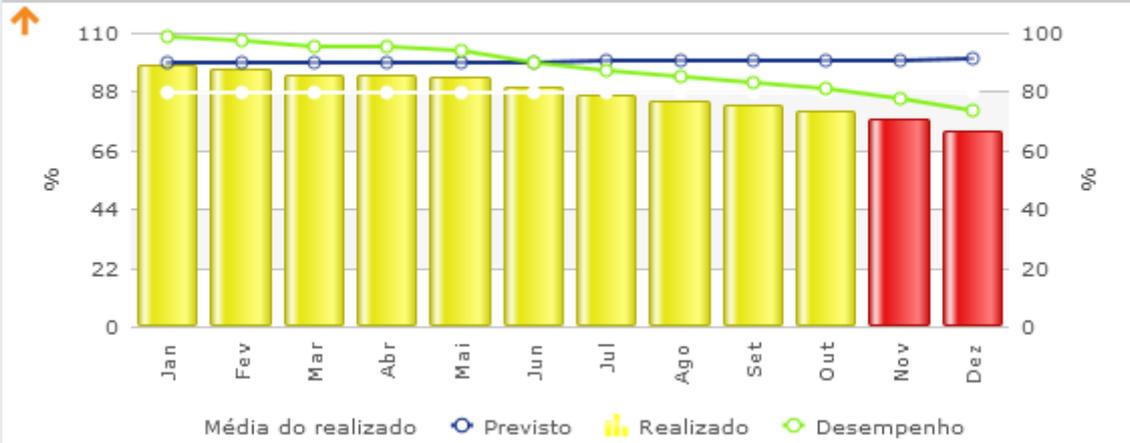
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	6,51	6,90	7,29	7,68	8,07	8,46	8,86	9,25	9,64	10,03	10,42	10,81
Realizado	6,51	10,97	11,37	9,10	8,63	10,33	10,31	8,87	15,94	7,20	10,00	12,68
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	99,92	158,95	155,95	118,46	106,93	122,08	116,42	95,90	165,34	71,80	95,94	117,31
Previsto acumulado	6,45	6,89	7,32	7,76	8,19	8,63	9,06	9,50	9,93	10,37	10,80	11,24
Realizado acumulado	6,51	8,84	9,81	9,63	9,38	9,50	9,60	9,52	10,17	9,84	9,85	10,02
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	100,85	128,25	134,02	124,13	114,52	110,11	105,93	100,26	102,42	94,85	91,24	89,11

### TRT5-IN-04.1 - Índice de Execução (IE)



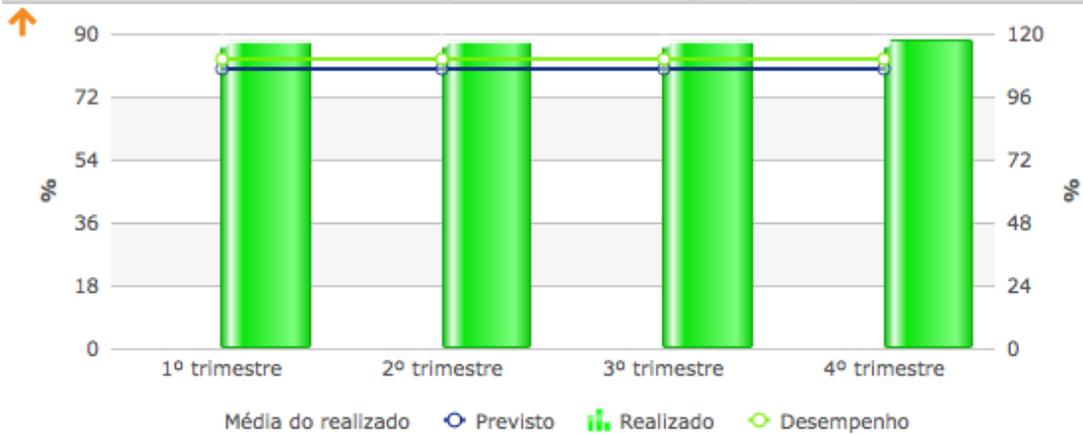
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado	209,67	147,38	133,24	125,41	129,41	122,92	119,46	120,96	118,86	114,16	111,38	112,91
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	209,67	147,38	133,24	125,41	129,41	122,92	119,46	120,96	118,86	114,16	111,38	112,91
Previsto acumulado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado acumulado	209,67	147,38	133,24	125,41	129,41	122,92	119,46	120,96	118,86	114,16	111,38	112,91
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	209,67	147,38	133,24	125,41	129,41	122,92	119,46	120,96	118,86	114,16	111,38	112,91

### TRT5-IN-05.1 - Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	98,50	98,60	98,70	98,90	99,00	99,10	99,20	99,30	99,40	99,50	99,70	100,00
Realizado	97,28	96,21	93,98	94,15	93,08	89,15	86,63	84,48	82,32	80,69	77,36	73,26
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	98,76	97,58	95,22	95,20	94,02	89,96	87,33	85,08	82,82	81,10	77,59	73,26
Previsto acumulado	98,50	98,60	98,70	98,90	99,00	99,10	99,20	99,30	99,40	99,50	99,70	100,00
Realizado acumulado	97,28	96,21	93,98	94,15	93,08	89,15	86,63	84,48	82,32	80,69	77,36	73,26
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	98,76	97,58	95,22	95,20	94,02	89,96	87,33	85,08	82,82	81,10	77,59	73,26

**TRT5-IN-06.1 - Índice de Governança da Gestão Estratégica (IGovGE)**



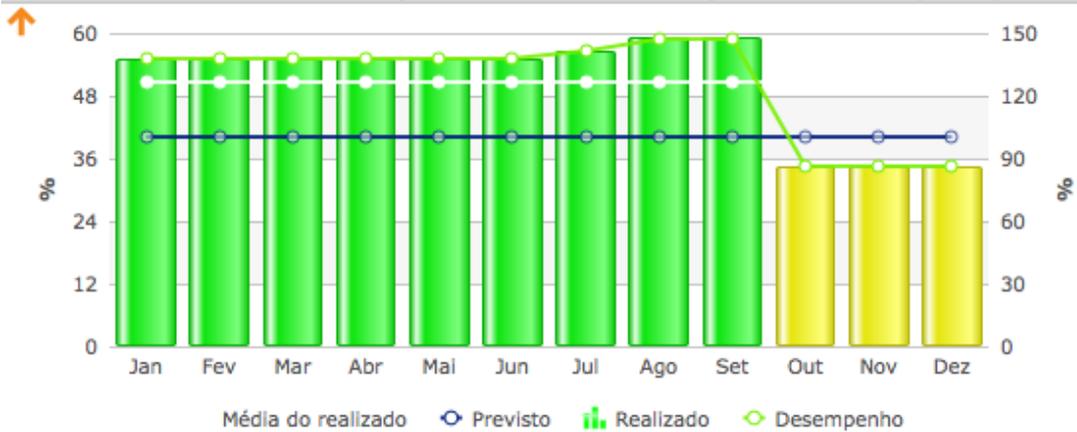
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	80,00	80,00	80,00	80,00
Realizado	88,00	88,00	88,00	88,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	110,00	110,00	110,00	110,00
Previsto acumulado	80,00	80,00	80,00	80,00
Realizado acumulado	88,00	88,00	88,00	88,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	110,00	110,00	110,00	110,00

### TRT5-IN-06.2 - Índice de Governança (iGov)



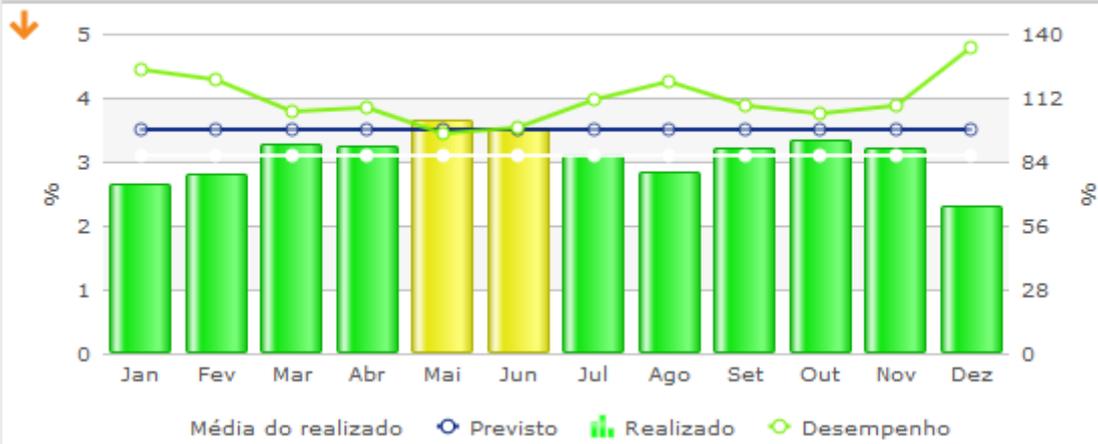
	2015
Previsto	51,00
Realizado	55,00
Farol	●
Desempenho	107,84
Previsto acumulado	51,00
Realizado acumulado	55,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	107,84

**TRT5-IN-07.1 - Índice de Execução do Plano de Comunicação Institucional (IEPCI)**



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
Realizado	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	56,50	59,00	59,00	34,50	34,50	34,50
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	137,50	137,50	137,50	137,50	137,50	137,50	141,25	147,50	147,50	86,25	86,25	86,25
Previsto acumulado	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
Realizado acumulado	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00	56,50	59,00	59,00	34,50	34,50	34,50
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	137,50	137,50	137,50	137,50	137,50	137,50	141,25	147,50	147,50	86,25	86,25	86,25

TRT5-IN-08.1 - Índice de absenteísmo (IA)



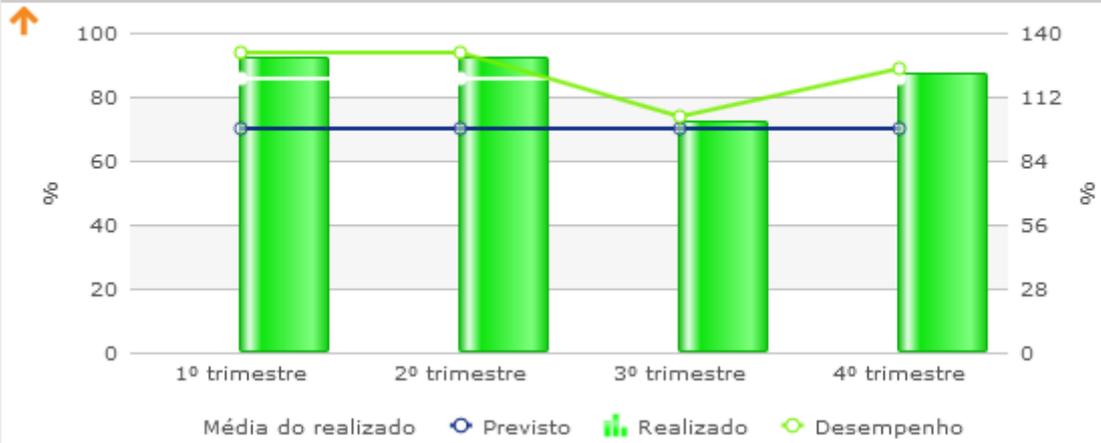
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Realizado	2,64	2,80	3,28	3,22	3,64	3,53	3,11	2,84	3,19	3,32	3,21	2,31
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	124,57	120,00	106,29	108,00	96,00	99,14	111,14	118,86	108,86	105,14	108,29	134,00
Previsto acumulado	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
Realizado acumulado	2,64	2,80	3,28	3,22	3,64	3,53	3,11	2,84	3,19	3,32	3,21	2,31
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	124,57	120,00	106,29	108,00	96,00	99,14	111,14	118,86	108,86	105,14	108,29	134,00

### TRT5-IN-08.2 - Índice de Prevenção de Saúde (IPSaúde)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	5,00	10,00	15,00	20,00	25,00	30,00	35,00	40,00	45,00	50,00	55,00	60,00
Realizado	3,96	6,96	10,07	13,69	17,82	20,59	22,57	25,40	31,96	36,54	42,48	49,04
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	79,20	69,60	67,13	68,45	71,28	68,63	64,49	63,50	71,02	73,08	77,24	81,73
Previsto acumulado	5,00	10,00	15,00	20,00	25,00	30,00	35,00	40,00	45,00	50,00	55,00	60,00
Realizado acumulado	3,96	6,96	10,07	13,69	17,82	20,59	22,57	25,40	31,96	36,54	42,48	49,04
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	79,20	69,60	67,13	68,45	71,28	68,63	64,49	63,50	71,02	73,08	77,24	81,73

### TRT5-IN-08.3 - Índice de Qualidade de Vida (IQV)



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	70,00	70,00	70,00	70,00
Realizado	92,00	92,00	72,00	87,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	131,43	131,43	102,86	124,29
Previsto acumulado	70,00	70,00	70,00	70,00
Realizado acumulado	92,00	92,00	72,00	87,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	131,43	131,43	102,86	124,29

TRT5-IN-09.1 - Índice de Governança da Gestão de Pessoas (IGovPessoas)



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	7,50	15,00	22,50	30,00
Realizado	43,00	37,00	37,00	37,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	573,33	246,67	164,44	123,33
Previsto acumulado	7,50	15,00	22,50	30,00
Realizado acumulado	43,00	37,00	37,00	37,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	573,33	246,67	164,44	123,33

### TRT5-IN-10.1 - Índice de Governança da Infraestrutura (IGovInfra)



	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Previsto	85,00	85,00	85,00	85,00
Realizado	85,00	89,00	89,00	95,00
Farol	●	●	●	●
Desempenho	100,00	104,71	104,71	111,76
Previsto acumulado	85,00	85,00	85,00	85,00
Realizado acumulado	85,00	89,00	89,00	95,00
Farol acumulado	●	●	●	●
Desempenho acumulado	100,00	104,71	104,71	111,76



### TRT5-IN-11.2 - Índice de Governança em TIC (iGovTIC)



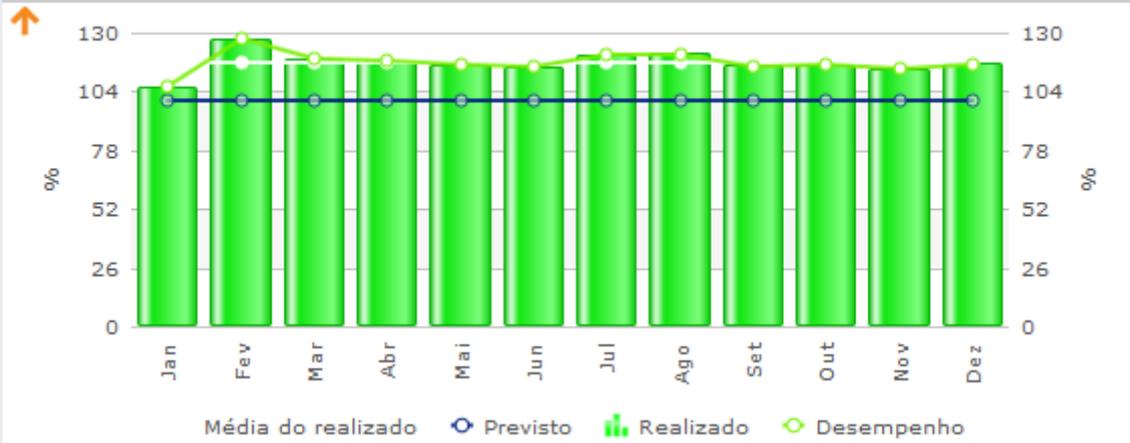
	2015
Previsto	55,00
Realizado	55,00
Farol	●
Desempenho	100,00
Previsto acumulado	55,00
Realizado acumulado	55,00
Farol acumulado	●
Desempenho acumulado	100,00

### TRT5-IN-12.1 - Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39	2,39
Realizado	1,40	3,10	3,82	3,27	3,91	3,90	4,10	4,45	4,14	3,87	4,49	5,04
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	58,68	129,74	159,79	136,77	163,74	163,09	171,52	186,26	173,27	161,87	188,05	210,83
Previsto acumulado	2,39	4,78	7,17	9,56	11,95	14,34	16,73	19,12	21,51	23,90	26,29	28,68
Realizado acumulado	1,40	4,50	8,32	11,59	15,50	19,40	23,50	27,95	32,09	35,96	40,46	45,50
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	58,68	94,21	116,07	121,24	129,74	135,30	140,47	146,20	149,20	150,47	153,89	158,63

### TRT5-IN-12.2 - Índice de Eficiência Operacional (IEO)



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado	105,76	127,30	118,47	117,58	115,56	114,55	120,11	120,54	115,03	115,65	113,97	115,90
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	105,76	127,30	118,47	117,58	115,56	114,55	120,11	120,54	115,03	115,65	113,97	115,90
Previsto acumulado	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Realizado acumulado	105,76	127,30	118,47	117,58	115,56	114,55	120,11	120,54	115,03	115,65	113,97	115,90
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	105,76	127,30	118,47	117,58	115,56	114,55	120,11	120,54	115,03	115,65	113,97	115,90